

Reunião dia 10/12/87.

ÁREAS INDÍGENAS :

- 1) ANAMBÉ
- 2) NOVE DE JANEIRO
- 3) PARACUUBA
- 4) CUIÁ
- 5) CAPIVARA
- 6) AWA
- 7) CATETÉ

- 1) TELEX N° 456/PRESI DE 24.11.87 - COMUNICA REUNIÃO PARA O DIA 10.12.87.
2.A. PARECER N° 177/AI. PARI-CACHOEIRA
- 2) PARECER N° 176/A.I. ANAMBÉ
- 3) PARECER N° 175/A.I. NOVE DE JANEIRO
- 4) PARECER N° 174/A.I. PARACUUBA
- 5) PARECER N° 173/A.I. CUIÁ
- 6) PARECER N° 172/A.I. CAPIVARA
- 7) PARECER N° 171/A.I. AWA
- 8) PARECER N° 170/A.I. CATETÉ
- 9) C.T. N° 0372/87 - SUA F de 15/12/87
ENCAMINHA PARECER.
- 10) ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO G.T. 94945/87
de 10/12/87.
- 11) PORTARIA INTERMINISTERIAL N° 012 de
26.01.88.
- 12) C.T. 003/PRESI/N° 032/88 - Encaminha
minuta de Portaria da A.I. PARI-CACHOEIRA
- 13) PARECER N° 177/87 - A.I. PARI-CACHOEIRA.



RECEBIDO

19/01/88

ASSINATURA

CT.003/PRESI/Nº 032 /88

Brasília, 15.01.88

Dr. Paulo Roberto Costa
18/01/88
[assinatura]

Ilmo. Sr.

Dr. JAYME COSTA SANTIAGO

MD. Secretário-Geral do MINTER

Brasília - DF.

Assunto: Minuta de Portaria da AI PARI-CACHOEIRA



Senhor Secretário Geral,

Encaminho a anexa minuta de Portaria que declara como de ocupação indígena a ÁREA INDÍGENA PARI-CACHOEIRA e define os limites das Colônias Indígenas PARI-CACHOEIRA I, II e III, tudo na conformidade dos Decretos Nºs 94.945 e 94.946, de 23 de setembro de 1987.

Na presente minuta não foi prevista a assinatura de S.Excia. o Ministro da Agricultura porque nos Decretos mencionados não o exigem. Entretanto creio ser conveniente aquela autoridade assinar a Portaria porque envolve a figura de Floresta Nacional, assunto da competência do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, vinculado ao Ministério da Agricultura.

Assim exposto, solicito de V.Sa., após apreciação pelos setores competentes e correções consideradas oportunas, determinar as providências para colher as assinaturas dos Senhores Ministros, esclarecendo da urgência, por estar a ÁREA PARI-CACHOEIRA em processo de demarcação a cargo da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército.

Aproveito a oportunidade para expressar a V.Sa. os protestos de respeito e consideração.

[assinatura]
ROMERO JUCÁ FILHO
Presidente da FUNAI

SEP Quadra 702 Sul
Edifício Lex, 3.º andar
CEP 70.330 Brasília D.F.

SUAF/VFM/dcs



PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 012, de 26 de Janeiro de 1988

O MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR, o da AGRICULTURA, o da REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO e o SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Decreto nº 94.045/87, e tendo em vista a proposta apresentada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com o objetivo de assegurar apoio e proteção aos grupos indígenas Tucano, Tuiuca, Tariano, Barasana, Cubeo, Yebá-Mahsá, Maku, Desano, Mokura, Pira-Tapuia, Meriti-Tapuia, Karapanã e Wanana;

CONSIDERANDO que a área conhecida como PARI-CACHOEIRA, localizada nos Municípios de São Gabriel da Cachoeira e Japurá, Estado do Amazonas, ficou caracterizada pela posse imemorial indígena, nos precisos termos do artigo 198 da Constituição Federal e artigo 19, § 1º, da Lei 6.001, de 19.12.73;

CONSIDERANDO os termos do Parecer nº 177, de 10 de dezembro de 1987, assinado pelos representantes do GTI instituído conforme o artigo 3º, § 1º, do Decreto nº 94.945, de 23 de setembro de 1987,

R E S O L V E M :

I. Declarar de posse permanente dos indígenas, para efeito de demarcação, a **TERRA INDÍGENA PARI-CACHOEIRA**, com superfície aproximada de 1.152.000 ha (um milhão, cento e cinquenta e dois mil hectares), assim delimitada: **N O R T E** - A presente descrição tem início no ponto 01, situado na fronteira Brasil/Colômbia, de coordenadas geográficas aproximadas 00º26'57"N e 70º02'40" Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 80º08' e 23.400 metros, até o ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas 00º29'07"N e 69º50'10"Wgr., localizado na cabeceira do igarapé Cabari; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados 147º54' e 18.150 metros, até o ponto 03, de coordenadas geográficas aproximadas 00º21'20"N e 69º45'00"Wgr., localizado na cabeceira do igarapé Tarumã; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 77º45' e 27.000 metros, até o Ponto 04 de coor

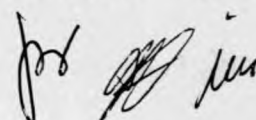


denadas geográficas aproximadas $00^{\circ}23'50''N$ e $69^{\circ}30'45''Wgr$, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação, afluente da margem esquerda do rio Tiquié; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de $105^{\circ}15'$ e 30.400 metros, até o ponto 05, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}19'30''N$ e $69^{\circ}14'58''Wgr$, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação, afluente da margem direita do rio Uaupés; daí, segue pelo citado igarapé, margem direita, a jusante até a sua foz no rio Uaupés, no ponto 06, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}23'58''N$ e $69^{\circ}07'32''Wgr$; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de $123^{\circ}10'$ e 46.400 metros, até o ponto 07, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}10'10''N$ e $68^{\circ}46'39''Wgr$, localizado na cabeceira do igarapé Uainambi. LESTE — Do ponto antes descrito, segue pelo citado igarapé, a jusante, margem direita, até a sua foz no rio Tiquié, no ponto 08, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}02'53''N$ e $68^{\circ}47'46''Wgr$; daí, segue pelo rio Tiquié a jusante, margem direita, até a foz do igarapé Irá, no ponto 09, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}01'54''N$ e $68^{\circ}37'14''Wgr$. SUL — Do ponto antes descrito segue pelo igarapé Irá a montante, margem esquerda, até encontrar a foz de um igarapé sem denominação, no ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}15'20''S$ e $69^{\circ}17'45''Wgr$; daí, segue pelo citado igarapé, a montante, margem esquerda até o ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}21'07''S$ e $69^{\circ}20'10''Wgr$, situado na junção de dois braços formadores do citado igarapé; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 237° e 20.000 metros, até o ponto 12, de coordenadas geográficas aproximados $00^{\circ}27'01''S$ e $69^{\circ}29'11''Wgr$, situado na junção de dois braços formadores do igarapé Abiu; daí, segue pelo citado igarapé, a jusante, margem direita até a sua foz no Igarapé Castanho, no ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}28'06''S$ e $69^{\circ}34'27''Wgr$; daí, segue pelo igarapé Castanho, a jusante, margem direita, até a sua foz no rio Traíra, no ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}34'04''S$ e $69^{\circ}35'35''Wgr$; daí, segue pelo rio Traíra, a montante, margem esquerda, fronteira Brasil/Colômbia, até a sua cabeceira, no ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}06'25''S$ e $70^{\circ}02'40''Wgr$. OESTE — Do ponto antes descrito, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de $00^{\circ}00'$ e 48.000 metros, até o ponto 16, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}15'40''N$ e $70^{\circ}02'40''Wgr$, localizado na fronteira Brasil/Colômbia, margem esquerda do rio Tiquié; daí segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de $00^{\circ}00'$ e 20.800 metros, até o ponto 01, inicial da presente descrição perimétrica.

II. DETERMINAR que, para efeito administrativo, na área ora declarada sejam implantadas 03 (três) Colônias Indígenas, nos termos do artigo

1º do Decreto nº 94.946 de 23 de setembro de 1987, assim delimitadas:

1. **Colônia Indígena Pari Cachoeira I** – Área: 320.000 ha aproximadamente. NORTE – Partindo do Ponto 01-A de coordenadas geográficas aproximadas 00°27'50"N e 69°57'35"Wgr., segue por linha reta, com o azimute e distância aproximados de 80°08' e 13.950 metros, até o Ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 00°29'07"N e 69°50'10"Wgr., localizado na cabeceira do igarapé Cabari; daí, segue por linha reta, com azimute e distância aproximados de 147°54' e 18.150 metros, até o Ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 00°21'20"N e 69°45'00"Wgr., localizado na cabeceira do igarapé Tarumã; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 77°45' e 27.000 metros, até o Ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 00°23'50"N e 69°30'45"Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação, afluente da margem esquerda do rio Tiquiê; daí, segue por linha reta, com azimute e distância aproximados de 105°15' e 23.385 metros, até o Ponto 02-A de coordenadas geográficas aproximadas 00°20'30"N e 69°18'35"Wgr. LESTE – Do ponto antes descrito, segue por linha reta, com azimute e distância aproximados de 180° e 2.300 metros, até o Ponto 03-A de coordenadas geográficas aproximadas 00°19'15"N e 69°18'35"Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a jusante, até o Ponto 04-A de coordenadas geográficas aproximadas 00°10'00"N e 69°17'40"Wgr., localizado na confluência com o rio Tiquiê; daí, segue por este, a montante, até o Ponto 05-A de coordenadas geográficas aproximadas 00°09'15"N e 69°18'25"Wgr., localizado na foz do igarapé Samaúma; daí, segue por este, a montante, até o Ponto 06-A de coordenadas geográficas aproximadas 00°00'00" e 69°29'40"Wgr., localizado na margem esquerda do citado igarapé. SUL – Do ponto antes descrito, segue pela linha do Equador, sentido Oeste, com a distância aproximada de 56.260 metros, até o ponto 07-A de coordenadas geográficas aproximadas 00°00'00" e 70°00'00"Wgr.; OESTE – Do ponto antes descrito, segue por linha reta, com azimute e distância aproximados de 00 e 10.440 metros, até o Ponto 08-A de coordenadas geográficas aproximadas 00°05'40"N e 70°00'00"Wgr., localizado na margem direita do rio Castanho; daí, segue por este, a montante, até o Ponto 09-A de coordenadas geográficas aproximadas 00°06'30"N e 70°02'10"Wgr., localizado na cabeceira do citado rio; daí, segue por linha reta, com o azimute e distância aproximados de 270° e 920 metros até o Ponto 10-A de coordenadas geográficas aproximadas 00°06'30"N e 70°02'40"Wgr., localizado na linha da fronteira Brasil/Colômbia; daí, segue pela citada linha, sentido norte, com a distância aproximada de 18.420 metros, até o Ponto 11-A de coordenadas geográficas aproximadas 00°16'30"N e 70°02'45"Wgr., localizado na linha



de fronteira Brasil/Colômbia; daí, segue por linha reta, com azimute e distância aproximados de 90° e 7.880 metros, até o Ponto 12-A de coordenadas geográficas aproximadas 00°16'30"N e 69°58'30"Wgr., localizado na margem direita do igarapé Uma ri do Norte; daí, segue por este, a montante, até o Ponto 13-A de coordenadas geográficas aproximadas 00°26'40"N e 69°57'35"Wgr., localizado na cabeceira do citado igarapé; daí, segue por linha reta, com azimute e distância aproximados de 00° e 2.150 metros, até o Ponto 01-A, inicial da presente descrição perimétrica.

2. Colônia Indígena Pari Cachoeira II - Área: 150.000 ha aproximadamente. NORTE - Partindo do Ponto 01-B de coordenadas geográficas aproximadas 00°10'35"N e 69°15'00"Wgr., localizado na confluência de um igarapé sem denominação com o rio Tiquié, segue por este, a jusante, até o Ponto 02-B de coordenadas geográficas aproximadas 00°10'20"N e 69°13'15"Wgr., localizado na foz do igarapé Guaratu; daí, segue por este, a montante, até o Ponto 03-B de coordenadas geográficas aproximadas 00°11'00"N e 69°13'15"Wgr., localizado na margem direita do citado igarapé; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 90° e 46.980 metros, até o Ponto 04-B de coordenadas geográficas aproximadas 00°11'00"N e 68°47'55"Wgr., daí, segue por linha reta, com azimute e distância aproximados de 123°10' e 2.800 metros, até o Ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas 00°10'10"N e 68°46'39"Wgr., localizado na cabeceira do igarapé Uainambi. LESTE : Do ponto antes descrito, segue pelo citado igarapé, a jusante, margem esquerda, até o Ponto 08 de coordenadas geográficas aproximadas 00°02'53"N e 68°47'46"Wgr., localizado na confluência com o rio Tiquié; daí, segue por este, a jusante, margem direita, até o Ponto 09 de coordenadas geográficas aproximadas 00°01'54"N e 68°37'14"Wgr., localizado na foz do igarapé Irá; daí, segue por este, a montante, margem esquerda, até o Ponto 05-B de coordenadas geográficas aproximadas 00°05'30"S e 68°36'05"Wgr., localizado na margem esquerda do citado igarapé. SUL - Do ponto antes descrito, segue por linha reta, com azimute e distância aproximados de 270° e 44.350 metros, até o Ponto 06-B de coordenadas geográficas aproximadas 00°05'30"S e 69°00'00"Wgr., daí, segue por linha reta, com azimute e distância aproximados de 00° e 10.130 metros, até o Ponto 07-B de coordenadas geográficas aproximadas 00°00'00" e 69°00'00"Wgr., daí, segue pela linha do Equador, sentido Oeste, com distância aproximada de 28.590 metros, até o Ponto 08-B de coordenadas geográficas aproximadas 00°00'00" e 69°15'25"Wgr. OESTE - Do ponto antes descrito, segue por linha reta, com azimute e distância aproximados de 200° e 14.430 metros, até o Ponto 09-B de coordenadas geográficas aproximadas 00°07'50"N e 69°15'25"Wgr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este a jusante, até o Ponto 01-B inicial da presente descrição perimétrica.

3. Colônia Indígena Pari Cachoeira III - Área: 10.000 ha aproximadamente. NORTE - Partindo do Ponto 01-C de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}11'00''S$ e $69^{\circ}44'00''Wgr.$, segue por linha reta, com azimute e distância aproximados de 90° e 10.200 metros, até o Ponto 02-C de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}11'00''S$ e $69^{\circ}38'30''Wgr.$ LESTE - Do ponto antes descrito, segue por linha reta, com azimute e distância aproximados de 180° e 10.130 metros, até o Ponto 03-C de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}16'30''S$ e $69^{\circ}38'30''Wgr.$ SUL - Do ponto antes descrito, segue por linha reta, com azimute e distância aproximados de 270° e 10.200 metros, até o Ponto 04-C de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}16'30''S$ e $69^{\circ}44'00''Wgr.$ OESTE - Do ponto antes descrito, segue por linha reta, com azimute e distância aproximados de 00° e 10.130 metros, até o Ponto 01-C, inicial da presente descrição perimétrica.

III. DETERMINAR que a FUNAI gestione junto ao IBDF a administração do restante da terra indígena compreendido nos espaços intermediários das colônias acima descritas, a ser caracterizado como 02 (duas) Florestas Nacionais, assim delimitadas:

1. Floresta Nacional I - Área: 18.000 ha aproximadamente.

NORTE - Partindo do Ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}26'57''N$ e $70^{\circ}02'40''Wgr.$, localizado na linha de fronteira Brasil/Colômbia, segue por linha reta, com azimute e distância aproximados de $80^{\circ}08'$ e 9.450 metros, até o Ponto 01-A de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}27'50''N$ e $69^{\circ}57'35''Wgr.$ LESTE - Do ponto antes descrito, segue por linha reta, com azimute e distância aproximados de 180° e 2.150 metros, até o Ponto 13-A de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}26'40''N$ e $69^{\circ}57'35''Wgr.$, localizado na cabeceira do igarapé Umari do Norte, daí, segue por este, a jusante, até o Ponto 12-A de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}16'30''N$ e $69^{\circ}58'30''Wgr.$, localizado na margem direita do igarapé Umari do Norte. SUL - Do ponto antes descrito, segue por linha reta, com azimute e distância aproximados de 270° e 7.880 metros, até o Ponto 11-A de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}16'30''N$ e $70^{\circ}02'45''Wgr.$, localizado na linha de fronteira Brasil/Colômbia. OESTE - Do ponto antes descrito, segue pela citada linha, sentido do Norte, com distância aproximada de 19.000 metros, até o Ponto 01, inicial da presente descrição perimétrica.

2. Floresta Nacional II - Área: 654.000 ha aproximadamente.

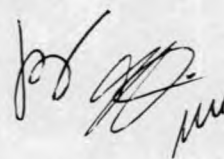
Norte - Partindo do Ponto 10-A de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}06'30''N$

e 70°02'40"Wgr., localizado na linha de fronteira Brasil/Colômbia, segue por linha reta, com azimute e distância aproximados de 90° e 920 metros, até o Ponto 09-A de coordenadas geográficas aproximadas 00°06'30"N e 70°02'10"Wgr., localizado na cabeceira do rio Castanho; daí, segue por este, a jusante, até o Ponto 08-A de coordenadas geográficas aproximadas 00°05'40"N e 70°00'00"Wgr., localizado na margem direita do citado rio; daí, segue por linha reta, com azimute e distância paroximados de 180° e 10.440 metros, até o Ponto 07-A de coordenadas geográficas aproximadas 00°00'00" e 70°00'00"Wgr.; daí, segue pela linha do equador, sentido Leste, com a distância aproximada de 56.260 metros, até o Ponto 06-A de coordenadas geográficas aproximadas 00°00'00" e 69°29'40"Wgr., localizado na margem esquerda do igarapé Samaúma; daí, segue por este, a jusante, até o Ponto 05-A de coordenadas geográficas aproximadas de 00°09'15"N e 69°18'25"Wgr., localizado na confluência com o rio Tiquié; daí, segue por este, a jusante até o Ponto 04-A de coordenadas geográficas aproximadas 00°10'00"N e 69°17'40"Wgr., localizado na foz de um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a montante, até o Ponto 03-A de coordenadas geográficas aproximadas de 00°19'15"N e 69°18'35"Wgr., localizado na cabeceira do citado igarapé; daí, segue por linha reta, com o azimute e distância aproximados de 00° e 2.300 metros, até o Ponto 02-A de coordenadas geográficas aproximadas 00°20'30"N e 69°18'35"Wgr., daí, segue por linha reta, com azimute e distância aproximados de 105°15' e 7.015 metros, até o Ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 00°19'30"N e 69°14'58"Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a jusante, margem direita, até o Ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 00°23'58"N e 69°07'32"Wgr., localizado na confluência com o rio Uaupés; daí, segue por linha reta, com azimute e distância aproximados de 123°10' e 43.600 metros, até o Ponto 04-B de coordenadas geográficas aproximadas 00°11'00"N e 68°47'55"Wgr. LESTE — Do Ponto antes descrito, segue por linha reta, com o azimute e distância aproximados de 270° e 46.980 metros, até o Ponto 03-B de coordenadas geográficas aproximadas 00°11'00"N e 69°13'15"Wgr., localizado na margem direita do igarapé Guaratu; daí, segue por este, a jusante, até o Ponto 02-B de coordenadas geográficas aproximadas 00°10'20"N e 69°13'15"Wgr., localizado na confluência com o rio Tiquié; daí, segue por este, a montante, até o Ponto 01-B de coordenadas geográficas aproximadas 00°10'35"N e 69°15'00"Wgr., localizado na foz de um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a montante, até o Ponto 09-B de coordenadas geográficas aproximadas 00°07'50"N e 69°15'25"Wgr., localizado na cabeceira do citado igarapé; daí, segue por linha reta, com azimute e distância aproximados de 180° e 14.430 metros, até o Pon

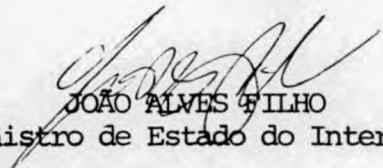
to 08-B de coordenadas geográficas aproximadas 00°00'00" e 69°15'25"Wgr., daí, segue pela linha do Equador, sentido Leste, com a distância aproximada de 28.590 metros, até o Ponto 07-B de coordenadas geográficas aproximadas 00°00'00" e 69°00'00"Wgr., daí, segue linha reta, com azimute e distância aproximados de 180° e 10.130 metros, até o Ponto 06-B de coordenadas geográficas aproximadas 00°05'30"S e 69°00'00"Wgr., daí, segue linha reta, com azimute e distância aproximados de 90° e 44.350 metros, até o Ponto 05-B de coordenadas geográficas aproximadas 00°05'30"S e 68°36'05"Wgr., localizado na margem esquerda do igarapé Irá. SUL - Do ponto antes descrito, segue pelo citado igarapé, a montante, margem esquerda, até o Ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas 00°15'20"S e 69°17'45"Wgr., localizado na foz de um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a montante, margem esquerda, até o Ponto 11 de coordenadas geográficas aproximadas 00°21'07"S e 69°20'10"Wgr., localizado na junção de dois braços formadores do citado igarapé; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 237° e 20.000 metros, até o Ponto 12 de coordenadas geográficas aproximadas 00°27'01"S e 69°29'11"Wgr., localizado na junção de dois braços formadores do igarapé Abiu; daí, segue por este a jusante, margem direita, até o Ponto 13 de coordenadas geográficas aproximadas 00°28'06"S e 69°34'27"Wgr., localizado na confluência com o igarapé Castanho; daí, segue por este, a jusante, margem direita, até o Ponto 14 de coordenadas geográficas aproximadas 00°34'04"S e 69°35'35"Wgr., localizado na confluência com o rio Traíra; daí, segue por este, a montante, margem esquerda, fronteira Brasil/Colômbia, até o Ponto 15 de coordenadas geográficas aproximadas 00°06'25"S e 70°02'40"Wgr. OESTE - Do Ponto antes descrito, segue pela linha de fronteira Brasil/Colômbia sentido norte, com a distância aproximada de 23.700 metros, até o Ponto 10-A, inicial da presente descrição perimétrica. No interior desta floresta, na área compreendida pelos paralelos 00°11'00"S e 00°16'30"S e meridianos 69°44'00"Wgr e 69°38'30"Wgr, está localizada a Colônia Indígena Pari Cachoeira III.

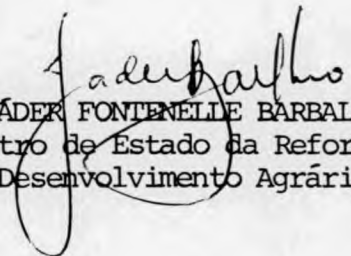
IV. DETERMINAR que a FUNAI agilize o processo de demarcação da Terra Indígena de que trata o item I desta Portaria, para posterior homologação do Presidente da República, nos termos do artigo 198, § 1º da Lei 6.001/73 e artigo 4º, Parágrafo Único do Decreto nº 94.945/87.

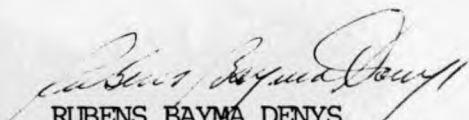
V. PROIBIR o ingresso, trânsito ou permanência, na aludida área, de pessoas ou grupos não-índios, salvo quando autorizados pela FUNAI e

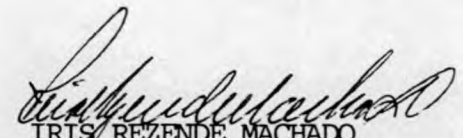


desde que a atividade não seja julgada nociva ou inconveniente ao processo de assistência aos índios.


JOÃO ALVES FILHO
Ministro de Estado do Interior


JADER FONTENELLE BARBALHO
Ministro de Estado da Reforma e do
Desenvolvimento Agrário


RUBENS BAYMA DENYS
Secretário-Geral do Conselho de
Segurança Nacional


IRIS REZENDE MACHADO
Ministro de Estado da Agricultura

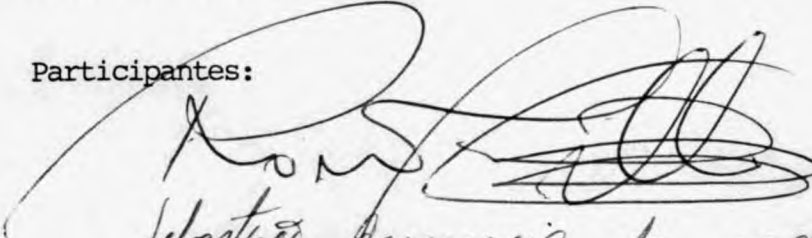
2ª Reunião Ordinária GT 94.945/87

Data: 10 de dezembro de 1987

Local: FUNAI

Horário: 15:00 hs

Participantes:


 Roberto Francisco da Costa - FUNAI
 Souza Junior da Moura - FUNAI
 Kelli Ferreira Mendes - SUAF/FUNAI
 Daniel Marques de Sousa - FUNAI
 Rm f. J. Am. e. Snyg. ^{WINTER}
 André de Aguiar ^{WINTER} - PGR.
 Gilson F. Mendes
 Sonia Mota Soares Pimenta - ITERPA
 Paulo E. de Sales - IBOP
 José Raimundo M. de Silva - FUNAI
 Arthur Nobre Mendes - FUNAI
 Jacques Janta - FUNAI - BEM
 Itagiba Cleveia de Miranda - CTI/SG
 FRANCISCO ORLANDO COSTA MUNIZ - ITERMA
 Antonio Carlos Carneiro de Silva - Sg/CSN

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GT. 94945/87

Aos dez dias do mês de dezembro de 1987, às 15:00 h, reuniram-se na sala da Presidência da FUNAI os Senhores Membros do GT 94945/87 e demais convidados e participantes para, mediante pauta previamente elaborada e entregue aos mesmos, deliberarem sobre assuntos relacionados às áreas indígenas a seguir enumeradas: A.I. Cateté, A.I. Awá, A.I. Capivara, A.I. Guapenu, A.I. Cuia, A.I. Paracuhuba, A.I. Parintintin 9 de Janeiro, A.I. Pari-Cachoeira e reapresentação da A.I. Anambé. Estiveram presentes à reunião, conforme lista de presença em anexo: Romero Jucá Filho, coordenador do GT.I; Sebastião Amâncio da Costa, Superintendente da 5ª SUER, convidado; Sonia de Almeida Demarquet, SUAF, secretária; Valter Ferreira Mendes, SUAF; Daniel Marques de Sousa, Superintendente SUAF; Renato d'Almeida Leoni, MINTER, membro do GT.I; Anadir de Mendonça Rodrigues, PGR, convidada; Gilmar Ferreira Mendes, PGR, convidado; Sonia Amaro Pingarilho, MINTERPA, convidada; Paulo de Salles Benincá, IBDF, convidado; Jose Ronaldo Montenegro de Araújo, FUNAI, membro GT.I; Artur Nobre Mendes, FUNAI, convidado; Salomão Santos, Superintendente 4ª SUER, convidado; Itagiba de Oliveira Filho, MIRAD, membro GT.I; Francisco Orlando Costa Muniz, ITERMA, convidado; Antonio Carlos Carneiro da Silva SG/CSN, membro GT.I. O Sr. Coordenador do GT.I abriu os trabalhos, passando em seguida a coordenação da reunião para o Sr. Superintendente da SUAF, não sem antes dizer que a Presidência gostaria de ver estabelecido em breve um convênio entre FUNAI e IBDF, para definir questões envolvendo regiões florestais e áreas indígenas em zonas de fronteira, como as geradas na A.I. Pari-Cachoeira. A seguir foi feita a leitura da ata anterior que, aprovada sem ressalvas, mereceu a assinatura de todos os presentes à reunião anterior. A primeira área apresentada aos membros do Gt.I foi a A.I. Cateté, para homologação da demarcação feita pela FUNAI. Explicado preliminarmente que a mesma se encontrava sub-judice, o Sr. Cel. Carneiro perguntou se havia algum parecer por escrito - do ponto de vista legal - para declaração de ocupação e homologação de áreas sub-judice, o que lhe foi respondido afirmativamente pelo Sr. Coordenador, exemplificando o caso da A.I. Ribeirão Silveira, sub-judice e decretada pelo Sr. Presidente da República a partir de douto parecer do Sr. Consultor Geral da Repú



FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

DTR. 162, p. 13/183

.02:

blica Saulo Ramos. O Senhor Procurador Geral da FUNAI e membro do GT.I, Ronaldo Montenegro, disse que a FUNAI, no caso em lide, concluiu pela inexistência de boa fé em se tratando de invasores - Fazenda Gran Reata-da área Xikrin do Cateté, acrescentando que somente em casos especiais é que terceiros serão indenizados, na situação de invasores de terra indígena, quando revestida a invasão do caráter de boa fé. Sugeriu ainda que se componha comissão interministerial, com a presença da PGR e da CGR e de outros juristas, com a finalidade de se estudar e se definir de vez a questão da boa fé e das indenizações a serem pagas a terceiros ocupantes de áreas indígenas, sugestão essa acatada por todos os presentes. Seguidamente o Sr. Superintendente 4ª SUEER apresentou um relato sobre a situação atual envolvendo os Xikrin e a Gran Reata, destacando o caráter de devastação ambiental na área, o problema do gado, a FUNAI pedindo indenização pelos danos causados à área indígena. Colocada a proposta em discussão, o Sr. representante do MIRAD referiu-se à existência das três propostas de área para os índios Xikrin, destacando no entanto que o dossiê apresentado pela FUNAI não deixa claro se os indígenas aceitam ou não a demarcação feita pela FUNAI. Esclarecimentos lhe foram prestados pelo Sr. Superintendente 4ª SUEER. O Sr. Coordenador, retomando o caso das indenizações, afirmou acreditar que os pequenos posseiros e invasores - a qualquer título - devam ser indenizados por conta das benfeitorias levantadas em áreas indígenas, inclusive por conta da sobrevivência de suas famílias. O Senhor Procurador da República Gilmar Ferreira Mendes esclareceu que a EM 062/83 não é ato normativo, explicando várias questões jurídicas envolvendo o tema das terras indígenas X indenizações, citando o caso de perícias falsas na região da Fazenda Xavantina e chamando a atenção para o fato de que, no Estado de Mato Grosso, agrônomos eram chamados a fazer perícias que deveriam, dado seu caráter técnico, ter sido entregues a antropólogos. O Sr. Coordenador perguntou seguidamente como se processar as desintrusões em área indígena, no tempo mais rápido possível, valendo-se da via judicial, sendo-lhe dito pelo Senhor Gilmar Ferreira Mendes que o Art. 198 estava acima de qualquer outro ato legal e que ao redor de suas disposições é que deveriam se concentrar os esforços da FUNAI e dos poderes públicos no tocante à defesa das terras indígenas. Nada mais havendo a discutir, a A.I. Cateté foi submetida à apreciação final pelos membros do GT.I 94945/87, merecendo



FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

DTR. 162, p. 14/183

.03.

parecer favorável de nº 170/87. Finalizando, o Sr. Representante do MINTER no GT.I solicitou que se incluísse em ata sua manifestação, contrária ao pagamento de indenizações à Fazenda Gran Reata, lendo parecer do Sr. ex-Procurador geral da FUNAI, Affonso Augusto de Moraes nesse sentido, com o que todos os presentes concordaram, enquanto que o Sr. Representante da SG/CSN solicitou que, no corpo da Exposição de Motivos referente à A.I. Cateté se explicita que, em casos semelhantes - sub-judice - houve já assinatura de Decreto, dando o exemplo de Ribeirão Silveira, com parecer favorável do Sr. Consultor Geral da República. Seguidamente passou-se à análise da Área Indígena Awá (Guajá), historiada pelo Sr. Coordenador inclusive quanto à questão da Reserva Florestal do Gurupi e apresentando invasores dentro de seus contornos, considerados por ele de má fé. Ouvido o Sr. Representante do IBDF, este afirmou que o Ministério da Agricultura não assumiu até hoje nenhuma reserva florestal criada à época do Presidente Jânio Quadros. Acrescentou que tais reservas florestais, em muitos casos, se estabeleceram visando proteger habitat e comunidades indígenas nelas moradoras. O Sr. Chefe da DID, Artur Nobre Mendes, destacou a presença de madeireiros na área, enquanto que o Sr. Coordenador do GT.I chamou a atenção para o fato de que as terras onde se localizam os índios são as únicas preservadas na região, estando as áreas em torno das mesmas devastadas. O Sr. Chefe da DID falou acerca do grupo Awá, seus usos e costumes ainda pouco conhecidos pela sociedade nacional, a frente de atração Awá marcando a presença da FUNAI na área, sobrevoada recentemente por GT. IBDF/FUNAI, destacando a necessidade urgente de a mesma ser definida, antes que madeireiros e outros invasores passem a nela atuar. Explica ainda que, como resultado do GT. FUNAI/IBDF, foi acordado que os Awá continuarão a perambular na área da reserva florestal, enquanto permanecerem na categoria de arredios. O Sr. Representante do CSN sugeriu que a A.I. Awá fosse apenas interditada, até que se tivesse um conhecimento maior acerca dos hábitos e costumes dos indígenas, para então se definir com segurança os contornos da área necessária à sua sobrevivência. Acrescentou que o GT.I não deveria ser favorável à proposta ora apresentada apenas para atender a exigências do Banco Mundial nesse sentido. Nesse ponto o Sr. Representante do ITERMA fez sua intervenção, mostrando as dificuldades econômicas ora atravessadas, pelo Estado do Maranhão, algumas obras só podendo ser levadas a cabo através de financiamento

tendo como fonte o referido Banco Mundial. Acrescentou ainda que as reservas florestais e as áreas indígenas são fatores de preservação da ecologia maranhense, apoiando pois a proposta da FUNAI. O Sr. Representante da FUNAI, Ronaldo Montenegro, esclareceu que tanto interdição de área como declaração de ocupação indígena se equivalem juridicamente, mas a interdição sendo mais um ato que faculta à FUNAI exercer o poder de polícia, conforme o disposto em lei. O Sr. Representante do MIRAD pediu que, no convênio entre FUNAI e IBDF, se deixe claro o direito dos índios à perambulação na área da reserva florestal, seguindo-se inúmeras discussões sobre o caso. A Sra. Dra. Anadir de Mendonça Rodrigues, da PGR, defendeu a demarcação de todas as terras indígenas, mesmo a dos considerados arredios, para que se preservem os ecossistemas e se impeça a extinção dos grupos tribais ainda existentes no Brasil. De acordo com o Sr. Assessor-SUAF, Valter Mendes, há notícias de que o Sindicato Rural de Carutapera, MA, esteja introduzindo terceiros lavradores naquela área indígena, o que causará problemas à época da demarcação, sugerindo que seja dado cumprimento ao Decreto nº 94945/87, que dispõe sobre o levantamento da ocupação por parte de terceiros em área indígena, para isso compondo-se GT. específico para Awá. Após outras discussões correlatas, o Sr. Cel. Carneiro justificou sua posição inicial pela interdição dizendo que os estudos da FUNAI não apresentaram dados satisfatórios, não lhe permitindo decidir sobre a matéria. Reforçou também a posição assumida pelo Sr. Assessor Valter Mendes, pelo estudo mais acurado da questão fundiária local. Nada mais havendo a discutir sobre o assunto, sem nenhuma outra questão levantada, a A.I. Awá foi aprovada através do Parecer nº 171/87 (declaração de ocupação indígena). Imediatamente passou-se a apresentação da Área indígena Capivara, para homologação da demarcação. Cel. Carneiro advertiu para o fato de que a demarcação anteriormente feita pelo SPI apresentava uma superfície menor que a atualmente demarcada pela FUNAI, tendo-lhe sido apresentado como argumento o fato de os indígenas Mura terem crescido em número, bem como as condições cartográficas e de medição deficientes no passado gerarem tais pequenas alterações - para mais ou para menos - nos contornos das áreas Mura. Nada mais havendo a discutir, a A.I. Capivara foi aprovada - Parecer nº 172/87. Seguidamente veio a apresentação da A.I. Guapenu, para declaração de ocupação indígena, mas o Sr. Representante do MINTER pediu vistas do processo, sugerindo que tal área seja

objeto de aviventação, para proximamente ser reapresentada aos membros do Gt.I para homologação da demarcação. Veio a seguir a A.I. Cuia, que mereceu Parecer favorável de nº 173/87 (homologação da demarcação), sugerindo-se apenas que na exposição de motivos conste a exclusão do leito e da faixa de domínio da estrada AM- , da área proposta pela FUNAI para os índios Mura. Quanto às áreas apresentadas à consideração do GT, A.I. Paracuhuba (homologação de demarcação) e A.I. Nove de Janeiro (declaração de ocupação indígena), receberam respectivamente pareceres favoráveis de nºs 174/87 e 175/87. Reapresentada a seguir a A.I. Anambé, foi mostrado à Sra. representante do ITERPA, Sonia Pingarilho, que o levantamento fundiário na área em questão tinha sido feito há pouco tempo por GT. FUNAI/ITERPA, não havendo necessidade de se proceder a um novo trabalho nesse sentido, com o que concordou aquele órgão. A Sra. Pingarilho pediu que constasse apenas da ata que, à época da 1ª reunião do GT.I. 94945/87, do mês de novembro, desconhecia a existência de tal levantamento, o que a levava a pedi-lo, acarretando com isso um atraso na discussão da A.I. Anambé. Nada mais havendo a tratar, a mesma foi aprovada por todos os membros do GT.I, através do Parecer nº 176/87. Como última área a ser discutida, apresentou-se a A.I. Pari-Cachoeira aos membros do GT.I 94945. A mesma teve seu histórico feito pelo Sr. Coordenador, até chegar-se à sua situação atual: 3 colônias indígenas separadas umas das outras através de um entorno constituído por florestas nacionais. O Sr. Representante do IBDF tomou então a palavra, dizendo que a seu órgão cabe por lei a administração das florestas nacionais, esclarecendo que a proposta ora apresentada, florestas nacionais de Pari-Cachoeira I e II, não foi feita nem estudada previamente pelo IBDF, e que este vai apenas em prestar a figura floresta nacional à FUNAI, dentro dos propósitos e decisões do Projeto Calha Norte. Disse ainda que os interesses do IBDF e da FUNAI não se coadunam, em se tratando da questão da perambulação indígena em áreas florestais, pois a política do primeiro defende a preservação dos ecossistemas sob sua administração. O Sr. Coordenador do GT.I, Romero Jucá Filho, falou da necessidade talvez de se criar uma nova figura jurídica, tal como uma floresta nacional indígena, sob gestão conjunta FUNAI/IBDF. Segundo o Sr. Representante do IBDF, a floresta nacional não é área de preservação, podendo ser alvo de plano de manejo dentro de perspectivas de exploração econômica, i.e, agrícola, mineral, florestal.



FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

DTR. 162, p. 17/183

.06.

Disse ser difícil a participação de seu órgão dentro dos planos propostos pela FUNAI, por não possuir nem pessoal em número suficiente, nem condições satisfatórias de gerência. O Senhor Procurador da República, Gilmar Ferreira Mendes, perguntou sobre a existência de diploma legal dispondo sobre a figura de floresta nacional, mostrando-se preocupado com o assunto. O Sr. Coordenador do GT.I solicitou então que se aprovasse a proposta ora apresentada pela FUNAI, mas recomendando que esta e o IBDF promovam estudos conjuntos visando estabelecer normas e diretrizes para atuação dos dois órgãos no caso Pari-Cachoeira. O Sr. Procurador Mendes perguntou se a FUNAI vai permitir a entrada de não-índios na área proposta; analisou o Decreto nº 94946/87 do ponto de vista jurídico e à luz da legislação pré-existente, bem como questionou a nova denominação colônia, aplicável a áreas habitadas por índios considerados aculturados. Foi-lhe colocado pelo Sr. Superintendente da FUNAI que, em se tratando do nome colônia, o mesmo configura apenas um caráter de ordem administrativa, sem prejuízo dos índios envolvidos. O Sr. Procurador Mendes voltou a insistir no assunto dizendo respeito a índios aculturados e critérios para assim classificá-los, considerando tal tipologia subjetiva e indagando se a FUNAI já tinha iniciado tais estudos classificatórios. Para esclarecer as questões levantadas pelos participantes da reunião, Cel. Carneiro explicou que há muito a FUNAI não tem condições de atender às necessidades básicas - saúde, educação, desenvolvimento econômico - de todas as comunidades indígenas até hoje conhecidas. Para melhorar tal situação, a figura colônia indígena virá possibilitar aos grupos aculturados melhores condições de vida, graças à participação de outros órgãos além da FUNAI. Já no caso Yanomami, continuou sua explicação, em se tratando de área indígena, todas as ações deverão ser promovidas e executadas pelo próprio órgão tutor. Disse ainda que a filosofia atual do Governo é de não se proceder a demarcação em áreas indígenas de fronteira dentro dos moldes tradicionais, explicando que a cada núcleo populacional do outro lado da fronteira brasileira deverá corresponder outro núcleo - urbano ou indígena - do lado do Brasil, por questões de segurança nacional. O Sr. Procurador Mendes voltou a insistir no caso antes discutido por ele, ou seja, sobre as figuras área e colônia indígena, chamando a atenção dos presentes para a questão do usufruto e exploração das riquezas existentes em terras indígenas, que devem ser em benefício integral



FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

.07.

dos índios seus habitantes. Acrescentou ainda que a PGR é órgão fiscalizador e protetor do Erário público, não podendo se calar diante dos atos ligeiros ou levianos que prejudiquem o patrimônio e bens nacionais, no caso as terras indígenas. Quanto ao caso floresta nacional, fez o Dr. Mendes a leitura do Código Florestal e perguntou a seguir que sorte de exploração pode haver dentro de área considerada Floresta Nacional. Para finalizar, disse que o Decreto 94946/87 - é pelo menos misterioso nos seus desígnios. O Sr. Coordenador do GT.I explicou então que, ao assumir a Presidência da FUNAI, encontrou três problemas cruciais em áreas indígenas: exploração madeireira, exploração mineração e missões. Disse que a realidade não era vista ou percebida pelo órgão - intencionalmente ou não -, o que levava os indígenas a serem violentamente explorados. Todo mundo fingia nada saber, que tal descalabro estivesse ocorrendo à vista dos poderes competentes. Enfim, numa grande desmoralização para o órgão tutor. Assim, no caso específico das madeireiras, preferiu disciplinar um fato consumado, via contratos formais por licitação pública, além de propor ao IBDF uma regulamentação conjunta quanto ao assunto. Também frisou que a exploração dos recursos minerais e a presença de missões em áreas indígenas estavam agora a receber estudos e atenções por parte da FUNAI, dada a importância desses assuntos. Após muitas discussões correlatas o Sr. Superintendente da SUAF solicitou que se retornasse à área em pauta, e que depois se discutissem os temas pendentes, explicando que o Art. 198 assegura toda a área de Pari-Cachoeira para posse e usufruto exclusivo dos indígenas seus moradores, inclusive a denominada floresta nacional. Surgiu então nova discussão, levantada pelo Sr. Representante do MIRAD, dessa vez envolvendo os índios Maku - nômades ou seminômades - vivendo dentro e fora da área proposta para Pari-Cachoeira. A questão principal abordada se referiu à dúvida sobre qual seria a situação desses indígenas dentro da A.I. Pari-Cachoeira, sendo dito que a FUNAI vai proceder a estudos visando à identificação do território Maku deixado fora do perímetro da área ora submetida a análise. Depois de vários pedidos de explicações complementares e de esclarecimentos fornecidos, o Sr. Representante do CSN chamou a atenção dos presentes para o fato de que o levantamento procedido na A.I. Pari-Cachoeira foi o mais completo até o momento, abrangendo todas as comunidades englobadas nos contornos da mesma. Para esclarecimentos maiores sobre o assunto, foi feita a leitura do



FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

DTR. 162, p. 19/183

.08.

respectivo parecer, sendo feita a ressalva seguinte: onde se lê área indígena ao longo do parecer, que seja lido terra indígena. O Sr. representante do MIRAD destacou problema por ele considerado de vital importância: a não existência, até a data de hoje, de estudos destinados a regulamentar e especificar o que seja índio aculturado e o que seja aculturação, pois a FUNAI ainda não disciplinou o assunto, conforme reza o Decreto nº 94946/87. Assim, perguntou, onde estão os estudos mostrando que os índios de Pari-Cachoeira podem ser considerados aculturados? O Sr. Representante do CSN ofereceu na oportunidade várias explicações suplementares sobre o assunto. Apesar de opiniões e manifestações pró e contra, a A.I. Pari-Cachoeira foi aprovada, através do parecer nº 177/87. Foi sugerida a discussão com o IBDF sobre a necessidade de se estudar um modo de equacionamento de trabalho conjunto FUNAI/IBDF na área Pari-Cachoeira (proposta do Sr. representante do IBDF), enquanto que o MIRAD solicitou que se constasse em ata a posição do órgão, qual seja, a de que assina o Parecer desde que toda a área de Pari-Cachoeira - incluindo-se a parte denominada floresta nacional - esteja ao abrigo do Art. nº 198 da Constituição Federal. Aprovado o Parecer nº 177/87, só não foi assinado na data de hoje à espera de pequenas alterações no seu texto, o que se fará em caráter de urgência pela FUNAI, para que os trabalhos de demarcação da A.I. Pari-Cachoeira possam ter seguimento. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, se lida e aprovada por todos os membros do GT.I 94945, será devidamente assinada. Eu, Sonia de Almeida Demarquet, secretariando os trabalhos, a lavrei e a assino. Brasília, 10 de dezembro de 1987. Ass.: *Sonia de Almeida Demarquet*

Para a S. A. e S. G.
Sonia de Almeida Demarquet

João Roberto M. de S. L.
Itagiba Oliveira CB
Int. - 1/15/88 - 4/7.



FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

DTR. 162, p. 20/183

CT. Nº 0372/87 - SUAF

Brasília

15 DEZ 1987

Ilmo.Sr.

Itagiba Christiano Oliveira Campos Filho

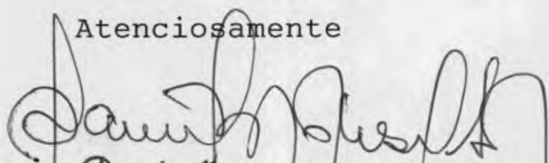
MD. Representante do MIRAD no GTI.94.945/87

Brasília/DF

Encaminhamos a V.Sa. para arquivo, cópias dos Pareceres aprovados na reunião do dia 10/12 e cópia da ata da 1ª. reunião do mencionado Grupo de Trabalho realizada no dia 05 de novembro do corrente ano, conforme relação abaixo discriminada.

01. ÁREA INDIGENA ANAMBÉ	-	PARECER Nº	176/87
02. ÁREA INDIGENA AWÁ	-	" "	171/87
03. ÁREA INDIGENA CAPIVARA	-	" "	172/87
04. ÁREA INDIGENA CATETÉ	-	" "	170/87
05. ÁREA INDIGENA CUIA	-	" "	173/87
06. ÁREA INDIGENA 9/JANEIRO	-	" "	175/87
07. ÁREA INDIGENA PARACUUBA	-	" "	174/87

Atenciosamente


Daniel Marques de Sousa
Superintendente de Assuntos Fundiários
SUAF/FUNAI

/ima.

Ata da 7ª Reunião Ordinária - GTI 94.945/87

Aos trinta dias do mês de agosto de 1988 reuniram-se na Sede da Presidência da FUNAI, às 15:00 h, os membros do GTI 94945/87, bem como convidados e outros participantes, para deliberarem em torno de pauta previamente estabelecida e de conhecimento dos mesmos, a saber: Terra Indígena Uaçá; Terra Indígena Juminá; Terra Indígena Waiãpi; Terra Indígena Waimiri - Atroari; Terra Indígena Yauaretê; Terra Indígena Awá; Terra Indígena Araribóia, Terra Indígena Tembê, Terra Indígena Nhamundá/Mapuera, Terra Indígena Cateté. Presenças: Romero Jucá Filho (Coordenador), José Ronaldo Montenegro de Araújo (FUNAI), Antonio Carlos Carneiro da Silva (SG/CSN), Itagiba C.O. Campos Filho (MIRAD) e Renato d' Almeida Leoni (MINTER), todos membros do GTI; Orlando Muniz, representante do ITERMA; Salomão Santos, Superintendente 4ª SUER; Sonia Pingarilho, representante do ITERPA; Paulo Lopes Viana, representante do IBDF; Edmundo de Souza Moura, representante do Território Federal do Amapá; Luiz Carlos Coelho, representante 5ª SUER; Daniel Marques de Sousa, Superintendente SUAF; Valter Ferreira Mendes, assessor SUAF e Sonia de Almeida Demarquet, Chefe DID/SUAF e Secretária do GTI. Abertos os trabalhos pelo Sr Coordenador, passou-se à assinatura das Atas anteriores, aprovadas in totum, vindo a seguir a apresentação da Terra Indígena Uaçá, historiada pela Sra Chefe da DID e vista sua situação atual. O representante do Governo do Território Federal do Amapá mostrou-se francamente favorável à total regularização das terras indígenas situadas no território, tendo sido dito o quanto tem-se empenhado o Governo do mesmo em prestar assistência àquelas populações. Posto o assunto em discussão e considerado o grau de contato dos indígenas seus moradores com a sociedade regional, a Terra Indígena Uaçá foi classificada como Colônia Indígena Uaçá, merecendo Parecer nº

191/88. A seguir discutiu-se a Terra Indígena Juminá, sobrevoada pelo GTI e mostrada sua situação atual. Os membros do GTI houveram por bem classificá-la como Colônia Indígena Juminá, alterando-se nesse sentido o parecer, que mereceu o número 192/88. O Sr. representante da FUNAI e procurador da PRJ solicitou então que sempre se apresentasse aos membros do GTI um documento comprobatório do grau de contato dos índios com a sociedade regional, fundamentado em critérios objetivos, para que o GTI não ficasse vulnerável em suas resoluções, o que foi referendado pelo Sr. representante do MIRAD. O Sr. Superintendente 4ª SUER disse que, no tocante às terras indígenas de sua jurisdição, tal poderia ser feito, desde que orientado pela FUNAI/Sede. Passou-se então à Terra Indígena Waiãpi, tendo o Sr. representante do Amapá se manifestado a favor de sua aprovação. Mas o Sr. representante do MINTER levantou uma série de questões sobre a mesma, a despeito das explicações da Sra. Chefe da DID relativas à proposta em discussão. O Sr. representante da SG/CSN pediu então vista do processo, para aprofundar-se no assunto, tendo sido deliberado que a Terra Indígena Waiãpi deverá constar da pauta da próxima reunião. Analisada em seguida, a Terra Indígena Waimiri/Atroari recebeu parecer favorável nº 194/88, sendo classificada como Área Indígena Waimiri-Atroari em razão do estágio cultural vivido por aqueles índios. Colocada em pauta, a Terra Indígena Yauaretê não foi discutida, à falta de dados técnico-cartográficos. Analisou-se portanto a Terra Indígena Awá, que já houvera merecido parecer favorável do GTI mas que, por intervenção ministerial, voltou à pauta. Discutido o assunto o GTI decidiu-se por uma resolução onde se aprova proposta de retificação de limites, que fica condicionada no entanto à retirada da Ação de Mandato de Segurança proposta por terceiros perante o Tribunal Federal de Recursos. Tal resolução mereceu o número 12/88. Depois foi apresentada a Terra Indígena Araribóia que, após análise, recebeu o parecer favorável nº 195/88, tendo sido classificada pelos membros do GTI como Colônia Indígena Araribóia. O Sr. assessor SUAF Cornélio Vieira de Oliveira, presente

DTR. 162, p. 23/183

no momento, colocou-se desfavorável a tal posição, dizendo que na Terra Indígena Araribóia viviam índios Guajá arredios, mas o Sr. Superintendente 4ª SUER disse que tais índios, após um processo de atração, deverão ser remanejados para dentro dos limites da Terra Indígena Awá ou da Terra Indígena Caru. O Sr. Superintendente SUAF deu sua posição quanto à Portaria nº 0520/88, por considerá-la muito minuciosa e "prendendo" o processo ao determinar a criação de um GT para analisar critérios de aculturação, caso a caso. Manifestou-se pela simplificação da mesma, tendo os membros do GTI se decidido por uma nova redação da referida portaria, o que foi endossado pelo Sr. Coordenador. Assim, onde se lia Grupo de Trabalho, deve-se ler Superintendência Executiva Regional. Então, caberá ao Superintendente a designação de técnico que procederá à análise do caso, dentro dos critérios já estabelecidos pela PP nº 0520/88. Passou-se em seguida à discussão da Terra Indígena Tembê que, sem nenhuma questão levantada, foi classificada como Colônia Indígena Tembê com base em declaração do Sr. Superintendente 4ª SUER, recebendo parecer favorável nº 196/88. Seguidamente foi colocada em pauta a Terra Indígena Nhamundá/Mapuera, mas a Sra representante do ITERPA pediu vista do processo, deixando a questão para análise em próxima reunião do GTI. A Terra Indígena Cateté teve o mesmo destino, sendo pedida vista do processo pelo Sr. representante do MINTER. Este sugeriu ainda que, toda vez que alguma terra indígena venha a ser apresentada aos membros do GTI, deverá já ter sido objeto de classificação como colônia ou área, o que facilitará sobremaneira o processo decisório. Para concluir, foram escolhidas as datas e assuntos a serem discutidos nas próximas reuniões do GTI. Dia 15/09/88: Terras compreendidas dentro do PMACI e Waiãpi. Dia 20/09/88: Terras incluídas na chamada "Cabeça de Cachorro", Cateté e Nhamundá-Mapuera. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e eu, Sonia de



FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

-04-

DTR. 162, p. 24/183

Almeida Demarquet, lavrei a presente ata que, estando conforme, será assinada por todos os participantes. Brasília, 30 de agosto de 1988. Sonia de Almeida Demarquet.

[Handwritten signatures and names:]
R. A. Almeida
J. A. Almeida
José R. Almeida
Sonia Almeida
J. A. Almeida

PARECER Nº 170 /87 - GT.INTERMINISTERIAL DECRETO 94.945/87

ÁREA INDÍGENA : CATETÊ
GRUPO INDÍGENA : XICRIN
LOCALIZAÇÃO : Município de Marabá/PA.

Senhores Ministros

O Grupo de Trabalho instituído na forma do Artigo 3º e parágrafo 1º do Decreto nº 94.945/87, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio, sobre a homologação da demarcação da área indígena CATETÊ, localizada no Município de Marabá, vem apresentar o seu Parecer observadas as disposições da Lei 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto.

I - CONSENSO HISTÓRICO

A origem da etnia Xikrin se deve a uma subdivisão do grupo Kaiapó, pertencente ao tronco linguístico Jê. Foi justamente essa subdivisão, causada por guerras internas do mesmo grupo, que levou os índios Xikrin a migrar para o rio Catetê.

Não se pode afirmar com precisão em que época se deu essa migração, pois os primeiros contatos dos Kaiapó Gorotire com a Missão Domínica, fundada em 1859, demonstram que já tinha ocorrido o rompimento entre os índios Kayapó e Xikrin. Frikel supõe que essa migração deva ter ocorrido no século passado, ocupando primeiramente campos do Triunfo e logo em seguida os índios às margens do rio Catetê.

Portanto, qualquer que venha a ser a exatidão cronológica, pode-se concluir que essas terras encontravam-se em domínio dos índios há mais de um século, tempo suficiente para reivindicar para os Xikrin a posse imemorial da área do rio Catetê.

Handwritten signature: Lingaill

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

É imprescindível salientar o argumento jurídico que sustenta a imemorialidade da área com vistas à sua regularização fundiária. Sua fundamentação repousa em base antropológica que prova a ocupação e a posse permanente da terra, não somente pela ocupação física, como também pelo seu sentido e significado cultural, posto que a terra está associada a uma cosmologia que rege toda a vida da comunidade indígena. As pesquisas recentes da antropóloga Dra. Lux Vidal, dizem que "A área do rio Cateté é o trabalho de reconstrução histórica do grupo e vem mostrar que os índios Xikrin sempre ocuparam esta área. O seu ciclo tradicional de atividades econômicas do rio Seco, chegando até os campos, nas cabeceiras do rio Itacaiunas, no intuito de coletar inúmeras matérias primas, típicas desta zona de campo e indispensáveis à sua subsistência, confirmam essa evidência".

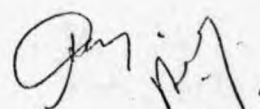
Embora instalados de maneira permanente em sua aldeia, na margem do Cateté, em vista da qual situam-se suas roças, os índios incurcionam uma ou várias semanas pelo território em busca de caça e pesca, as fontes naturais de proteína para a sua alimentação.

Nota-se portanto, que os limites da área Xikrin têm de ser suficientemente amplos para que o equilíbrio ecológico seja mantido, e para que o grupo não tenha suas condições de subsistência abaladas.

II - ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

Das várias propostas sugeridas para delimitar a área indígena CATETÉ, apenas três receberam destaque para possível apreciação, aqui expostos:

- a) a proposta RADAM/FUNAI, que não incluía todo o território ocupado pelos índios Xikrin por julgar inviável na época a sua aprovação e consequentemente, propendeu-se pela apresentação de uma área menor;
- b) a sugestão de limites defendida pelo DER-PA, que não é, aliás, o órgão indicado para apresentar propostas desta natureza, discordava apenas quanto ao limite Sul, que a ele interessa, sugerindo que o mesmo coincidissem com BR-279 e excluindo, dessa forma, grande parte da região Sul, considerada como habitat natural da comunidade Xikrin;
- c) a proposta da antropóloga Dra. Lux Vidal, que defende a ampliação da área, obedecendo aos contornos do habitat tradicional Xikrin; neste caso, seria incluída também a estrada BR-279.



Diante dessas propostas, o problema maior estava na divergência em torno do limite sul. Para solucionar esse impasse, a FUNAI designou o Grupo de Trabalho constituído pela Portaria 018/P, de 17/01/77, do qual resultou a delimitação, que serviu de base à demarcação feita da atual Área Indígena Catetê.

Com isto, ficou estabelecido que a delimitação da Área Indígena Catetê, receberia um acréscimo ao Norte e a Oeste, com a finalidade de compensar a perda do limite sul, em decorrência da passagem da BR-279. (que deverá ter a sua faixa de domínio inteiramente independente da delimitação da citada área).

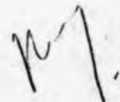

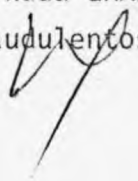
É bom salientar, segundo o Grupo de Trabalho supra referido, que este reajuste foi endossado pela comunidade Xikrin, pois a compensação proposta procurou as suas necessidades vitais.

O processo FUNAI/BSB/3640/77 (fls.38/39) trata da demarcação da Área Indígena Catetê, com uma superfície de 439.150,5452ha, e com um perímetro de 372,584km.

III - SITUAÇÃO ATUAL

Os problemas ocasionados pela morosidade da demarcação da Área Indígena Catetê ensejam o aparecimento de um número incontável de invasores, que passaram a atuar com todos os tipos de atividades, desde a exploração de madeira até a ocupação efetiva da terra. Criado o problema, tornou-se difícil resolvê-lo de pronto, pois certos indivíduos aproveitando-se do pretexto da indefinição da área pretextavam ocupar a terra de boa fé, sendo que na realidade, estavam ocupando terras sabidamente indígenas. A maioria dessas invasões não apresentava títulos de posse, mas apenas uma carta de autorização expedida pelo INCRA. Para facilitar a retirada de boa parte dessas invasões, o citado órgão esclareceu que apenas a Gleba Rio Maria tinha sido destinada ao processo de colonização oficial.

Após a demarcação, concluída em janeiro de 1978, a área foi totalmente desintrusada. Porém, no ano seguinte, novos invasores surgiram através da instalação de uma grande fazenda no interior da área já demarcada. Dita fazenda, denominada GRAN REATA, veio a se instalar na área Catetê através de expedientes fraudulentos, como a adulteração de mapas.



No ano seguinte, foi constatada uma grande retirada de madeira da área, tendo o IBDF promovido a apreensão das madeiras e multado os sócios da fazenda GRAN REATA, responsáveis pelo desmatamento.

Pouco depois os mesmos sócios começaram a formar pastos para a criação de gados, justificando assim sua permanência no interior da Área Catetê.

Passaram então a reivindicar um área de 33.000ha junto ao INCRA, sem nunca terem obtido o reconhecimento do órgão:

No ano de 1985 os Índios Xikrin, cansados de pedir pela retirada da fazenda retomaram-na, expulsando os seus empregados e assumindo o controle da mesma.

Nesse interim, várias ações foram movidas na Justiça, tanto por parte da FUNAI quanto por parte dos fazendeiros.

A primeira ação, de interdito proibitório foi proposta pelos sócios da fazenda GRAN REATA em setembro de 1980 após as diligências promovidas pela Polícia Federal na área. Nessa ação há um mandato de segurança interposto pela FUNAI e julgado em 18 de março de 1981, caçando a liminar deferida em benefício dos invasores no interdito proibitório.

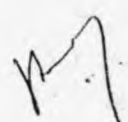
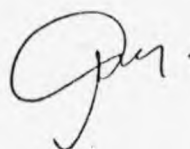
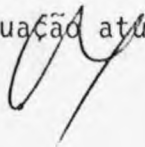
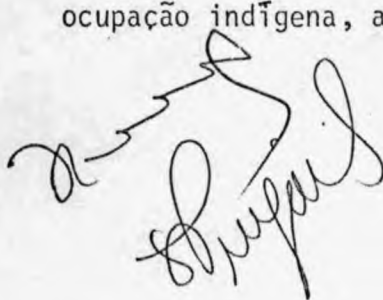
A 28 de fevereiro de 1986 o M.Juiz da 2a.Vara da Justiça Federal julgou improcedente o interdito proibitório dos autores, dando ganho de causa à FUNAI.

A FUNAI entrou também com uma ação de reintegração de posse em janeiro de 1983 e os invasores com outras duas ações; uma ação cautelar de atentado após retomada da fazenda pelos Índios e ainda um mandato de segurança para que a FUNAI não pudesse impedi-los de retornar e transitar na área em litígio.

Essas três últimas ações não foram ainda julgadas mas o desfecho é previsível, tendo em vista que o M.Juiz da 2a.Vara da Justiça Federal, ao julgar improcedente o interdito proibitório o fez com base na posse imemorial indígena e na demarcação da área, não podendo as demais ações julgar que o direito a posse é dos invasores.

IV - CONCLUSÃO


Dê todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que consti

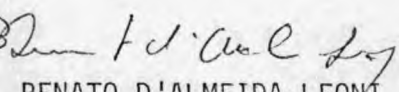


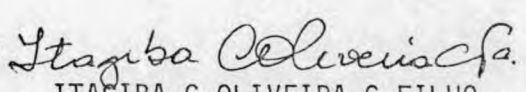
-05-

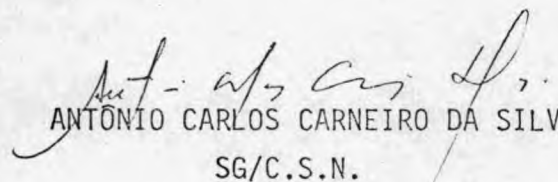
tuem a Área Indígena Catetê, e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, na conformidade do mapa memorial descritivo, anexos a este parecer.

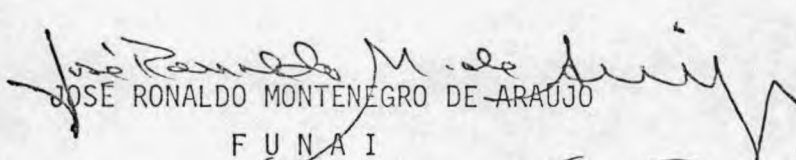
Brasília, 10 de dezembro de 1987

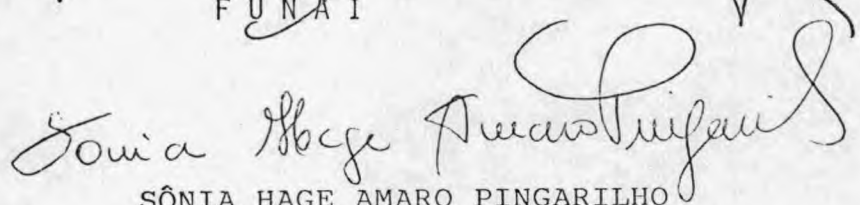

ROMERO JUCÁ FILHO
Coordenador GTI


RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER


ITAGIBA C. OLIVEIRA C. FILHO
MIRAD


ANTÔNIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA
SG/C.S.N.


JOSÉ RONALDO MONTENEGRO DE ARAÚJO
FUNAI


SÔNIA HAGE AMARO PINGARILHO
ESTADO DO PARÁ

PARECER Nº 171/87 - GT. INTERMINISTERIAL - DEC. Nº 94.945/87

ÁREA INDÍGENA: AWÁ

GRUPO INDÍGENA: GUAJÁ

LOCALIZAÇÃO: CARUTAPERA-MA

Senhores Ministros

O Grupo de Trabalho instituído na forma do Artigo 3º e Parágrafo 1, do Decreto nº 94.945/87, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio, sobre a definição dos limites da área indígena AWÁ, localizada no município de Carutape-ra-MA, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto.

I - CONSENSO HISTÓRICO

Os índios Guajá, pertencentes ao tronco linguístico TUPI formam uma sociedade de caçadores - coletores, que vivem nas altas matas dos vales dos Rios Pindaré, Turiaçu e Gurupi.

A presença dos índios Guajá nessa região foi reconhecida desde pelo menos 1853, quando, através de Relatório, o Presidente da Província do Maranhão referia-se a esses índios no Alto Rio Carú e afluentes do Rio Gurupi. Esta informação é repetida e ampliada em vários outros relatórios e em livros diversos, como os de Ribeiro Amaral (O Maranhão, em 1895), Curt Nimuendaju (The Guajá), informantes como o Velho Manoel Viana (95 anos de idade) e Zé Gurupi (70 anos), Guajajaras que nasceram próximo àquelas áreas e hoje vivem no PI Pindaré (Pindaré). *W*

257 *Y. G. L. F.* *Per.* *Phy.* *X*

Apesar de habitarem o centro da floresta, longe dos grandes rios, os índios Guajã não ficaram imunes ao avanço da "civilização", mantendo contatos esporádicos e sem continuidade com elementos da nossa sociedade.

Dessa forma, na última década do século passado intensificam-se as notícias da presença de índios nômades, já com o nome de Guajã, nos afluentes do Rio Carú. Provavelmente essas informações vieram trazidas por pessoas que viviam naquela região, junto a aldeias Guajajara, explorando óleo de copaíba e alguma seringa. Já então havia notícias de Guajã ao longo dos afluentes do médio Rio Gurupi, onde frequentemente pelejavam contra os Tembê e Urubu Kaapor seus inimigos históricos. Apesar de serem menos poderosos, os Guajã expandiram seu território, avançando para a margem leste do Pindaré, atingindo os afluentes Buriticupu e o médio Zutiwa, nos entremeios de aldeias Guajajara do Alti Rio Caru, que perderam sua pujança em função dos constantes surtos epidêmicos a partir da década de 30. Pelo lado do Gurupi e Turiaçu, dá-se igualmente uma queda contínua da população Kaapor a partir de 1949, e este espaço começa a ser ocupado por outros grupos Guajã.

Com a chegada da frente de expansão agrícola, os grupos Guajã perderam parte do seu território fragmentado nas regiões do médio Zutiwa, partes do Alto Pindaré e alguns afluentes do Turiaçu.

Por fim, enquanto não se concretizar a reserva Awã, a resultante territorial dessas expansões e reduções, compreendida entre o Rio Carú e o médio Gurupi, estará sujeita a novas reduções decorrentes das ações de madeireiros e fazendas.

II - ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

No que diz respeito à criação da Reserva Indígena Awã, que abrigará especificamente os índios Guajã, os estudos tiveram início com a emissão da Portaria nº 1921/E, de 09.08.85, criando GT com a finalidade de proceder "os estudos de identificação e levantamento ocupacional, visando a definição dos limites da Área Indígena Awã."

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

zonas F e G.

A dificuldade da aprovação dessa área, esbarará no consentimento do IBDF, responsável pela Reserva Flores tal Gurupi, criada pelo Decreto nº 50.026, de 25.07.61, onde está inserida a proposta da futura reserva indígena Awã.

Não sendo possível a aprovação da área proposta pelo GT, porém, adotando o seu princípio de criar uma reserva baseada na ocupação tradicional dos índios Guajã, que necessitam de um território compatível com o seu sistema sócio-cultural, a FUNAI e o IBDF, assinaram uma ATA DE REUNIÃO, através de seus representantes, no dia 10.11.87, propondo a criação definitiva de duas áreas:

- Área Indígena Awã - Localiza-se na intermediação das áreas indígenas Carú e Alto Turiaçu, constituindo um corredor entre essas áreas onde se encontram índios Awã já contatados, nos PINs Awã e Guajã. Foi estimada com uma superfície de 147.500 ha, com perímetro de 210 km.
- Reserva Biológica Gurupi - Sob a jurisdição do IBDF, a reserva Biológica Gurupi, com uma superfície de 341.650 ha e perímetro aproximado de 380 km, foi criada no sentido de preservar o ecossistema adjacente à área indígena Awã, constituindo um cinturão protetor desde o sul da Área Indígena Carú até a parte oeste da Área Indígena Awã.

Para que se desenvolva um perfeito entrosamento entre as duas áreas, deverá ser estabelecido um convênio entre a FUNAI e o IBDF, regulamentando a colaboração e atuação dos dois órgãos na preservação dos índios Guajã e do ecossistema, estando assegurada aos índios a livre perambulação na Reserva Biológica, enquanto isolados e nômades.

III - SITUAÇÃO ATUAL

Com relação à questão fundiária, os não-índios existentes dentro da futura reserva, são destituídos de títulos de posse, que lhes garantam respaldo jurídico.

Esta afirmação baseia-se no documento expedido pelo Cartório de Carutapera, onde afirma que "é desconhecido

Joelito

PM

PM. X

Com o intuito de selecionar dentro da reserva as áreas que ainda mantêm o seu nicho ecológico equilibrado, pressuposto para a sobrevivência biológica e cultural da sociedade Guajã, o GT dividiu a futura reserva em 7 zonas, a fim de verificar quais delas atendem às necessidades mencionadas. São elas:

Zona A: Serra da Desordem - Esta zona compreende os dois lados da Serra da Desordem, que divide as águas dos Rios Carú e Gurupi. É área tradicional Guajã, sendo que parte dela encontra-se devastada nas margens do Alto Rio Carú, numa faixa de 15 km.

Zona B: Alto Turizinho - Turiaçú - Esta zona faz a ligação com a Reserva Turiaçú. É área tradicional Guajã, com 1,25% de sua área devastada.

Zona C: Igarapé Mão de Onça ou Igarapé Fundo - Esta área faz um quadrilátero irregular com o Rio Gurupi, o Igarapé do Milho ou Araçateu e a zona B. Apresenta 3,75% de sua área devastada.

Zona D: Médio-Alto Gurupi - Inicia-se na margem esquerda do Igarapé Mão de Onça, ou norte, e vai até uns 15 km ao sul da embocadura do Igarapé Panema. Esta é a zona mais devastada, talvez em quase 30% de sua área.

Zona E: Paralelo 4º - Os limites desta zona são formados por um quadrilátero formado pelo Rio Gurupi, a bacia do Igarapé Panema, as encostas orientais da Serra do Tiracambú e o paralelo 4º.

É área de floresta e habitat tradicional dos Guajã.

Zona F: Serra do Tiracambú - Esta Serra, conhecida pelos Guajã, como WYTYRAMAI, foi durante as décadas de 1920 a 1960, o refúgio dos Guajã, quando as margens do Rio Carú e Pindaré eram controladas pelos Guajajara. É uma área geológica pleistocênica, rica e de alto teor de bauxita, detectado pelo DOCEGEO, subsidiária da CVRD.

Zona G: Brejinho - Brejão - Esses dois Igarapês formam uma bacia que desagua no Rio Pindaré, ao sul do paralelo 4º. No seu curso médio superior existe um grupo Guajã que frequentemente perambula pelos limites da Reserva Carú.

A análise feita pelo GT sobre as zonas resumidas acima, conclui que, constituem-se como território Guajã não sujeito a negociação as zonas A, B, C, E e parte das

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

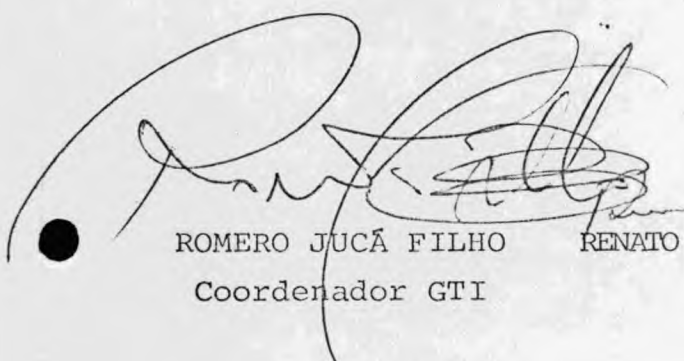
deste Cartório, registro de áreas ocupadas por terceiros dentro dessas mesmas áreas", ou seja, nas reservas indígenas Awã e Biológica Gurupi, fazendo apenas uma ressalva à última, onde existe a expedição de uma Certidão negativa de posse dos irmãos Galetti.

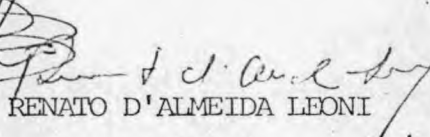
Com isso, concluída a etapa da demarcação da Área Indígena Awã, o processo de regularização fundiária resume-se apenas na retirada dos invasores, com direito a indenizações.


IV - CONCLUSÃO

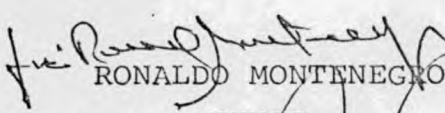
De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena AWÃ, e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, na conformidade do mapa e memorial descritivo, anexos a este parecer.

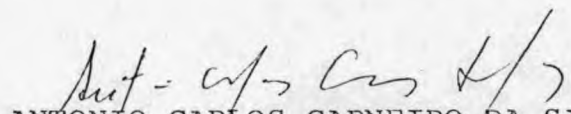
Brasília., 10 de dezembro de 1987


ROMERO JUCÁ FILHO
Coordenador GTI


RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER


ITAGIBA C. OLIVEIRA FILHO
MIRAD


RONALDO MONTENEGRO
FUNAI


ANTONIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA
SG/C.S.N.


FRANCISCO ORLANDO COSTA MUNIZ
ITERMA

PARECER Nº 172 /87 - GT INTERMINISTERIAL DEC Nº 94.945/87

Área Indígena : CAPIVARA

Grupo Indígena : MURA

Localização : Mun. de Autazes/AM

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do Artigo 3º, parágrafo 1º, do Decreto nº 94.945/87, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio, sobre a homologação da demarcação da Área Indígena CAPIVARA, localizada no Município de Autazes/AM, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto.

I. CONSENSO HISTÓRICO


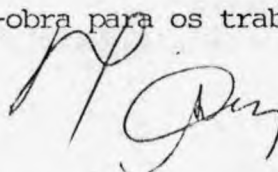
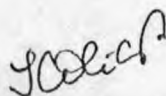
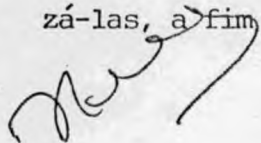
A etnia Mura é pertencente à família Mura, de tronco linguístico Mura, e se autodenomina BUHURAIN, BUXUWARY ou BUMARAHAY.

A especificidade cultural marcante da Nação Mura, caracterizada pelo seu espírito guerreiro, belicoso e hostil, permitiu-lhe lutar contra outras nações indígenas, estendendo os seus domínios por toda a bacia do rio Autaz, transformando-a em uma região por ela imemorialmente habitada.

Os primeiros documentos referentes ao povo Mura datam do século XVIII, por volta de 1714, quando são localizados na região abrangida pelo rio Madeira e seus tributários, entre eles os rios Maici e Marmelos.

É a partir do século XVIII que se dá a conquista da Amazônia pelos europeus, vindo a atingir a etnia MURA na região central do rio Amazonas.

O início do contato se deu de forma violenta, em função da consolidação do território conquistado pelos portugueses. Em contrapartida, as populações indígenas se rebelaram contra as pretensões ultramarinas de escravizá-las, a fim de explorá-las como mão-de-obra para os trabalhos de colonização e



assentamento dos núcleos de povoamento.

Os grupos indígenas dessa vasta região dificultavam a exploração e o comércio das drogas do sertão; a mão-de-obra tornava-se cada vez mais escassa; a soberania portuguesa constantemente ameaçada pelas forças espanholas, inglesas, holandesas e francesas.

Depois de um longo período de lutas travadas entre os índios e os portugueses, inicia-se o processo de apaziguamento, marcado no ano de 1784, quando os Mura, para surpresa dos civilizados, dirigem-se em pequenos grupos à localidade de Santo Antônio de Moripy (no Japuira) e ainda às vilas de Borba, Alvarães e Tefé em missão de paz, permanecendo entre aqueles por algum tempo. Essa aproximação, segundo os historiadores, expressa a incapacidade dos índios de suportarem não somente as pressões diretas dos portugueses, através das lutas sangrentas, mas as pressões dissociativas, representadas pelas doenças contraídas como a gripe, o sarampo, a varíola e muitas outras, até então desconhecidas pelos povos nativos que habitavam as Américas, dizimando-os e promovendo a depopulação dessas nações.

Após a pacificação os MURA dispersaram-se, fixando-se em pequenas aldeias nos rios Madeira, Autazes, Solimões, Jandiatuba, Urubu, Abacaxis, Trombetas e Mura-Tapera (atual cidade de Oriximiná, no Pará).

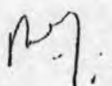
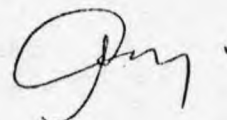
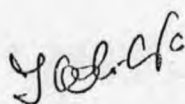
A relação de *modus vivendi* foi interrompida, quando os índios aderiram aos negros e mestiços, para lutarem na Revolta da Cabanagem, que resultou em verdadeiro massacre dos revoltosos.

Em 1853, vários documentos fazem referência à existência das seguintes aldeias:

- Sapucaia-Oroca, Matauará, Atininga, Matupiri, Manicoré, Capanã, Upiara, Baetas, Lago do Antonio, Carapanatuba, Três Casas, Crato e Lago Arauá (Foz do rio Aripuanã).

Em 1926, culturalmente decadentes, os MURA reduzem seu espaço geográfico, habitando a região dos rios Madeira, Urubu, Autaz e Manicoré.

Em 1978 são encontradas aldeias fixas Mura à margem direita do Solimões; à jusante do rio Coari; na região entre os rios Solimões e Autaz; à margem direita do rio Canumã; no médio Madeira, no rio Urubu, Careiro e Borba, no Estado do Amazonas.



II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

A Área Indígena CAPIVARA, de posse imemorial MURA, foi reconhecida pelo Serviço de Proteção ao Índio - SPI, que realizou sua demarcação com superfície de 5.252.746 metros quadrados, conforme mapa e descritivo datados de 11 de dezembro de 1918, respaldado na Lei Estadual nº 941, de 16 de outubro de 1917.

Reidentificada pela FUNAI, a Área Indígena Capivara conta atualmente com uma superfície de 650 ha e 14 km de perímetro.

Para o término do processo fundiário, coube à FUNAI a demarcação/avivenciação dos limites daquela terra, para dar consequente procedimento relativo a sua regularização junto aos Órgãos competentes.

III. SITUAÇÃO ATUAL

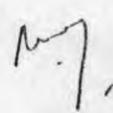
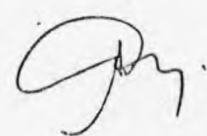
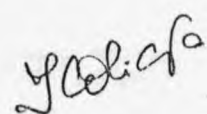
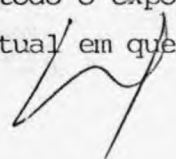
A Área Indígena Capivara é privilegiada por não possuir em seus domínios qualquer ocupação por não-índios, bem como não consta haver nela incidência de títulos de propriedade ou de projetos governamentais.

Apesar de não haver invasores na acepção da palavra, tem ela sido explorada em seu potencial madeireiro por terceiros e ainda, têm os MURA se sujeitado a trabalho remunerado com bebida alcoólica.

Torna-se imperativa a regularização fundiária dessa área, antes que a mesma deixe de ser exceção, para fazer parte da regra, caracterizada pela invasão civilizatória da maioria das áreas indígenas. Daí a FUNAI apresentá-la a V.Excias, para a edição de Portaria Interministerial declaratória de ocupação indígena e, concomitantemente, Decreto Homologatório da demarcação efetuada.

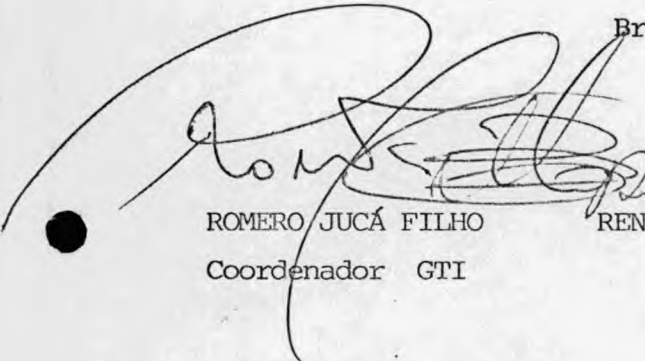
IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área



Indígena CAPIVARA, e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Exce -
lências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, na conformidade do mapa e
memorial descritivo, anexos a este parecer.

Brasília, 10 de dezembro de 1987



ROMERO JUCÁ FILHO

Coordenador GTI



RENATO D'ALMEIDA LEONI

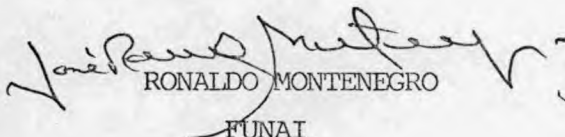
M I N T E R



ITAGIBA C. OLIVEIRA FILHO

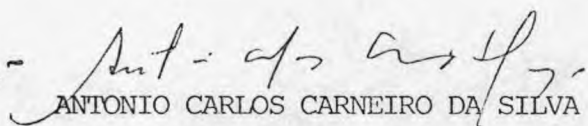
ITAGIBA C. OLIVEIRA FILHO

M I R A D



RONALDO MONTENEGRO

FUNAI



ANTONIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA

SG / C S N

PARECER Nº 173 /87-GT. INTERMINISTERIAL - DEC. 94.945/87

ÁREA INDÍGENA: CUIA

GRUPO INDÍGENA: MURA

LOCALIZAÇÃO: MUN. AUTAZES-AM

Senhores Ministros

O Grupo de Trabalho instituído na forma do Artigo 3º, e Parágrafo 1º, do Decreto nº 94.945/87, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio sobre a homologação da de marcação da área indígena CUIA, localizada no Município de Autazes-AM, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto.

I - CONSENSO HISTÓRICO

Os Mura, pertencentes à família linguística Mura, foram considerados dos mais belicosos e aguerridos indígenas do Vale do Madeira, mencionados pela primeira vez na literatura histórica em 1.714. Ao longo de todo o século XVIII, destacaram-se como hábeis guerreiros, pondo sob "ameaça" vastíssima extensão de terras através de suas expedições expansionistas e bélicas, contra outros índios e contra os colonizadores da região banhada pelos Rios Solimões, Madeira, Purus, Codajás, Coari, Caiauvé, Tefé, Japurá, Negro e outros mais. Em 1.784 foram orçados em 60.000 indígenas.

Após muitas lutas, e também em consequência de surtos epidêmicos, o grupo Mura sofreu violento decréscimo populacional. Assim, já em 1.784, eles aparecem em atitude pacífica em Santo Antônio do Maripy, aproximando-se desde então dos

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

núcleos civilizados. Terminava assim a resistência de um povo à dominação. A partir daí adquirem hábitos estranhos à sua cultura, miscigenam-se, descaracterizam-se, dispersam-se.

Na segunda metade do século XIX a diminuição da população Mura se acentua, pois muitos desses indígenas, havendo participado do "movimento popular conhecido como Cabanagem", são violentamente perseguidos pelo Governo regional. Aumenta cada vez mais sua dispersão.

Em 1.926, os Mura localizavam-se basicamente nos rios Madeira, Urubu e Autaz, somando cerca de 1.400 indivíduos.

"O Serviço de Proteção aos Índios/SPI, através de sua Inspeção Regional(...) reconheceu, definiu e demarcou 23 lotes de terra destinados aos remanescentes Mura, atualmente fixados nos Municípios de Autazes, Careiro e Borba, no Estado do Amazonas" (Sílvia B. Tafuri, 1986).

II - ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 1816/E/85, após estudos e levantamentos de campo pertinentes e atendendo às reivindicações dos Mura, considerou a demarcação efetuada pelo Serviço de Proteção aos Índios com base no Decreto nº 941, de 16/02/1917, ocasião em que foi executada a demarcação de outros 22 lotes, também habitados por aqueles indígenas em caráter imemorial.

O aludido GT sugeriu a área localizada à margem direita dos Igarapés Cuia e Caranãzinho, conforme o mapa incluído no dossiê, compreendendo a proposta 1.150 ha. de superfície e perímetro de 15 Km, aproximados.

A Área Indígena em apreço foi redemarcada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio, com superfície de 1.322,3875 ha. e perímetro de 16.712,218m.

III - SITUAÇÃO ATUAL

O GT instituído pela Portaria nº 1816/E/85 informa


[Handwritten signatures and initials follow]

que não há incidência de títulos de propriedade, nem de áreas destinadas a projetos oficiais; tem, sim, 04 (quatro) posseiros invasores daquelas terras, cujas benfeitorias indenizáveis foram orçadas em 282,33 OTNs, correspondentes a CZ\$ 130.854,30 (cento e trinta mil, oitocentos e cinquenta e quatro cruzaços e trinta centavos), em valores atuais.

IV - CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena **CUIA** e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da **FUNAI**, na conformidade do mapa e memorial descritivo anexos a este parecer.

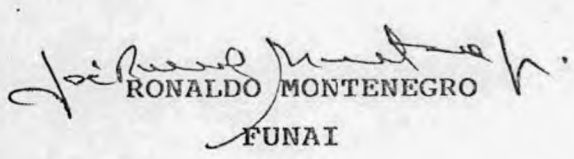
Brasília, 10 de dezembro de 1987



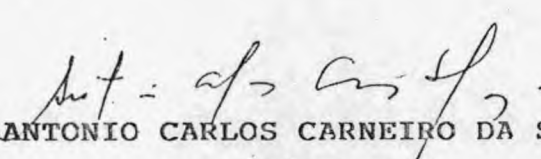
ROMERO JUCÁ FILHO
COORDENADOR GTI

RENATO D'ALMEIDA LEONE
MINTER

ITAGIBA C. OLIVEIRA FILHO
MIRAD



RONALDO MONTENEGRO
FUNAI



ANTONIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA
SG/C.S.N.

PARECER Nº 174 /87 - GT INTERMINISTERIAL DEC Nº 94.945/87

Área Indígena : PARACUHUBA
Grupo Indígena : MURA
Localização : Mun. Autazes/AM

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do Artigo 3º, parágrafo 1º, do Decreto nº 94.945/87, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio, sobre a homologação da Demarcação da Área Indígena PARACUHUBA, localizada no Município de Autazes/AM, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Os Mura foram citados pela primeira vez na literatura a partir de 1714, quando localizados na região abrangida pelo rio Madeira e seus tributários, entre eles os rios Maici e Mar melos.

Considerados belicosos, hostis e guerreiros, participaram de várias lutas contra as tropas auxiliares do Governo Português, ficando famosas e respeitadas suas táticas de guerra e ataques de emboscadas, ciladas planejadas, evitando o confronto direto com o inimigo.

No decorrer do século XVIII os Mura são mencionados e temidos por expedições expansionistas e guarnições militares, localizando-se em várias regiões de terras baixas e alagadas da vila de Silves, Vila de Borba, rios Madeira, Autaz, Purus,

Solimões, Codajás, Coari, Caiamé, Tefé, Japurá, Jaú, Urini, Parã do Arauató, entre outras.

Em 1784 os Mura dirigem-se em pequenos grupos à localidades de Santo Antônio do Maripy e ainda às vilas de Borba, Alvarães e Tefé em missão de paz, permanecendo ali por algum tempo. Consta que, não suportando mais as pressões sofridas, aproximaram-se dos "civilizados", iniciando-se a partir de então violento processo de miscigenação e consequente descaracterização cultural.

De acordo com historiadores, tal contato teria se efetuado em função de encontrar-se o grupo em franca depopulação, dizimado por sangrentas lutas, epidemias de sarampo, varíola, pela adoção de novos e nocivos hábitos e, principalmente, em razão da mortal guerra que contra os Mura empreenderam os Munduruku.

O Serviço de Proteção aos Índios-SPI, através da Inspetoria Regional do Amazonas com sede em Manaus, reconheceu, definiu e demarcou 23 lotes de terra destinados aos remanescentes Mura, atualmente fixados nos municípios de Autazes, Careiro e Borba, no Estado do Amazonas. Finalmente, considerando a situação cultural dos Mura de Autazes, decorrente de dois séculos de intenso e violento contato com a sociedade regional; do processo de miscigenação; da carência alimentar; da difusão do uso de bebidas alcoólicas, os aldeamentos encontram-se em processo dissociativo, com tendência à ruptura da vida comunitária.

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

O estudo realizado pelo GT indicado pela Portaria nº 1816/E, de 08 de janeiro de 1985, identifica e delimita a Área Indígena Paracuhuba, de ocupação imemorial dos Mura, localizada às margens do Lago Paracuhuba, situado à margem direita do Parã do Autaz-Açú ou Madeirinha, indicando uma área com superfície de 1.040,00 ha e perímetro de 14 km.

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

A referida proposta baseia-se em estudo realizado em campo, em pesquisa bibliográfica e anseios da comunidade.

A Área Indígena Paracuhuba foi demarcada pelo Serviço de Proteção aos Índios-SPI, conforme descritivo e mapa datados de 07 de junho de 1919, com amparo na Lei Estadual nº 941, de 16 de outubro de 1917, compondo uma área de 9.671.759 m².

III. SITUAÇÃO ATUAL

A aldeia Paracuhuba é habitada por 45 Muras, distribuídos em 07 casas, que abrigam 08 famílias cada. As casas são semelhantes às regionais ribeirinhas; palafitas construídas em madeira, palha e envira.

A força de trabalho ativa soma 14 indivíduos, homens e mulheres entre 15 e 50 anos, que se dedicam à agricultura, à pesca, coleta, extrativismo.

A Área Indígena não possui em seus limites qualquer invasão por não-índios. O GT constatou a inexistência de propriedades tituladas ou de projetos oficiais.

A identificação e delimitação da área encontra-se de acordo com o Decreto nº 94.945/87, não havendo portanto, qualquer impedimento legal para a homologação da demarcação de seus limites.


IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as ter

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

ras que constituem a Área Indígena PARACUHUBA, e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, na conformidade dos mapa e memorial descritivo, anexos a este parecer.

Brasília, 10 de dezembro de 1987



ROMERO JUCÁ FILHO

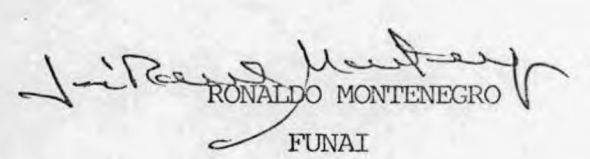
Coordenador GTI

RENATO D'ALMEIDA LEONI

M I N T E R

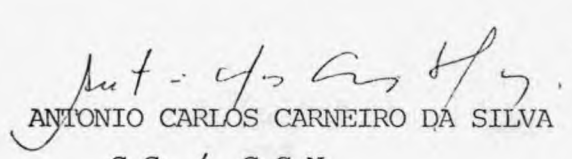
ITAGIBA C. OLIVEIRA FILHO

M I R A D



RONALDO MONTENEGRO

FUNAI



ANTONIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA

S G / C S N

PARECER Nº 175/87-GT. INTERMINISTERIAL - DEC. 94.945/87

ÁREA INDÍGENA: NOVE DE JANEIRO
GRUPO INDÍGENA: PARINTINTIN
LOCALIZAÇÃO: MUN. DE HUMAITÁ-AM

Senhores Ministros

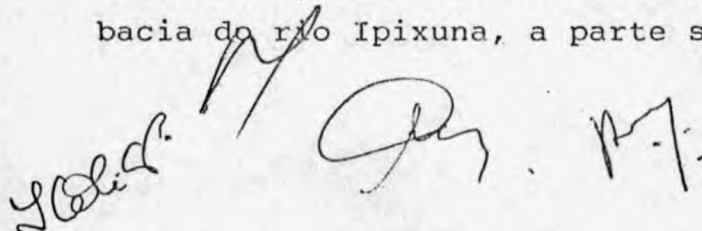
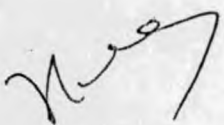
O Grupo de Trabalho instituído na forma do Artigo 3º, e Parágrafo 1º, do Decreto nº 94.945/87, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio sobre a definição dos limites da área indígena Nove de Janeiro, localizada no Município de Humaitá-AM, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto.

I - CONSENSO HISTÓRICO/ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

Os índios Parintintin, de tronco linguístico Tupi Kawahib, habitam a bacia do rio Madeira desde tempos imemoriais, o que pode ser comprovado através do mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú, etnólogo que dedicou seus estudos à compreensão da vida dos povos indígenas da região amazônica, desde o início do século XX.

Trabalhos recentes vêm demonstrar a afirmação precisa do mapa de Nimuendajú, através do relatório do Antropólogo Levinho, onde diz:

" O território Parintintin tradicional se estende do baixo Ipixuna até o rio Machado, incluindo a bacia do rio Ipixuna, a parte superior do rio



Maici, a bacia inteira do Maici-Mirim e os Igara
pés Pupunha e Maicizinho de Colonos" (Relatório pá
gina 17).

Com a contínua invasão sofrida pelas terras Parin
tintin a partir da dita "pacificação", omitindo-se o SPI ou tal
vez sem condições de impedi-la, o processo se tornou irreversí
vel, bem como a "cabocliização" dos indígenas e a perda de sua
cultura ancestral. Até o INCRA, responsável pela arrecadação da
"gleba Pupunha" em 1978, dentro daquele território, dá a impres
são de que não aceita o grupo como indígena, negando-lhe tal
identidade.

A parte mais antiga do território ocupado pelos
Parintintin compreende as bacias do Maici e do Maici-Mirim, con
forme relatos orais. Como consequência das guerras inter-tribais
e perseguições de regionais e da própria organização social des
ses indígenas - pequenos aldeamentos formados por famílias ex
tensas, exogamia, morte de pessoas importantes, rivalidades in
ternas e entre aldeamentos, - Os Parintintin são classificados
dentro de padrões de grupos movediços e bastante espalhados uns
dos outros (vide relatório Levinho).

"Ainda hoje, a dispersão Parintintin surge como
condição indispensável para evitar conflitos pela disputa das
áreas de exploração de recursos naturais (sorva, madeira, cas
tanha, etc.), já escassos, e dos territórios de caça e pesca pou
co produtivos". (id.Ibid.: 19).

Considerando todos os fatores apontados, as ativida
des de subsistência do grupo e suas cararterísticas sociais, o
adensamento das frentes pioneiras na região e ouvidos os indíge
nas, o GT instituído através da PP nº 1810/84 definiu parte do
território imemorial Parintintin, dele excluindo os limites da
gleba Pupunha, demarcada pelo INCRA em 1984. A área delimitada é
considerada pelo GT como "indispensável à sobrevivência do grupo
e reprodução de seu modo de vida", perfazendo um total de
234.400 ha. e perímetro de 290 Km.

II - SITUAÇÃO ATUAL

Conforme se depreende da leitura do relatório, a

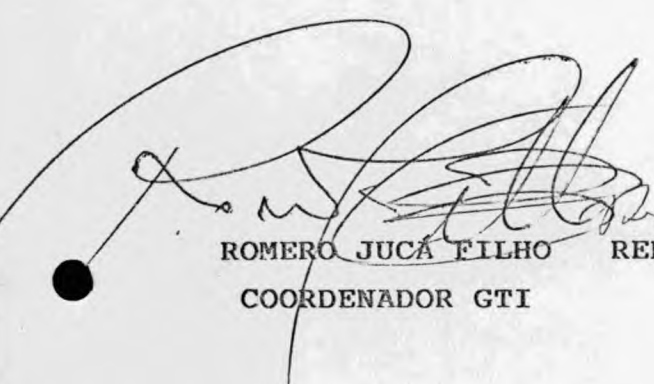
[Handwritten signatures and initials]

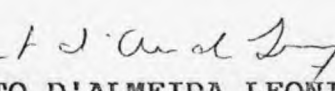
Área Indígena Nove de Janeiro (Parintintin) não apresenta ou
tros moradores que não os índios. Há incidência de dois pequenos
títulos junto ao Lago de Poção (id.ibid.: 33). De acordo com
observações recentes do antropólogo Wand Krecke, (1986) "não hou
ve mudanças em relação à situação constatada no ano de 1985, no
que se refere à questão da terra". (id.ibid.).

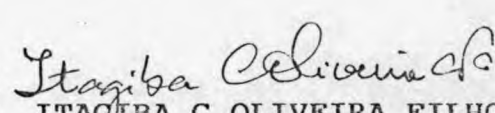
IV - CONCLUSÃO

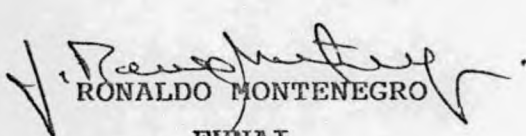
De todo o exposto, considerada a imemorialidade
da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as
terras que constituem a Área Indígena Nove de Janeiro e ainda
tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o
Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vos
sas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, na
conformidade do mapa e memorial descritivo, anexos a este pare
cer.

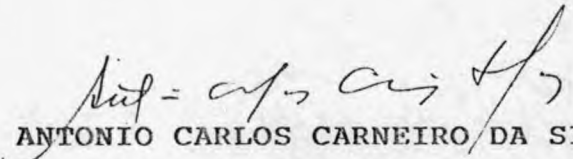
Brasília, 10 de dezembro de 1987


ROMERO JUCÁ FILHO
COORDENADOR GTI


RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER


ITAGIBA C. OLIVEIRA FILHO
MIRAD


RONALDO MONTENEGRO
FUNAI


ANTONIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA
SG/C.S.N.

PARECER Nº 176 /87 - GT. INTERMINISTERIAL - DEC. 94.945/87

ÁREA INDÍGENA: ANAMBÊ

GRUPO INDÍGENA: ANAMBÊ

LOCALIZAÇÃO: MUN. MOJU/PA

Senhores Ministros

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º, do artigo 2º, do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio, sobre a definição dos limites da Área Indígena Anambê, localizada no Município de Moju, Estado do Pará, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto, e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I - CONSENSO HISTÓRICO

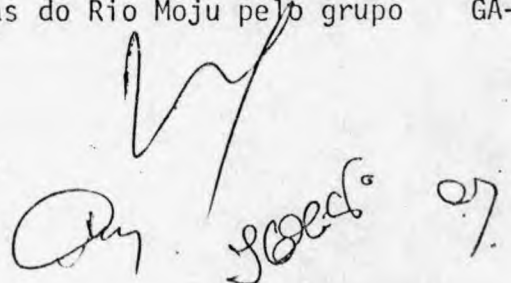
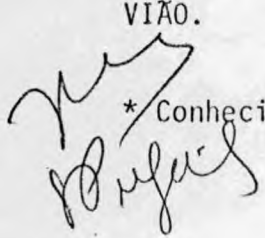
Os ANAMBÊ, de língua tupi, habitavam tradicionalmente à margem esquerda do rio Tocantins. Em 1.864 foram visitados por Ferreira Pena, que os considerou "... como os únicos habitantes indígenas daquela área".

Por todo o final do século XIX e início do século XX, foram os ANAMBÊ mencionados por viajantes e localizados na margem esquerda do Tocantins.

A partir da primeira metade do nosso século, o grupo abandona seu habitat tradicional e transfere-se para a margem direita do Tocantins, na região do rio Cairari,* afluente da margem esquerda do Rio Moju.

De acordo com a memória tribal, os ANAMBÊ fugiram para o Cairari, após serem expulsos das cabeceiras do Rio Moju pelo grupo GAVIÃO.

* Conhecido também pelos índios como Cajari.



As primeiras notícias dos ANAMBÊ no Rio Cairari datam de 1.940. Ocuparam sucessivamente várias aldeias - Sipoteua, Marinheiro, Queimada Grande e Urubu - em ambas as margens rio abaixo, até fixarem-se na área que ocupam atualmente.

Várias vezes funcionários do antigo SPI e da FUNAI foram enviados à área, para proceder levantamento quanto à situação do grupo e propor medidas de assistência, mas nenhuma providência pôde ser tomada.

Em 1976, a FUNAI realizou levantamento entre os ANAMBÊ, propondo limites para a demarcação daquela área; entretanto, os trabalhos não tiveram continuidade.

Em 1978, a FUNAI propõe aos ANAMBÊ sua transferência para a ÁREA INDÍGENA ALTO RIO GUAMÃ, onde receberiam assistência através da aquele Posto Indígena; contudo, os índios não aceitaram abandonar suas terras.

Em 1982, cansados de esperar por providências da FUNAI, os ANAMBÊ concordaram com a proposta do Órgão Tutor. Entretanto, o grupo não se adaptou à região do Guamã e, no mesmo ano, retornou para o Cairari, onde aguarda a regularização de suas terras.

II - ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI PARA DEMARCAÇÃO

O Grupo de Trabalho designado para realizar identificação e delimitação de limites da ÁREA INDÍGENA ANAMBÊ foi instituído pela Portaria 1.793/E, de 09.11.84.

Após os estudos desenvolvidos, o GT propôs para a sobrevivência dos ANAMBÊ área com superfície de 8.150 ha e 42 km de perímetro, conforme mapa e memorial descritivo, anexos.

O embasamento dessa proposta apoia-se no fato da real ocupação da área pelo grupo, da qual retira os meios para sua sobrevivência, de acordo com os artigos 17 e 23 da Lei nº 6.001/73 - Estatuto do Índio.

Esta proposta não coincide com a elaborada em 1.976, abrangendo as duas margens do Rio Cairari. A redução da área é fruto de decisão da Comunidade ANAMBÊ, que alega ausência de utilidade da outra margem (esquerda). "Possivelmente, tal decisão tem origem no fato dessa área encontrar-se atualmente totalmente ocupada por famílias mestiças ou de parentes dos "civilizados" que vivem junto aos índios".

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left and several initials on the right.

III - SITUAÇÃO ATUAL

A aldeia ANAMBÊ, localizada à margem direita do Rio Cairari, afluente da margem esquerda do Moju que, por sua vez, é afluente da margem direita do Tocantins, conta com população de 38 indivíduos, distribuída em 06 casas, com laços de casamento entre índios e "civilizados".

Nas imediações da área proposta localizam-se algumas famílias ANAMBÊ, que mantêm estreitas relações com seus parentes aldeados.

Registra-se também a existência de outras famílias ANAMBÊ dispersas e localizadas em outros pontos do Rio Cairari, no Moju e nas cidades de Mocajuba e Belém.

Não foi detectada incidência de títulos de domínio sobre a área proposta.

Conforme levantamento fundiário procedido naquela área indígena, foi registrada a presença de três ocupantes; dois deles, sem benfeitorias, já abandonaram o local. O terceiro, lá residente há mais de 20 anos, aguarda pagamento referente à indenização de suas benfeitorias, arcadas em 1.210,87 OTN.

IV - CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual com que se encontram as terras que constituem a Área Indígena Anambê, e ainda à vista do interesse público e do interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, na conformidade do mapa e memorial descritivo, anexos a este parecer.

Brasília, 10 de dezembro de 1987.

ROMERO JUCÁ FILHO
Coordenador GTI

RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER

ITAGIBA C.O. FILHO
MIRAD

RONALDO MONTENEGRO
FUNAI

Ant = c/s
ANTONIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA
SG/C.S.N.

SÔNIA HAGE AMARO PINGARILHO
ESTADO DO PARÁ

PARECER Nº 177/87 - GT. INTERMINISTERIAL - DEC. 94.945/87.

TERRA INDÍGENA : PARI-CACHOEIRA

GRUPO INDÍGENA : TUKANO, TUIUCA, TARIA
NO, BARASANA, CUBEO,
YEBÁ-MAHSÁ, MAKŪ, DESA
NO, MOKURA, PIRA-TAPUIA,
MIRITI-TAPUIA, KARAPA
NÁ e WANANA.

LOCALIZAÇÃO : MUN. DE SÃO GABRIEL DA
CACHOEIRA e JAPURÁ

Senhores Ministros

O Grupo de Trabalho instituído na forma do Artigo 3º, e Parágrafo 1º, do Decreto nº 94.945/87, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio, sobre a definição dos limites da terra indígena PARI-CACHOEIRA, localizada nos Municípios de São Gabriel da Cachoeira e Japurá, no Estado do Amazonas, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto.

I. CONSENSO HISTÓRICO

As notícias sobre os grupos indígenas do alto Rio Negro remontam ao século XVII e têm início com a viagem de

[Handwritten signatures and initials]

Pedro Teixeira, de Quito a Belém, relatada pelo Padre Cristobal de Acunã, que cita a existência de 12 tribos no referido rio.

Pouco depois, iniciam-se as expedições de escravizadores, chamadas "Tropas de resgate", das quais as mais famosas foram as comandadas por Pedro da Costa Favella. Consta que, em 1665, uma única expedição sob seu comando aprisionou 400 índios, matou outros 700 e incendiou 300 aldeias.

No ano de 1694 é confiada aos religiosos Carmelitas, a catequese no Rio Negro. A partir dessa data começam então a surgir as "reduções" ou reuniões de grupos indígenas diversos junto a uma missão religiosa.

No século seguinte, no entanto, mais precisamente em 1755, por decisão do Marquês de Pombal, os religiosos foram excluídos da direção dos povoados indígenas, passando a serem nomeados para tal, os "Diretores dos Índios".

Reduziu-se assim a influência da catequese e novamente os índios do alto Rio Negro retomaram a vida tribal e comunal.

Após a independência, no ano de 1850 foi criada a província do Amazonas, e seu primeiro governador nomeou o frei Capuchinho Gregório José Maria de Bene, "Vigário encomendado das freguesias e povoações do alto Rio Negro e Missionário dos rios Uapês e Içana". Esse Missionário Capuchinho tratou de retomar a atividade catequética no alto Rio Negro e, em pouco mais de dois anos, pôs-se em contato com 25 tribos. O relatório do Padre Gregório, datado de 1863, traz ainda um mapa com a localização desses grupos, destacando-se as tribos Cubeo, Macû, Desana, Tucano, Piratupuia, Baniwa e Carapanã.

Os Capuchinhos retiraram-se do rio Negro em 1888.

Somente em 1914 os religiosos retornaram ao alto Rio Negro, desta vez através da Congregação Salesiana de São João Bosco, a qual, até os dias atuais presta assistência aos índios da região.

Handwritten signatures and initials:
M. J. Bene
P. J. de Bene
J. J. de Bene
J. J. de Bene

"No rio Uapês e em seus principais afluentes da margem direita, Tiquiê e Papuri, há, em território brasileiro, nove tribos: Tucanos, Tarianos, Dessanos, Piratupúias, Ara-paços, Tuiucas, Miriti-Tapuias, Uananas e Macus".

Com esses dizeres, o missionário Salesiano Pe. Antonio Giocone inicia seu livro "Os Tucanos", escrito por volta 1935. A explicação para a redução do número de tribos está não somente no decréscimo populacional resultante de um contato mais intenso com o homem branco, mas também na ação aglutinadora dos missionários e ainda numa certa confusão anterior na denominação dos grupos, já que cada um deles dispõe de uma nomenclatura própria e única em relação aos demais.

Do exposto, fica patente a antiguidade da ocupação indígena da terra Pari-Cachoeira, o que a caracteriza como Terra Indígena Imemorial, ao abrigo do artigo 198 da Constituição Federal.

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

As ações da FUNAI no sentido de definir os limites da terra Pari-Cachoeira iniciam-se em 1979 com a proposta apresentada pela COAMA - Coordenação da Amazônia, de uma área de 1.020.000 ha. Essa proposta inicial mereceu a emissão da Portaria nº 546/N, de 29 de janeiro de 1979, onde o Presidente da FUNAI declarava a área como de ocupação dos Índios Tucano, Baniwa, Piratapuia, Karapanã, Makû e Desano. Essa Portaria foi publicada no Diário Oficial do dia 02 de fevereiro do mesmo ano. Juntamente com essa Portaria, foram publicadas também as Portarias de declaração das áreas indígenas Iauaretê e Içana-Aiari.

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

A área, no entanto, não chegou a ser demarcada em função da existência de propostas divergentes quanto aos limites das mesmas. Havia ainda a proposta da UFAC - União Familiar Animadora Cristã, de unir em uma só área, de aproximadamente 6.000.000 ha, todas as áreas indígenas do alto Rio Negro. Essa proposta sofreu alguns reajustes posteriores culminando na proposta do GT instituído pela Portaria nº 1892 de 19.96.85, com superfície de 8.150.000 ha.

No ano de 1986 segue um novo GT, instituído pelas Portarias nº 2003 e 2018, de 17.01.86 e 04.03.86 respectivamente, com a incumbência de identificar a área indígena Pari-Cachoeira unicamente. A proposta encaminhada pelo GT apresentava uma área de 2.146.500 ha, incluindo nela o território dos ĩndios Maku.

Ainda no ano de 1986, no mês de junho, os lĩderes indígenas de Pari-Cachoeira, após ouvirem suas comunidades, encaminharam documento à FUNAI onde reafirmam a necessidade de demarcação de uma terra contínua, opondo-se à divisão de área em lotes familiares. No mesmo documento os líderes optaram por excluir da terra indígena Pari-Cachoeira o território de ocupação dos ĩndios Maku, passando a mesma a contar com uma superfície de 1.152.000 ha.

É essa área que, desde então, vem a FUNAI gestionando no sentido de sua homologação e demarcação, considerando obviamente que aos ĩndios Maku deverá ser reservada posteriormente outra área, em complemento desta.

Mais recentemente o Ministério do Interior, através da Exposição de Motivos nº 058, de 28.09.87, propôs a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial com vistas à elaboração de um Plano de Ação para coordenar as medidas do Governo Federal a serem desenvolvidas na Terra Indígena Pari-Cachoeira.

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

Após aprovado pelo Sr. Presidente da República, o GTI dirigiu-se a campo e, no seu retorno, apresentou o documento "Projeto Calha Norte - Subprojeto Pari-Cachoeira - Plano de Ação Preliminar". A finalidade do documento é apresentar uma sistemática nova para demarcação de terras indígenas na Faixa de Fronteira, a luz do decreto nº 94.946 de 23.09.87.

Tal sistemática consiste, no caso específico de Pari-Cachoeira, na criação de três colônias indígenas, abrangendo a quase totalidade das aldeias, entremeadas por Florestas Nacionais.

A Colônia Indígena Pari-Cachoeira I foi delimitada em 320.000 ha aproximadamente, englobando 59 comunidades. A Colônia Pari-Cachoeira II foi proposta com 150.000 ha aproximados, abrangendo 10 aldeias e deixando outras cinco de fora, porém, compartilhando das ações governamentais prestadas às comunidades englobadas. A Colônia Indígena Pari-Cachoeira III, delimitada em 10.000 ha, abrange o garimpo da Serra do Traira, onde vivem cerca de 200 índios envolvidos na extração do ouro.

As três colônias, assim delimitadas, perfazem um total de 480.000 ha. Os restantes 672.000 ha, complementares da proposta da FUNAI de 1.152.000 ha, passam a ser caracterizados como Florestas Nacionais destinadas à preservação da identidade cultural das populações indígenas das colônias e à eventual exploração econômica, de acordo com a legislação vigente e autorização das comunidades indígenas, devendo tais atividades gerar "royalties" às populações das Colônias Pari-Cachoeira I, II e III.

O Plano prevê ainda que deverá ser firmado um convênio entre a FUNAI e o IBDF transferindo a administração das Florestas Nacionais Pari-Cachoeira da segunda para a primeira.

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

III. SITUAÇÃO ATUAL

A terra indígena Pari-Cachoeira, considerada em sua delimitação atual, com superfície de 1.152.000 ha, não conta com invasões permanentes, seja de fazendeiros, posseiros ou garimpeiros.

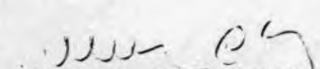
Observem-se no entanto, tentativas esporádicas de estranhos no sentido de violar o território indígena, especialmente por parte de garimpeiros, para quem o ouro, encontrado em alguns pontos da área, constitui uma eterna fonte de cobiça.

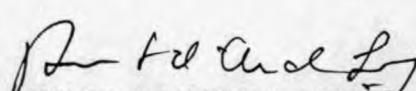
As pressões cada vez mais frequentes sobre os limites da área eleita, aliadas ao forte impulso ocupacional a ser desencadeado pelo Programa Calha Norte nas zonas fronteiriças da Amazônia, tornam inadiável a demarcação desta e de outras áreas indígenas da região.

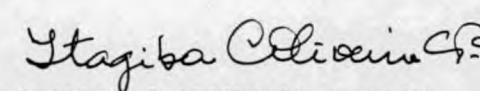
IV. CONCLUSÃO

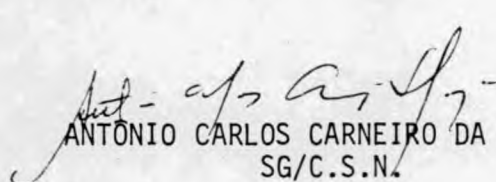
De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a TERRA INDÍGENA PARI-CACHOEIRA, e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, na conformidade do mapa e memorial descritivo, anexos a este parecer.

Brasília, 10 de dezembro de 1987.

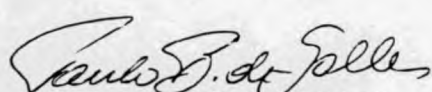

ROMERO JUCÁ FILHO
Coordenador GTI


RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER


ITAGIBA C. OLIVEIRA C. FILHO
MIRAD


ANTÔNIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA
SG/C.S.N.


JOSÉ RONALDO MONTENEGRO DE ARAÚJO
FUNAI


PAULO BENINCÁ DE SALLES
IBDF

1125.0836

+

611391ICRA BR

611344FNAIHBR

001414

DE BRASILIA NR 811 24.11 1730

ILMO SR

ITAGIBA C. O. CAMPOS FILHO

MD. SUPERINTENDENTE DO MIRAD NO GT DEC. 94.945/87

COORDENADOR CTI/MIRAD - SBN - PALACIO DO DESENVOLVIMENTO 8A ANDAR
BRASILIA-DF

NR 456/PRESI DE 24.11.87 - COMUNICO QUE ESTAH MARCADA PARA O PROXIMO
DIA 10.12.87, 15 HORAS, SEDE FUNAI, REUNIAO GT DEC. 94.945/87 OPOR-
TUNIDADE EM QUE SERAO APRECIADAS PROPOSTAS RELATIVAS AREAS INDIGE-
NAS CAPIYARA/AM VG NOVE DE JANEIRO/AM VG CUIA/AM VG GUAPENU/AM, PA-
ARACUUBA/AM, PARI/CACHOEIRA/AM, CATETE/PA VG ANAMBEH/PA ET AWAH/MA.
SDS

ROMERO JUCAH FILHO, COORDENADOR GT

+

611391ICRA BR

611344FNAIHBR

Arquivado - se
JCT

ÁREA INDÍGENA TADARIMANA
ANAMBÉ
BARRA VELHA

REUNIÃO DIA 05.11.87

- 1) CT nº 704 /GTI/87 - Encaminhamento de material referente às A.I Barra Velha(BA) , Tadarimana(MT), Anambé(PA)
- 2) Telex Nº 432/PRESI de 30.10.87 - Comunica através da Portaria de 16 de Outubro , coordenação do grupo de trabalho Interministerial
- 3) Parecer Nº 169, de 05.11.87 - A.I. TADARIMANA
- 4) Ata da 1ª Reunião ordinária do G.T. 94.945/87
dia 05.11.87



ATA DA 1a. REUNIÃO ORDINÁRIA DO GT 94.945/87

Aos cinco dias do mês de novembro de 1987, às 15:00 horas, reuniram-se na Sala de Reuniões da Presidência da FUNAI os membros do GT 94.945/87, para análise da pauta que lhes foi submetida anteriormente e deliberação em torno de outros assuntos correlatos. A pauta se compôs das seguintes áreas indígenas a serem apreciadas: AI Barra Velha, AI Tadarimana (ambas para homologação de demarcação) e AI Anambê (para declaração de ocupação indígena). Estiveram presentes ao ato: GERALDO A. MENDES - INTERMAT, SONIA PINGARILHO - ITERPA, ITAGIBA C.O. CAMPOS - MIRAD, EDUARDO ALMEIDA - INTERBA, VALTER FERREIRA MENDES - SUAF/FUNAI, ANTONIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA - SG/CSN, RENATO D'ALMEIDA LEONI - MINTER, SONIA DE ALMEIDA DEMARQUET - FUNAI, JOSÉ RONALDO MONTENEGRO DE ARAÚJO - FUNAI, ARTUR NOBRE MENDES - FUNAI, DANIEL MARQUES DE SOUSA - FUNAI, ROMERO JUCÁ FILHO - FUNAI.

marquet

Abrindo os trabalhos em nome do Sr. Coordenador do GT e Presidente da FUNAI, o Senhor Superintendente da SUAF história a gestação do novo Decreto, que substituiu o Decreto nº 88.118/83, fala das alterações introduzidas e explica que os trâmites burocráticos fizeram com que as indicações dos representantes dentro do novo GTI demorassem sobremaneira, retardando assim o início dos trabalhos do mesmo. Explica além disso que, com os Decretos nºs 94.945 e 94.946/87 surge a necessidade de uma normatização, dada a nova estrutura, e que com a extinção do INCRA este não se fará, claro, representar. Diz ainda que, em razão do Decreto nº 94.945, o GTI deverá se reunir mensalmente. Algumas questões levantadas durante a reunião deverão fazer parte do corpo das normas, v.g., se o Estado convidado não manda representante e se uma das áreas da pauta estiver justamente dentro dos limites territoriais daquele Estado, o que fazer? Se houver empate, que posição tomar? Como votará o Coordenador do GT: como membro e através do voto de Minerva para desempate? O Sr. Superintendente da SUAF colocou que, no seu entender, as áreas indígenas já apreciadas favoravelmente pelo GTI 88.118/83 devem ter seu andamento normal através de decretos e de portarias. O Sr. representante da FUNAI, RONALDO MONTENEGRO, esclareceu que a nova Lei que estabeleceu o Decreto nº 94.



FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

DTR 163, p. 61/183

.02.

945 não retroage, mas foi dito que as áreas pendentes se regerão pelo mesmo. O Sr. representante do MINTER, RENATO D'ALMEIDA LEONI, comunicou que remeterá à FUNAI áreas indígenas já apreciadas favoravelmente pelo GT 88.118/83 e que se encontram em seu poder, para que o órgão tutor possa elaborar as respectivas portarias e para cumprimento de todas as formalidades exigidas pelo Decreto 94.945/87. Sugeriu ainda que o Senhor Coordenador do GTI envie correspondência ao Sr. Ministro de Estado do Interior comunicando as mudanças havidas na processualística do GTI a partir do novo Decreto. O Senhor Superintendente da SUAF endossou tal posição e acrescentou que, com as modificações verificadas a nível decretual, a FUNAI necessitará sobremaneira do auxílio e do apoio estaduais no tocante à política de reassentamentos, pois estes devem ser feitos sem tardança, em caráter de urgência, para que se evitem conflitos entre índios e não-índios. O Sr. Assessor da FUNAI, VALTER MENDES, frisou ser grande o envolvimento dos Estados com a questão fundiária indígena, desde a fase de levantamento de dados in-loco até a assinatura do Parecer pelos membros do GTI, ficando os mesmos com uma idéia mais aprofundada sobre o assunto, incluindo-se a situação dos ocupantes não-índios a serem reassentados. Destacou o Sr. MENDES, portanto, a importância dessa participação. Já o Sr. representante do INTERBA, EDUARDO ALMEIDA, frisou não concordar com a posição de o Estado participar com recursos, terras disponíveis e possibilidade jurídica para o reassentamento, por haver inúmeras dificuldades e entraves, inclusive de cronograma. Os Estados poderiam, isto sim, colaborar em tese com relação à fase de identificação e delimitação das áreas indígenas, mas reconhecem ser também difícil, pois o pessoal se caracteriza pela ausência de formação específica para tanto, despreparado quanto à matéria e com muitos funcionários antiíndio, o que complicaria ainda mais o quadro. O Sr. representante do INTERMAT, GERALDO A. MENDES DA SILVA, concordou em parte com a opinião do INTERBA, dizendo além do mais que a reunião do GTI busca pontos de apoio comuns, beneficiando-se os membros através da troca de experiências e do conhecimento de realidades estaduais específicas. Seguidamente a Sra. representante do ITERPA, SONIA PINGARILHO, colocou a posição do Estado do Pará quanto ao assunto indígena, principalmente no que diz respeito à ampliação de áreas, citando como exemplo a questão Kayapó. Acrescentou que, no caso da ampliação daquela área indígena, o Estado sequer foi ouvido, o que gerou inúmeros problemas até hoje. O Sr. representante da Secretaria Geral do Conselho de Segu



FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

DTR. 163, p. 62/183

.03.

rança Nacional, Cel. CARNEIRO DA SILVA, vê nas alterações trazidas pelo Decreto nº 94.945 o mérito de levar em conta aspectos políticos relacionados às delimitações e demarcações, considerando salutar e importante a participação dos Estados envolvidos. Acrescentou que o Presidente da FUNAI tendo sido indicado para coordenador do GTI, quem deve substituí-lo em caso de ausência deve ser o representante do MINTER. Acrescentou também que as áreas apreciadas desta data em diante já deverão estar dentro da nova estrutura/nomenclatura: se área indígena, se colônia indígena. Dá o Senhor representante do CSN as boas vindas aos demais membros do GTI, tomando a seguir a palavra o Sr. Superintendente da SUAF, esclarecendo outros pontos ligados ao Decreto nº 94.945/87. Sugeriu que, caso o Estado não se fizer representar a despeito de ter sido convidado formalmente, mesmo assim a área indígena deverá ser analisada pelos demais membros do GTI, com o que todos concordaram. O Senhor representante da FUNAI, RONALDO MONTENEGRO, se referiu à questão de empate e desempate através do voto de Minerva, afirmando o Sr. representante do CSN que o Coordenador do GTI deverá votar como membro e em caso de desempate. O Sr. Assessor da SUAF VALTER MENDES prestou alguns esclarecimentos sobre a dinâmica de reuniões anteriores, colocando que, caso algum membro se manifestar contra a proposta apresentada, é preferível que a mesma aguarde, até se esclarecer o fato levantado. Após, o grupo passou a discutir a questão da designação de seus membros, alguns dizendo ser necessária uma indicação através de ato legal, portaria ou aviso, comunicando-se aos Ministros os nomes dos mesmos. O Senhor Superintendente da SUAF sugeriu os nomes de RENATO LEONI e RONALDO MONTENEGRO compondo grupo encarregado de minutar portaria do Ministro do Interior designando os membros do GT, com o que não concordou o Sr. representante do MINTER, considerando-a desnecessária, complicadora, burocratizante. Pediu, sim, que as cartas convocatórias de reunião do GTI e documentos correlatos sejam enviados aos membros pelo menos 15 (quinze) dias antes da ocorrência da mesma. Os demais aprovaram a sugestão, e solicitaram que se marque uma época certa para as reuniões, acrescentando o Sr. VALTER MENDES que o grupo deveria procurar otimizar os trabalhos, colocando o maior número de áreas a serem analisadas dentro de um mesmo Estado, pois a viagem dos representantes é onerosa para os cofres públicos e deve ser ao máximo aproveitada. O Sr. representante da FUNAI, RONALDO MONTENEGRO, sugeriu que o Sr. Presidente da FUNAI nomeie o mais rápido possível comissão para tratar dos critérios de

aculturação/integração a que se referem os Decretos nºs 94.945 e 94.946. A se guir o Sr. Superintendente da SUAF colocou a primeira área a ser analisada, AI Barra Velha, para homologação da demarcação. Dada a palavra ao Sr. repre sentante do INTERBA, este afirmou ter sido a demarcação realizada a partir de um processo fraudulento, vicioso e inadequado. Descreveu o tipo de terra que restou para os Pataxó após a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal, ter ritório considerado como o último refúgio desses Índios, após a chegada de frentes pioneiras na área meridional da Bahia. Afirmou que, em consequência de "acordo" entre Índios, IBDF e FUNAI, sua área imemorial foi drasticamente reduzida, levando os Pataxó a partirem para outros núcleos como Coroa Verme lha, Águas Belas e Imbiriba, além de causar dissensões internas irreparáveis. Concluiu dizendo que homologar tal demarcação seria a consagração de um ato vicioso e prejudicial aos indígenas, sugerindo uma negociação urgente com o IBDF, para solucionar a questão. O Sr. Superintendente da SUAF passou a pala vra à Assessora DEMARQUET, que foi à Área Indígena Barra Velha recentemente; esta descreveu a situação vivida pelos Pataxó e os problemas com o IBDF, bem como a posição desse órgão quanto à presença indígena na região. O Sr. Supe rintendente da SUAF explicou que o IBDF foi convidado a participar da reu nião do GTI, mas que não comparecera e nem justificara a ausência. O Sr. re presentante do INTERBA concluiu dizendo que um simples projeto de desenvolvi mento não resolveria a questão Pataxó, e que a negociação FUNAI X IBDF seria a única saída para a mesma. Surgiram contribuições por parte dos membros do GTI, como um convênio entre FUNAI e IBDF para exploração econômica do mangue pelos Índios, bem como visita à área para observação in-loco do problema. O Sr. Assessor VALTER MENDES historiou então a questão Pataxó desde a década de 70, apresentando dados esclarecedores. Falou que os Índios à época da negocia ção aceitaram a área atualmente demarcada, achando inconveniente entregar-se a faixa de mata aos Índios, que a destruirão por conta da venda de madeira, com o que não concordou o Sr. representante do INTERBA, dizendo que o não re estudo da Área Barra Velha representará um ônus para o Estado brasileiro e prejuízo irreparável para os indígenas. O Sr. Superintendente da SUAF crê que a Mata Atlântica em poder do IBDF deva ser preservada, dizendo ainda que a ida à Área Indígena Barra Velha deveria ser agendada imediatamente, para não cair no caso da AI Igarapé São João/AM, que até hoje aguarda a visita dos mem bros do GT. Concluindo, duas propostas: o INTERBA através da não homologação

da AI Barra Velha na reunião de hoje, enquanto o Sr. representante do MINTER propõe que se faça a homologação e ao mesmo tempo se negocie com o IBDF. Colocadas em votação, decidiu-se retirar a AI Barra Velha da pauta, devendo-se acionar mecanismos para promover entendimentos entre FUNAI e IBDF e viagem à área em caráter de urgência. Retirando-se o Sr. representante do INTERBA, passou-se à discussão da Área Indígena Tadarimara que, após pedidos de esclarecimentos - acerca da demarcação feita pela FUNAI e futura aviventação de limites - por parte do INTERMAT, foi aprovada por unanimidade, merecendo o Parecer o número 169/87. A seguir discutiu-se a Área Indígena Anambê, quando então a Sra. representante do ITERPA pediu a palavra e falou da gravidade do quadro fundiário no Município de Moju, PA, com miríades de ações judiciais, reivindicações de posse, etc. Sugeriu então a Sra. representante do ITERPA que a AI Anambê seja vistoriada brevemente pela FUNAI e pelos órgãos fundiários regionais, para que se tenha uma idéia da real situação de ocupantes não-índios dentro daquela área indígena, determinando o Sr. Coordenador do GTI que se faça levantamento atualizado e completo da mesma. Recomendou o Sr. Coordenador a expedição de telex urgente à 4a. SUER nesse sentido, ficando a AI Anambê para ser reapresentada na próxima reunião. Nada mais havendo a tratar e decidindo-se o grupo pela época de sua ocorrência - entre os dias 04 e 10 de dezembro de 1987 -, encerrou-se a reunião e eu, SONIA DE ALMEIDA DEMARQUET, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, merecerá a assinatura dos participantes.

Brasília, 05 de novembro de 1987.

Sonia de Almeida Demarquet - Secretária / Assessora SUAF

PARECER Nº 169 /87 - GT. INTERMINISTERIAL - DEC. Nº 94.945/87

ÁREA INDÍGENA: TADARIMANA**GRUPO INDÍGENA:** BORORO**LOCALIZAÇÃO:** Mun. de RONDONÓPOLIS-MT.

Senhores Ministros

O Grupo de Trabalho instituído na forma do Artigo 3º e Parágrafo 1º, do Decreto nº 94.945/87, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio sobre a demarcação administrativa da Área Indígena Tadarimana-MT, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Os índios Bororo são situados por Galvão e analisados por Malcher dentro da área cultural VI, Tocantins-Xingu, na faixa de Transição entre o cerrado e a floresta úmido tropical.

" Seu território tribal era consideravelmente extenso, compreendendo como limites os formadores do Xingu (Norte), as proximidades do Rio Miranda (Sul), a Bolívia (Oeste) e o Centro Sul de Goiás (Caiapônia, Leste) (D. Ribeiro, Os índios e a civilização, 1970) foi considerada uma das maiores tribos do Brasil central, tendo sofrido redução espantosa no decorrer dos séculos de contato com as frentes de expansão luso-brasileiras. Só para falar do período posterior ao extermínio dos Bororo ocidentais (século XIX), os índios registrados pelos missionários salesianos em 1907 eram cerca de 3000 indivíduos; em 1934 Baldus estima os Bororo a Leste do Rio Paraguai em cerca de 1000; em 1952 Saake apresenta um número de

[Handwritten signatures and initials]

700 a 1000 indivíduos na bacia do São Lourenço; em 1959 Montenegro em contra aproximadamente 270 Bororo na área do São Lourenço. Aldeias foram-se dissolvendo, índios destribalizaram-se, contingentes inteiros migraram para outras aldeias e foram absorvidos (Renate Brigitte Viertel, As aldeias Bororo 1976, p. 20-21). Tais dados provam o quanto foram sendo reduzidos esses índios, em consequência da pressão civilizada e consequente perda de suas terras ancestrais.

Em meados do século atual o contingente Bororo era orçado entre um mínimo de 500 e um máximo de 1000 indivíduos, vivendo nos postos General Gomes Carneiro (ex-Córrego Grande), Couto de Magalhães (Perigara), General Galdino Pimentel e Posto Indígena Piebaga, havendo além desses um grupo na Missão Salesiana, classificados como em contato permanente com a civilização. Foram divididos por Malcher em Bororo da Campanha e Bororo Cabaçais havendo remanescentes destribalizados na área Garças-Araguaia e ao longo do Rio São Lourenço. As suas terras da região do Merure foram usurpadas pelos salesianos, o que contribuiu ainda mais para sua diáspora."

(Informação Indígena Básica nº 029/82. Sonia Demarquet).

Os primeiros contatos dos Bororo com os civilizados deram-se ainda no fim do século XVII, quando do ciclo do ouro goiano-cuiabano. Com a intromissão dos mineradores, criadores e seus respectivos escravos na área tradicional Bororo, estes ficaram divididos em dois grupos: um a Leste da área de mineração (Bororo Orientais ou Orarimogodógue) e outro a Oeste (Bororo Ocidentais). Esses índios ofereceram ao colonizador dois tipos de resistência: ou passiva (tornados semi-escravos, "amansadores" de índios bravos ou ainda sendo seu braço utilizado na repressão aos silvícolas rebeldes ou negros aquilombados) ou ativa, que culminou no seu extermínio como povo. Os Bororo ocidentais logo foram eliminados pelo civilizado, enquanto os Bororo orientais, mesmo tendo resistido ao avanço do homem branco em suas terras (ciclo do gado), até o final do século passado, tiveram seu território tribal paulatinamente invadido. Sofreram inclusive a pressão dos Xavante pelo Norte.

Em 1886 foi tentada uma aproximação com os Bororo pelo Governador da Província de Mato Grosso, Galdino Pimentel, utilizando-se de métodos persuasórios ao invés da violência. Como houve a confraternização, foi criada para esses índios uma colônia militar, Tereza Cristina, onde passaram a conviver com soldados e "civilizaram-se" através da prostituição e da aguardente. Em 1894 a colônia foi en-

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

tregue aos missionários salesianos, mas os Bororo acabaram entrando em conflito com os padres e se dispersaram.

Em 1901 os salesianos tentam outra vez a catequese daqueles índios, junto ao grupo que se localizava no Rio Garças. Fundam a Missão do Sagrado Coração. Com o passar do tempo, todo o território Bororo circunjacente foi doado aos missionários, ficando os índios na condição de simples agregados. Isto representou o fim de sua organização social, impossibilitando-os de resistir às pressões externas, passando a "integrar-se" na economia regional na condição de subempregados e explorados.

Tal relato simplificado deixa entrever o quanto foram os Bororo perseguidos e humilhados, história que se repetiu a partir do momento em que o regente D. João permitiu que fazendeiros eliminassem o "problema" através da violência. Alegando esses motivos legais o dono da fazenda Jacobina, por exemplo, matou de uma só vez 450 Bororo, tomando apenas 50 como escravos.

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

A área em questão possui título definitivo expedido pelo Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso, Circunscrição de Poxoréu (atual Rondonópolis), com data de 22 de agosto de 1951. Tais terras tinham sido reservadas para os Bororo Pubore através do Decreto nº 684, de 18 de agosto de 1945, e demarcadas pelo Governo, perfazendo 9.785 ha e perímetro de 51 km. O título definitivo foi passado em nome da União Federal.

Segundo relatório da FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, de março de 1986 (antropólogos Paulo Serpa e Sylvia Caiuby Novaes), não há qualquer tipo de invasão ou problema fundiário na área de Tadarimana.

" Por ser na sua maior parte delimitada por acidentes naturais e por duas únicas linhas secas, criou-se a condição de preservação absoluta" (relatório At; p. 47)

III. SITUAÇÃO ATUAL

Na Área Indígena Tadarimana vivem aproximadamente 110 Bororo, dentro de uma superfície de 9.785 ha. Não há invasões nem conflitos pela posse da terra. Necessita reavimentação de

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

limites em caráter de urgência.

Deve-se dizer que a área em apreço se situa dentro da faixa de influência do Programa Polonoroeste, de onde fluirão recursos para sua regularização fundiária, o que faz parte de compromissos assumidos internacionalmente pelo Governo Federal.

IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena e a situação atual em que se encontram aquelas terras, indispensáveis para a sobrevivência da etnia Bororo, o Grupo de Trabalho submete o presente parecer à deliberação de Vossas Excelências, opinando pela proposta de homologação da demarcação da Área Indígena Tadarimana, de acordo com o mapa e o memorial descritivo anexos a este Parecer.

Brasília., 05 de novembro de 1987



Paulo Sérgio

Paulo Sérgio
MINTER

Itagiba Oliveira Costa
MIRAD

Antônio Carlos de
SG/CSM

Neuza Maria
FUNAI

Alcides A. de
GOV. EST. MT

614382MNRD BR

611344FNAI BR

DTR. 163, p. 69/183

DE BRASILIA NR 900 30.10 1810

ILMO SR SECRETARIO GERAL DO MIRAD
AT. INTER

NR 432/PRESI DE 30.10.87 - CUMPRIMENTANDO VSA COMUNICO QUE ATRAVES DA PORTARIA DE 16 DE OUTUBRO DO CORRENTE, FUI DESIGNADO PELO EXMO MINISTRO DO INTERIOR PARA COORDENAR O GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL INSTITUIDO NO ARTIGO 3º DO DECRETO NR 94.945, DE 23 DE SETEMBRO DE 1987. NESTA QUALIDADE, SOLICITO INFORMAR AO REPRESENTANTE DESSE MINISTERIO NO CITADO GRUPO QUE ESTAH MARCADA PARA O PROXIMO DIA 05 DE NOVEMBRO, AAS 15HS NA SEDE DA FUNAI, REUNIAO PARA APRECIACAO DE PROPOSTAS RELATIVAS AAS AREAS INDIGENAS TADARIMANA/MT, BARRA VELHA/BA ET ANAMBEH/PA ET ELABORACAO DE NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO JAH REFERIDO GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL. SDS

ROMERO JUCAH FILHO/COORDENADOR GT DEC. 94.945/87

614382MNRD BR

611344FNAI BR

*Ao Sr. Otavio (CTI) para
participar da reunião.*

*04
05
87*

*Dele (Romero de Mello)
Secretário Geral/MIRAD*

MINISTERIO DA JUSTICA
DIVISAO DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO - MIRAD
SECRETARIA GERAL - SAA
Registro n.º 2435
Data 04/11/87 Hora
Assinatura <i>Dele</i>



FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

DTR. 163, p. 70/183

CT nº 704 /GTI/87

Brasília., 03 de Novembro de 1987.

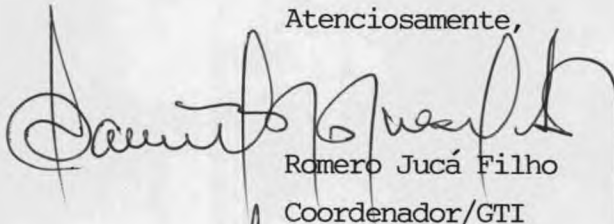
Ilmo Sr.

Delile Guerra de Macedo

MD Secretário Geral - Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário

Na qualidade de Coordenador do Grupo de Trabalho Interministerial instituído pelo Decreto 94.945 de 23.09.87, encaminho a V.Sa, o material referente às áreas indígenas BARRA VELHA (BA), TADARIMANA (MT), ANAMBÉ (PA), constantes na pauta da reunião marcada para o próximo dia 05, solicitando a V.Exa fazê-las chegar ao representante desse Ministério, na conformidade do Aviso do Gabinete do MINTER, nº 606, do 23 de Outubro de 1987.

Atenciosamente,


Romero Jucá Filho
Coordenador/GTI

DISP. V.	000
SECRETARIA GERAL SAA	
Registro n.º	2436
Data	04 / 11 / 87 Hora
Assinatura	Bucilene

devidos
4 CTI
fua
04
01
87
Delile Guerra de Macedo
Secretário Geral/MIRAD

ANM/smm.

SEP Quadra 702 Sul
Edifício Lex, 3º andar
CEP 70.330 Brasília D.F.

REUNIÃO DIA 05/06/87

PANKARARU/PE

APIAKÁ - KAYABI/MT

WAIMIRI-ATROARI/RR

SALUMÃ / MT

- TELEX Nº 225 de 27.05.87 - convoca reunião dia 05.06.87
- CT Nº 0161/87 - SUAF de 23.06.87 - encaminha pareceres das áreas citadas
- PARECER Nº 165 A.I PANKARARU de 05.06.87
- PARECER Nº 166 A.I APIAKÁ-KAYABI de 05.06.87
- PARECER Nº 167 A.I WAIMIRI-ATROARI de 05.06.87
- PARECER Nº 168 A.I SALUMÃ de 05.06.87
- E M Nº A.J. PANKARARU
- E M Nº A.J. WAIMIRI-ATROARI
- E M Nº A.J. APIAKÁ-KAYABI
- ATA DA 3ª REUNIÃO DIA 05/06/87
- DECRETO Nº 94.602 de 14.07.87 - A.J. APIAKÁ-KAYABI
- DECRETO Nº 94.603 de 14.07.87 - A.J. PANKARARU
- DECRETO Nº 94.606 de 14.07.87 - A.J. WAIMIRI-ATROARI

Decreto n.º 94.603 de 14 de julho de 1987

Homologa a demarcação da área indígena Pankararu, localizada nos Municípios de Petrolândia e Tacaratu, no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, incisos V e IX, 19 e 22 a 25 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica homologada, para os efeitos legais, a demarcação administrativa da área indígena PANKARARU, localizada nos Municípios de Petrolândia e Tacaratu, no Estado de Pernambuco com a seguinte delimitação: NORTE: Partindo do marco M0 de coordenadas geográficas aproximadas 09º07'16"S e 38º15'25"Wgr., situado no local denominado Brejinho da Serra ou Piancó, segue por linha reta de azimute e distância aproximados de 72º00' e 9.000 metros até o marco M1 de coordenadas geográficas aproximadas 09º05'49"S e 38º10'44"Wgr., situado no local denominado Espinheiro ou Pedra Miuda. LESTE: Do ponto antes descrito, segue por linha reta de azimute e distância aproximados de 161º00' e 9.000 metros, até o marco M2 de coordenadas geográficas aproximadas 09º10'28"S e 38º09'10"Wgr., situado no local denominado Carrapateira ou Umburana Ferrada. SUL: Do marco M2 segue por linha reta de azimute e distância aproximados de 252º00' e 9.000 metros, até o marco M3 de coordenadas geográficas aproximadas 09º11'56"S e 38º13'52"Wgr., situado no local denominado Lago do Cágado ou Bananeiras. OESTE: Do marco M3 segue por linha reta de azimute e distância aproximados de 341º30' e 9.000 metros até o marco M0, início da presente descrição perimétrica.

Parágrafo único. A área descrita neste artigo, denominada Área Indígena PANKARARU, foi demarcada pelo SPI - Serviço de Proteção aos Índios, em 1940.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília (DF), 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti

Marcos de Barros Freire

Declara de ocupação dos Índios Apiakã e Kayabi área de terras no Município de Juara, no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, incisos V e IX, 19, 22 e 25 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de ocupação dos Índios Apiakã e Kayabi, para efeito dos artigos 4º, item IV, e 198 da Constituição, as terras localizadas no Município de Juara, Estado de Mato Grosso, com a seguinte delimitação: **NORTE:** Partindo do Ponto 01 de coordenadas geográficas 10º 52' 21,0"S e 57º 33' 40,7" WGr., localizado na Foz do Córrego das Pedras no Rio dos Peixes; daí, segue pelo Córrego das Pedras no sentido montante, até o Ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 10º 47' 20,8"S e 57º 22' 10,3" WGr., localizado na Foz de um Córrego sem denominação no Córrego das Pedras; daí, segue por uma linha reta com azimute aproximado de 70º 01' 01" com distância aproximada de 3.511,41 metros, até o Ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 10º 46' 41,9"S e 57º 20' 21,6" WGr., localizado na cabeceira de um Córrego sem denominação; daí, segue pelo referido Córrego no sentido jusante, até o Ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 10º 54' 01,7"S e 57º 14' 49,4" WGr., localizado na margem esquerda do referido Córrego. **LESTE:** Daí, segue por uma linha reta com azimute aproximado de 191º 10' 54" com distância aproximada de 8.766,41 metros, até o Ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 10º 58' 41,7"S e 57º 15' 45,7" WGr., localizado no entroncamento de estradas carroçáveis; daí, segue pela estrada carroçável até o Ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 11º 07' 35,6"S e 57º 15' 56,0" WGr., localizado no cruzamento da referida estrada com um Córrego sem denominação. **SUL:** Daí, segue por uma linha seca com azimute aproximado de 270º 00' 00" com distância aproximada de 5.700,00 metros, até o Ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas 11º 07' 35,4"S e 57º 19' 03,9" WGr., localizado na margem esquerda do Córrego Jau; daí, segue por uma linha reta com distância aproximada de 25.907,72 metros, até o ponto 08 de coordenadas geográficas aproximadas 11º 02' 08,7"S e 57º 32' 11,2" WGr., localizado na margem da Rodovia de acesso para Juara; daí, segue por uma linha reta com azimute aproximado de 313º 04' 10" com distância aproximada 6.296,83 metros, até o ponto 09 de coordenadas geográficas aproximadas 10º 59' 48,5"S e 57º 34' 42,5" WGr., daí, segue por uma linha reta com azimute aproximado de 231º 20' 25" com distância aproximada de 640,31 metros, até o ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas 11º 00' 01,5"S e 57º 34' 59,0" WGr. **DESTE:** Daí segue por uma linha reta com azimute aproximado de 352º 45' 47" com distância aproximada de 6.350,59 metros, até o ponto 11 de coordenadas geográficas aproximadas 10º 56' 56,3" e 57º 35' 25,0" WGr., localizado na cabeceira de um Córrego sem denominação; daí, segue pelo referido Córrego no sentido jusante, até o ponto 12 de coordenadas geográficas aproximadas de 10º 53' 37,3"S e 57º 35' 14,8" WGr., localizado na Foz do referido Córrego no Rio dos Peixes; daí, segue pelo referido Rio no sentido montante, até o Ponto 01, ponto inicial da descrição deste perímetro.

§1º Fica excluída da área ora descrita a área de segurança da UHE de Salto do Rio dos Peixes, autorizada pelo Decreto nº 85.889, de 08 de abril de 1981, estimada em 300,81 ha.

§2º A área descrita neste artigo, denominada Área Indígena Apiakã-Kayabi, será demarcada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília (DF), 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti

Marcos de Barros Freire

Decreto n.º 94.606 de 14 de julho de 1987

Declara de ocupação dos Índios Waimiri-Atroari área de terra nos Municípios de Novo Airão, Itapiranga, Presidente Figueiredo (AM) e Caracaraí (RR), no Estado do Amazonas e no Território Federal de Roraima e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 29, incisos V e IX, 19 e 22 a 25 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de ocupação dos Índios Waimiri-Atroari, para efeito dos artigos 49, item IV, e 198 da Constituição, as terras localizadas nos Municípios de Novo Airão, Itapiranga, Presidente Figueiredo (AM) e Caracaraí (RR), no Estado do Amazonas e no Território Federal de Roraima, com a seguinte delimitação: NORTE: Partindo do Ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 0019'10"S e 61004'20"Wgr., localizado na confluência do Rio Jauaperi com o Igarapé do Bugre; segue por este no sentido montante até o Ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 0017'10"S e 60056'20"Wgr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 30030' e 4.600 metros até o Ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 0015'40"S e 60055'20"Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 91000' e 8.200 metros, até o Ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 0015'40"S e 60050'50"Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 0017'20"S e 60049'00"Wgr., localizado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí segue por este no sentido montante até o Ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 0014'40"S e 60045'40"Wgr., localizado na confluência com um braço formador afluente de sua margem direita; daí, segue por este no sentido montante até o Ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas 0014'25"S e 60044'20"Wgr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 81000' e 2.000 metros, até o Ponto 08 de coordenadas geográficas aproximadas 0014'20"S e 60043'20"Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 09 de coordenadas geográficas aproximadas 0013'10"S e 60042'20"Wgr., localizado na confluência com o Igarapé Jandia; daí, segue por este no sentido montante até o Ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas 0013'30"S e 60041'30"Wgr., localizado na interseção com a BR-174; daí, segue pelo bordo da rodovia com a distância aproximada de 250 metros, até o Ponto 11 de coordenadas geográficas aproximadas 0013'20"S e 60041'40"Wgr., localizado no bordo direito da BR-174, sentido Manaus-Boa Vista; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 99000' e 7.600 metros, até o Ponto 12 de coordenadas geográficas aproximadas 0014'00"S e 60037'20"Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 13 de coordenadas geográficas aproximadas 0013'20"S e 60035'00"Wgr., localizado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 14 de coordenadas geográficas aproximadas 0007'10"S e 60034'20"Wgr., localizado na confluência com o Rio Branquinho; daí, segue por este no sentido montante até o Ponto 15 de coordenadas geográficas aproximadas 0009'20"N e 60018'10"Wgr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 14000' e 800 metros até o Ponto 16 de coordenadas geográficas aproximadas 0009'50"N e 60018'10"Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação, afluente do Rio Trairi; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 17 de coordenadas geográficas aproximadas 00014'00"N e 60018'50"Wgr., localizado na confluência com o Rio Trairi; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 18 de coordenadas geográficas aproximadas 00021'10"N e 60022'00"Wgr., localizado na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido montante até o Ponto 19 de coordenadas geográficas aproximadas 00021'50"N e 60009'00"Wgr., localizado em sua cabeceira; daí, segue pelo divisor de águas dos Rios Carará ou Cidade Velha e Murauá, até o Ponto 20 de coordenadas geográficas aproximadas 00019'50"N e 59057'00"Wgr., localizado na cabeceira de um braço afluente da margem esquerda do Rio Carará ou Cidade Velha; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 21 de coordenadas geográficas aproximadas 00017'20"N e 59058'20"Wgr., localizado na confluência com o Rio Carará ou Cidade Velha; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 22 de coordenadas geográficas aproximadas 00005'50"N e 59045'20"Wgr., localizado na confluência com um igarapé sem denominação. LESTE: Do Ponto 22 segue pelo igarapé sem denominação no sentido montante, até o Ponto 23 de coordenadas geográficas aproximadas 00000'40"S e 59051'20"Wgr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 134000' e 800 metros, até o Ponto 24 de coordenadas geográficas aproximadas 00001'00"S e 59051'00"Wgr., localizado na cabeceira de um braço formador afluente da margem esquerda do Igarapé Cujubim; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 25 de coordenadas geográficas aproximadas 00002'40"S e 59051'30"Wgr., localizado na confluência com o Igarapé Cujubim; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 26 de coordenadas geográficas

aproximadas 00°09'20"S e 59°49'35"Wgr., localizado na confluência com um braço formador afluente de sua margem direita; daí, segue por este no sentido montante até o Ponto 27 de coordenadas geográficas aproximadas 00°12'50"S e 59°49'00"Wgr., localizado em sua cabeceira; daí, segue pelo divisor de águas do Rio Pitanga e de um igarapé sem denominação, até o Ponto 28 de coordenadas geográficas aproximadas 00°33'20"S e 60°09'30"Wgr., localizado na confluência de dois braços formadores de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 186°00' e 4.400 metros, até o Ponto 29 de coordenadas geográficas aproximadas 00°35'40"S e 60°09'50"Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 184°30' e 3.000 metros, até o Ponto 30 de coordenadas geográficas aproximadas 00°47'40"S e 60°12'55"Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 184°30' e 3.000 metros, até o Ponto 31 de coordenadas geográficas aproximadas 00°49'20"S e 60°13'05"Wgr., localizado na confluência de um igarapé sem denominação com o Rio Uatuma; daí, segue por este no sentido montante até o Ponto 32 de coordenadas geográficas aproximadas 00°50'20"S e 60°12'00"Wgr., localizado na confluência com um braço formador afluente da margem esquerda; daí, segue por este no sentido montante até o Ponto 33 de coordenadas geográficas aproximadas 00°51'10"S e 60°11'20"Wgr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 165°30' e 8.000 metros, até o Ponto 34 de coordenadas geográficas aproximadas 00°55'25"S e 60°10'20"Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 177°00' e 5.200 metros, até o Ponto 35 de coordenadas geográficas aproximadas 00°58'20"S e 60°10'10"Wgr., localizado na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue pelo igarapé secundário no sentido montante até o Ponto 36 de coordenadas geográficas aproximadas 01°00'40"S e 60°09'10"Wgr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 169°00' e 600 metros, até o Ponto 37 de coordenadas geográficas aproximadas 01°01'00"S e 60°09'05"Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 38 de coordenadas geográficas aproximadas 01°04'20"S e 60°10'20"Wgr., localizado na confluência com o Rio Uatuma; daí, segue por este no sentido montante até o Ponto 39 de coordenadas geográficas aproximadas 01°02'00"S e 60°21'35"Wgr., localizado na confluência com o Rio Santo Antônio do Abunari; daí, segue por este no sentido montante até o Ponto 40 de coordenadas geográficas aproximadas 01°05'30"S e 60°24'40"Wgr., localizado na interseção com a BR-174; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 196°00' e 55.000 metros, até o Ponto 41 de coordenadas geográficas aproximadas 01°04'20"S e 60°32'30"Wgr., localizado na confluência do Rio Pardo com um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido montante até o Ponto 42 de coordenadas geográficas aproximadas 01°04'00"S e 60°32'50"Wgr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 180°00' e 1.000 metros, até o Ponto 43 de coordenadas geográficas aproximadas 01°04'30"S e 60°32'50"Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 44 de coordenadas geográficas aproximadas 01°04'25"S e 60°37'30"Wgr., localizado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido montante até o Ponto 45 de coordenadas geográficas aproximadas 01°05'30"S e 60°37'05"Wgr., localizado na confluência com outro igarapé sem denominação. SUL: Do Ponto 45 segue pelo divisor de águas dos Rios Curiaú e Apuaú e Curiaú e Negro; até o Ponto 46 de coordenadas geográficas aproximadas 01°05'50"S e 61°08'40"Wgr., localizado na cabeceira do Igarapé das Pedras; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 47 de coordenadas geográficas aproximadas 01°04'50"S e 61°01'50"Wgr., localizado na confluência com o Rio Camanau; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 272°00' e 8.000 metros, até o Ponto 48 de coordenadas geográficas aproximadas 01°04'40"S e 61°01'10"Wgr., localizado na confluência de um igarapé sem denominação com um braço afluente de sua margem esquerda. OESTE: Do Ponto 48 segue pelo igarapé sem denominação no sentido montante, até o Ponto 49 de coordenadas geográficas aproximadas 01°05'23'30"S e 61°01'00"Wgr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 343°00' e 6.800 metros, até o Ponto 50 de coordenadas geográficas aproximadas 01°04'50"S e 61°01'05"Wgr., localizado na cabeceira do Igarapé Lourival; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 330°30' e 9.600 metros, até o Ponto 51 de coordenadas geográficas aproximadas 01°04'30"S e 61°01'45"Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 339°30' e 8.600 metros, até o Ponto 52 de coordenadas geográficas aproximadas 01°04'05"S e 61°02'12'20"Wgr., localizado na cabeceira do Igarapé Água Boa; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 19°00' e 5.400 metros, até o Ponto 53 de coordenadas geográficas aproximadas 01°03'20"S e 61°02'20"Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue pelo divisor de águas entre os rios Camanau e Negro e Camanau e Jauaperi até o Ponto 54 de coordenadas geográficas aproximadas 00°58'30"S e 61°02'10"Wgr., localizado na confluência de um igarapé sem denominação afluente da margem direita do Rio Camanau, com um braço afluente da margem esquerda deste igarapé sem denominação; daí, segue pelo divisor de águas entre o Rio Camanau e este igarapé sem denominação até o Ponto 55 de coordenadas geográficas aproximadas 00°46'15"S e 61°01'45"Wgr., localizado na cabeceira de um braço afluente da margem esquerda do Igarapé Binauau; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 56 de coordenadas geográficas aproximadas 00°44'10"S e 61°01'32'20"Wgr., localizado na confluência com o Igarapé Binauau; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 57 de coordenadas geográficas aproximadas 00°34'50"S e 61°01'30"Wgr., localizado na confluência com o Rio Jauaperi; daí, segue por este no sentido montante até o Ponto 01, início deste memorial.

§ 1º Ficam excluídas, da área ora descrita, a superfície de inundação da barragem da Usina Hidrelétrica de Balbina, conforme Dec. nº 85.898, de 1981, e a faixa de domínio da BR-174.

§ 2º A área descrita neste artigo, denominada Área Indígena Waimiri-Atroari, será demarcada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília (DF), 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti

Marcos de Barros Enzins

E.M. INTERMINISTERIAL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto, que visa à homologação da demarcação da Área Indígena PANKARARU, localizada nos Municípios de Petrolândia e Tacaratu, no Estado de Pernambuco, - demarcação realizada pelo SPI, em 1940, aceita pelos indígenas e pela FUNAI -, conforme preceitua o Decreto nº 88.118, de 23 de fevereiro de 1983.

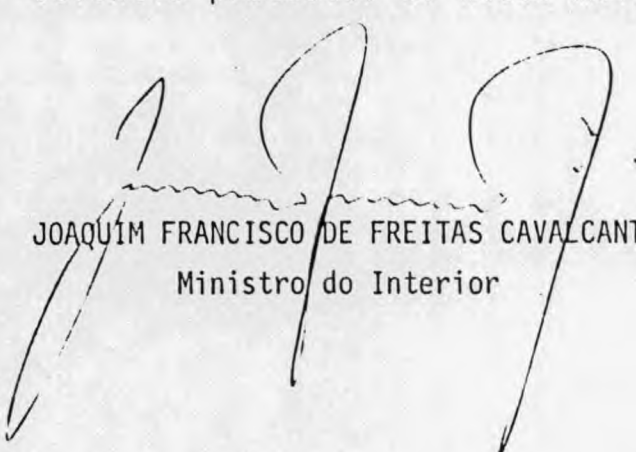
A proposta, com base em estudos antropológicos, cartográficos e fundiários realizados pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, foi submetida ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983, que, observadas as disposições da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, opinou pela sua aprovação, através do parecer nº 165/87.

A Área Indígena PANKARARU, com superfície de 8.100 ha e perímetro de 36 km, destina-se, principalmente, a preservar parte do habitat imemorial do grupo indígena Pankararu, garantindo-lhe, igualmente, uma sobrevivência digna.

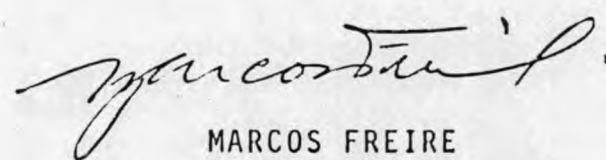
É importante ressaltar que, na área em referência existem 285 ocupantes não-índios, não tendo sido ainda concluído o levantamento fundiário, ante a resistência dos ocupantes.

Estas, Senhor Presidente, as razões da presente Ex
posição de Motivos e do decreto que ora submetemos à decisão fi
nal de Vossa Excelência.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Ex
celência protestos de nosso mais profundo respeito.



JOAQUIM FRANCISCO DE FREITAS CAVALCANTI
Ministro do Interior



MARCOS FREIRE
Ministro da Reforma e do
Desenvolvimento Agrário

E.M. INTERMINISTERIAL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto, que trata da definição de limites da Área Indígena Waimiri-Atroari, localizada nos Municípios de Novo Airão, Itapiranga, Presidente Figueiredo (AM) e Caracaraí (RR), no Estado do Amazonas e no Território Federal de Roraima, para efeito de demarcação administrativa, conforme preceitua o Decreto nº 88.118 de 23 de fevereiro de 1983.


A proposta, com base em estudos antropológicos, cartográficos e fundiários realizados pela Fundação Nacional do Índio-FUNAI, foi submetida ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983, que, observadas as disposições da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1983, opinou pela sua aprovação, através do Parecer nº 167/87.

A Área Indígena Waimiri-Atroari, com superfície 2.440.000 ha e perímetro de 975 km, destina-se, principalmente, a preservar o habitat imemorial do grupo indígena Waimiri-Atroari, garantindo-lhe, além disso, sua sobrevivência étnica e cultural. Dela não fazem parte, entretanto, a área de inundação da barragem da UHE Balbina, nos termos do Decreto nº 85.898, de 1981, e a faixa de domínio da BR-174.

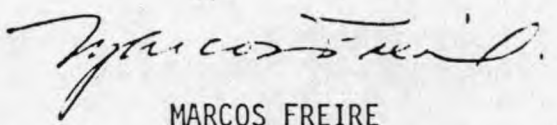
É importante observar que na área em referência não existem ocupantes que não sejam índios.

Estas, Senhor Presidente, as razões da presente Exposição de Motivos e do projeto de decreto, que ora submetemos à decisão final de Vossa Excelência.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de nosso mais profundo respeito.



JOAQUIM FRANCISCO DE FREITAS CAVALCANTI
Ministro do Interior



MARCOS FREIRE
Ministro da Reforma e do Desenvolvimento
Agrário

E.M. INTERMINISTERIAL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto, que trata da definição dos limites da Área Indígena Apiakã-Kaiabi, localizada no Município de Juara, no Estado de Mato Grosso, para efeito de demarcação administrativa, conforme preceitua o Decreto nº 88.118, de 23 de fevereiro de 1983.

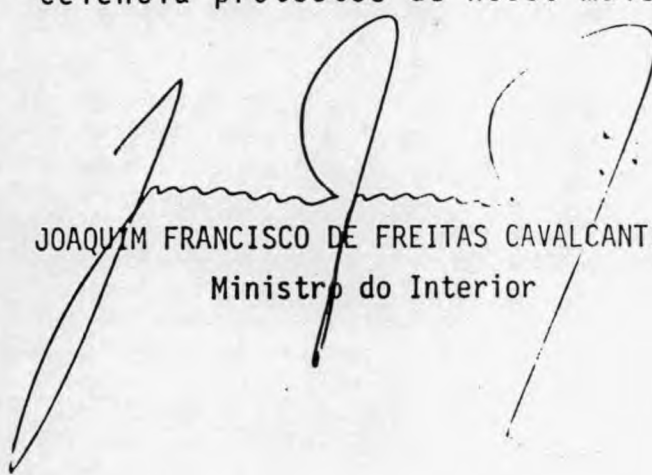
A proposta, com base em estudos antropológicos, cartográficos e fundiários realizados pela Fundação Nacional Índio - FUNAI, foi submetida ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983, que, observadas as disposições da Lei nº 6.001, de 17 de dezembro de 1973, opinou pela sua aprovação, através do Parecer nº 166/87.

A Área Indígena Apiakã-Kayabi, com superfície de 111.410 ha e perímetro de 150 km, e da qual deverá ser excluída a área de segurança da UHE de Salto do Rio dos Peixes, autorizada pelo Decreto nº 85.889, de 08 de abril de 1981, estimada em 300,81 ha, destina-se, principalmente, a preservar o habitat imemorial do grupo indígena Apiakã-Kayabi, garantindo-lhe a sobrevivência física e cultural.

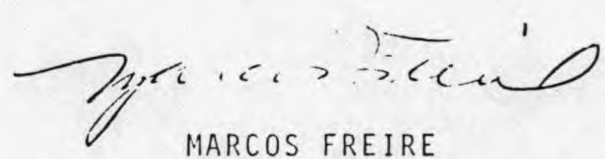
É importante ressaltar que, na área em referência, existem 16 ocupantes não-índios e as benfeitorias importam em Czs 1.348.093,29.

Estas, Senhor Presidente, as razões da presente Exposição de Motivos e do projeto de decreto que ora submetemos à decisão final de Vossa Excelência.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de nosso mais profundo respeito.



JOAQUIM FRANCISCO DE FREITAS CAVALCANTI
Ministro do Interior



MARCOS FREIRE
Ministro da Reforma e do
Desenvolvimento Agrário

E.M. INTERMINISTERIAL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto, que trata da definição de limites da Área Indígena Waimiri-Atroari, localizada nos Municípios de Novo Airão, Itapiranga, Presidente Figueiredo (AM) e Caracaraí (RR), no Estado do Amazonas e no Território Federal de Roraima, para efeito de demarcação administrativa, conforme preceitua o Decreto nº 88.118 de 23 de fevereiro de 1983.


A proposta, com base em estudos antropológicos, cartográficos e fundiários realizados pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, foi submetida ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983, que, observadas as disposições da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1983, opinou pela sua aprovação, através do Parecer nº 167/87.

A Área Indígena Waimiri-Atroari, com superfície 2.440.000 ha e perímetro de 975 km, destina-se, principalmente, a preservar o habitat imemorial do grupo indígena Waimiri-Atroari, garantindo-lhe, além disso, sua sobrevivência étnica e cultural. Dela não fazem parte, entretanto, a área de inundação da barragem da UHE Balbina, nos termos do Decreto nº 85.898, de 1981, e a faixa de domínio da BR-174.

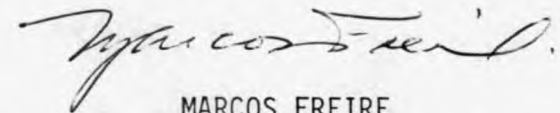
É importante observar que na área em referência não existem ocupantes que não sejam índios.

Estas, Senhor Presidente, as razões da presente Ex posição de Motivos e do projeto de decreto, que ora submetemos à decisão final de Vossa Excelência.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Ex celência protestos de nosso mais profundo respeito.



JOAQUIM FRANCISCO DE FREITAS CAVALCANTI
Ministro do Interior



MARCOS FREIRE
Ministro da Reforma e do Desenvolvimento
Agrário

CT. Nº **0171** /87 - SUAF

Brasília, **01 JUL 1987**

Ilmo. Sr.


ANDRÉ JUNQUEIRA AYRES VILLAS BOAS

MD. Representante do MIRAD Junto ao GT. Interministerial

Dec. 88.118/83

Encaminho, para o arquivo de V.Sa., cópia do Parecer nº 168/87, da Área Indígena SALUMÁ, apreciada na Reunião do G.T. Interministerial em 05 de junho do corrente.

Atenciosamente,



Valter Ferreira Mendes
Superintendente Substituto
Superintendência de Assuntos
Fundários - SUAF/FUNAI

PARECER Nº 168 /87 - GT.PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC. 88.118/83

ÁREA INDÍGENA - SALUMÃ

LOCALIZAÇÃO - Mun. Aripuanã, Diamantino e Vila
Bela da Santíssima Trindade/MT.

GRUPO INDÍGENA - Enauenê-Nauê

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio sobre a delimitação da ÁREA INDÍGENA SALUMÃ, vem apresentar o seu Parecer, observadas as determinações do retrocitado Decreto e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I - CONSENSO HISTÓRICO

As referências históricas sobre os Índios Enauenê-Nauê não são numerosas, mas comprovam suficientemente a presença imemorial desses Índios nas terras banhadas pelos formadores do Rio Juruena (Joaquim Ritos, Iquê, Doze de Outubro, Camararê, Sapezal e Papagaio). As primeiras informações mais precisas sobre os Índios dessa região devem-se a Aires de Cabral (1817), Rondon (1909) e Roquette Pinto (1917).

O Padre Aires de Cabral, em sua "Corografia Brasileira", 1817, localiza os Salumã no Rio Juruena:

"Os tamarês dominam as adjacências do Rio Juyna, primeiro ramo notável dos que engrossam o Juruena pela margem ocidental, os Pacchãs vivem ao Norte dos derradeiros, os SALUMÃN mais ao setentrião, encostados no mesmo Juruena".

Roquette Pinto, em sua obra "Rondônia", menciona o encontro de Cândido Rondon com esses Índios:

"E agora mesmo em 1912, Rondon encontrou em plena idade da pedra, um grupo que lhe deu o nome nacional de SALUMÃ, vivendo porém em plena Serra do Norte, a mais de 200 km a Noroeste do ponto em que a linha telegráfica atravessa o Juruena".

93

1987

Entretanto, o mesmo autor faz referência aos SALUMÃ como sendo um sub-grupo Nambiquara:

"Do grupo septentrional, sô encontrei os Tagnanis, Tautês, SALUMÃ, Tarutês, Taschuitês, mesmo assim apenas sobre os Tagnanis e Tautês, consegui diversas notas".

O contato efetivo desses Índios com a nossa sociedade sô aconteceu, porém, recentemente, em 1974, através dos padres Thomaz Lisboa e Vicente Cañas, da Missão Anchieta.

Mas somente em 1983, após alguns anos de convivência com esses Índios, que os padres descobriram a sua autodenominação - ENAUENÊ-NAUÊ, sendo Salumã apenas um nome masculino.

II - DADOS CULTURAIS

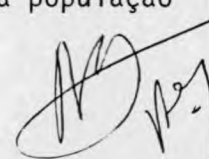
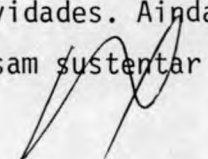
Os Enauenê-Nauê não falam português e sua cultura tradicional permanece intacta, não apresentando nenhum grau de dependência da sociedade nacional, a não ser no que se refere à garantia de seu território e à defesa contra as doenças introduzidas pela população envolvente.

Os Enauenê-Nauê estão adaptados tradicionalmente ao seu ecossistema, numa região de transição, campo-cerrado e a floresta, onde predominam as matas ciliares que protegem os cursos d'água formadores do Jurue na.

Com uma população aproximada de 200 pessoas, são um povo de exímios pescadores, utilizando-se principalmente do timbô e de técnicas de barragens. Usavam também anzóis fabricados com os fios subtraídos da linha telegráfica construída por Rondon.

Sendo a pesca a sua fonte quase exclusiva de proteína animal, já que recusavam-se a comer carne de caça, sua economia está assentada na exploração intensiva de todos os cursos fluviais de seu território tradicional.

Sua sociedade mantém uma singular organização social, re partindo-se em grupos clânicos e núcleos familiares distribuídos em várias aldeias. A aldeia central, hoje novamente situada na margem esquerda do Rio Iquê, é o local onde o grupo como um todo reúne-se para os períodos rituais, que ocupam parte considerável do ciclo anual de atividades. Ainda que as ro ças da aldeia central sejam bem maiores, pois precisam sustentar a população



inteira durante as festividades, todas as aldeias possuem roças próprias, onde se destacam algumas espécies de milho, mandioca e feijão.

Deve ser ressaltado que, há cerca de três décadas, devido a seguidos ataques dos Índios Cinta Larga e de frequentes escaramuças com os Nambikwara, os Enauenê-Nauê haviam abandonado a região ao norte do rio Iquê, bem como as cabeceiras do rio Doze de Outubro e o Córrego Tolui-Mazê. Recentemente, com a visita dos Cinta Larga, em 1981, e o encontro com os Nambikwara da AI Pirineus de Souza, em 1985, voltaram a ocupar a região tradicional.

III - DEFINIÇÃO TERRITORIAL

Em 1978, a Missão Anchieta apresentou à FUNAI uma proposta para interdição da Área Indígena Salumã.

Nesse mesmo ano, o Governo do Estado do Mato Grosso doou à União uma área de 266.000 hectares para a instalação da Estação Ecológica de Iquê, da SEMA, através do Decreto nº 1452 de 01.08.78. Essa área sobrepunha-se em grande parte no território tradicional dos Índios.

Através da Portaria nº 630/E, de 22 de outubro de 1979, foi designado um Grupo de Trabalho com vistas à definição dos limites da AI Salumã.

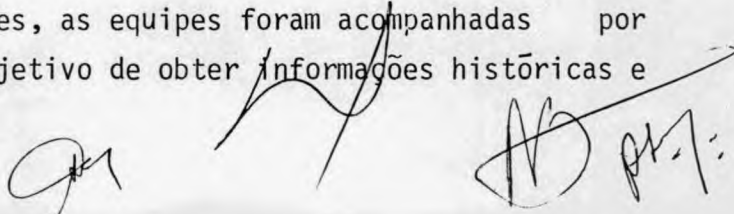
Em 1980, a Missão Anchieta apresentava nova proposta para interdição, abrangendo uma área de 690.000 ha. aproximadamente, incluindo sítios de cultivo até então desconhecidos e, portanto, não constantes na proposta anterior.

Em 1981, outro Grupo de Trabalho é constituído pela Portaria nº 1057/E/81, que propõe uma área de 640.000 ha.

A precariedade dos conhecimentos até então existentes sobre os Enauenê-Nauê e sua efetiva ocupação territorial faziam retardar uma solução definitiva quanto à delimitação da área.

Após o episódio do massacre de não-Índios, em setembro de 1984, um terceiro GT foi instituído pela Portaria nº 1766/E, de 19.09.84, com a participação de representantes da FUNAI, Missão Anchieta, SEMA, INCRA, INTERMAT e PUC/SP.

Em todas as ocasiões, as equipes foram acompanhadas por membros da Missão Anchieta, com o objetivo de obter informações históricas e



etnográficas necessárias, já que a bibliografia sobre o grupo é bastante restrita.

A sequência dos relatórios antropológicos, que justificam as sucessivas descrições da Área Indígena Salumã, constantes no Processo FUNAI/BSB/0292/78, expressam momentos diversos quanto ao conhecimento da história, organização social e do sistema religioso e cultural dos Enauenê-Nauê.

Por outro lado, a prolongada convivência com o grupo e o aprendizado da língua, veio permitir que Vicente Cañas, finalmente, traduzisse com precisão a definição de seu território tradicional, que desejam ver demarcado e respeitado.

IV - ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

Inicialmente, os entraves a uma definição da área indígena prendiam-se à criação da Estação Ecológica Iquê, no território indígena, uma vez que não se registrava ocupação efetiva de não-Índios na região.

As propostas conciliatórias que então foram aventadas não se concretizaram. A última delas (GT Port. 1776/E de 19.09.84) não viabilizou-se porque a SEMA - Secretaria do Meio Ambiente, mostrou desinteresse em manter um cinturão ecológico protetor, então sugerido, em torno da área indígena.

Recentemente, com a evolução das negociações entre a FUNAI e a SEMA, viabilizou-se uma solução através da assinatura de um convênio, cuja CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto, reza o seguinte:

"O presente instrumento tem por objeto o estabelecimento da colaboração mútua e recíproca entre as partes para a execução de um Programa de Proteção da área da Estação Ecológica de Iquê, criado pelo Decreto nº 88.061, de 02.06.81, do ravante denominada ÁREA ECOLÓGICA DE INTERESSE INDÍGENA - AEII, situada no Município de Aripuanã, no Estado do Mato Grosso, conforme mapa de localização e memorial descritivo anexos, tendo em vista a superposição de sua área com a do território Enauenê-Nauê".

Enfatizando ainda a baixa fertilidade do solo naquela região, a necessidade da preservação do sistema hídrico e a preocupação dos Índios na garantia do seu território, cujos limites demonstram conhecer por menorizadamente, a FUNAI recomenda urgência na regularização da mesma para a garantia da sobrevivência física e cultural do grupo indígena Enauenê-Nauê.

Essa área abrange na realidade 705.500 hectares, com perí

metro aproximado de 700 km., incluindo-se os 266.000 ha. da Estação Ecológica de Interesse Indígena, de conformidade com o mapa e memorial descritivo anexos, elaborados pelo setor competente da FUNAI, interpretando o resultado dos estudos transcritos no Processo FUNAI/BSB/0292/78.

V - SITUAÇÃO ATUAL


Conforme informação fornecida pelo Instituto de Terras do Mato Grosso (INTERMAT), não foram constatados quaisquer ocupantes não-Índios ou benfeitorias, dado confirmado pelos membros do GT Interministerial através de sobrevôo realizado nos dias 18 e 19 de junho de 1987.

A Área Indígena SALUMÁ está situada na região de influência do POLONOROESTE e sua regularização faz parte dos compromissos assumidos pelo Governo Brasileiro.

VI - CONCLUSÃO

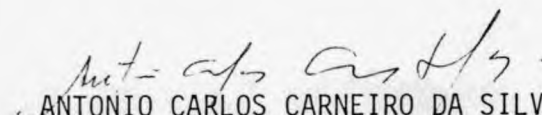
De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, o momento histórico vivido pelo grupo Enauenê-Nauê, a situação das terras que constituem da Área Indígena SALUMÁ, e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando favoravelmente sobre a proposta de delimitação da Área Indígena SALUMÁ, de conformidade com o mapa e memorial descritivo anexos a este Parecer.

Brasília(DF), 05 de junho de 1987.


ROMERO JUCA FILHO
FUNAI

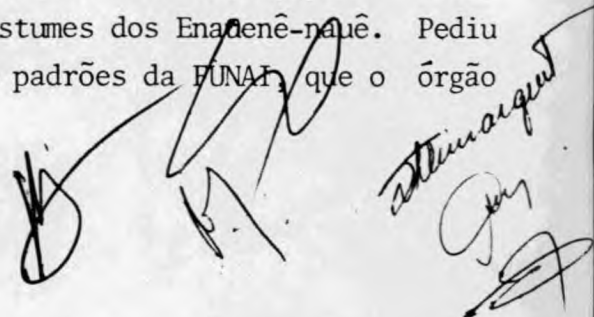

RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER


ANDRÉ J.A. VILLAS BOAS
MIRAD

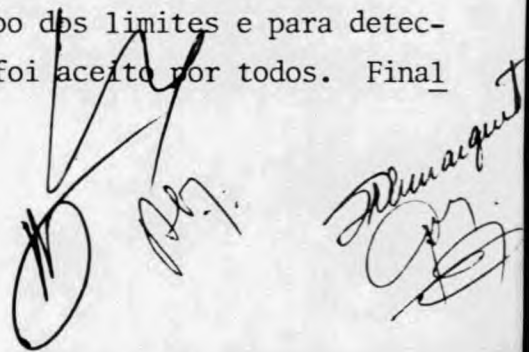

ANTONIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA
SG/C.S.N.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA EM 1987 DO GT. 88118/83.

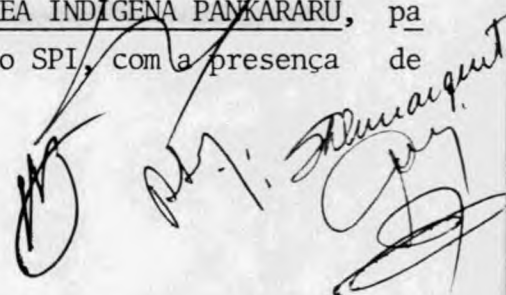
Aos cinco dias do mês de junho de 1987 reuniram-se os membros do GT 88118/83 na sala de reuniões da Presidência da FUNAI, às 15,00 horas, para deliberar sobre pauta previamente conhecida, a saber: A.I. SALUMÃ, A.I. PANKARARÉ, A.I. PANKARARU, A.I. APIAKÁ-KAYABI e A.I. WAIMIRI-ATROARI. As áreas indígenas foram apresentadas segundo a ordem da citação anterior. Para as três primeiras citadas foram convidadas pessoas e entidades ligadas aos assuntos objeto da discussão, com plena liberdade de expor seu pensamento e reivindicações aos membros do GT. ÁREA INDÍGENA SALUMÃ: Além dos membros do GT, foram convidados a participar representantes do Conselho Indigenista Missionário-CIMI - e da Operação Anchieta-OPAN, a saber: JOÃO DAL POZ, PADRE ANTONIO JAIR e PADRE THOMAZ DE AQUINO LISBOA, tendo sido abertos, os trabalhos pelo Senhor Superintendente de Assuntos Fundiários da FUNAI. Este apresentou globalmente a A.I. Salumã, esclarecendo que a proposta a ser discutida na reunião era a mesma que tinha sido enviada aos membros do GT. em 1985. Pe. Lisboa agradeceu o convite da FUNAI e, por sua vez, falou de sua experiência missionária entre os Enauenê-nauê, juntamente com o Irmão Vicente Cañas, culminando com o trágico desaparecimento de seu companheiro Cañas, na defesa da terra indígena Salumã. O CIMI frisou, através do Pe. Lisboa, que a proposta de área válida, por ser um somatório das demais, era a apresentada à FUNAI em 1986 pelos missionários, endossada pelos antropólogos Ana Lange, Artur Nobre Mendes e Rinaldo Arruda em documento entregue à FUNAI a 01/06/87. Discutido o assunto, o Senhor Superintendente da SUAF declarou que a A.I. Salumã era considerada imemorial, que tal imemorialidade seria garantida pela FUNAI e que a Reserva Ecológica do Iquê faz parte do território Enauenê-Nauê, caracterizando-a como de interesse indígena. O Sr. Dal Poz fez em seguida o histórico das propostas de área anteriormente apresentadas à FUNAI, bem como salientou a relação dos índios com a terra, o que era pouco conhecido à época das propostas de interdição, pois nem FUNAI nem missionários conheciam língua e costumes dos Enauenê-nauê. Pediu também que, quando se faça o mapa dentro dos padrões da FUNAI, que o órgão



considere com bastante critério o nome dos rios e córregos limítrofes, como o caso do Sapezal, que é o rio maior que desemboca no Papagaio, e não o menor. O CIMI declarou, por parte de sua Assessoria Jurídica, que no corpo do decreto deve constar que a questão das pesquisas e estudos dentro da Área Ecológica de interesse indígena deve ser regulamentada através de convênio FUNAI/SEMA. Após tais discussões, retiraram-se os representantes do CIMI e da OPAN, para que os membros do GT, em conjunto com o Sr. Representante da SEMA, João Batista Monsã, pudessem esclarecer outros pontos ainda obscuros e analisarem os mapas pertinentes. O Sr. representante do MIRAD considerou o relatório do antropólogo Arruda como bastante claro na sua parte final, ao dizer que as terras seriam permutadas com a SEMA na porção leste e não aceitas pelo órgão - eram também indígenas e, como tal, comporiam igualmente o território Salumã, caso a SEMA por elas não se interessasse. O Sr. representante da SEMA disse por sua vez, que seu órgão não tinha nenhuma restrição à proposta da FUNAI, mas que no Decreto conste a questão comum, destacando a importância do fato de que, pela primeira vez, chega-se à criação de uma figura tal como reserva ecológica de interesse indígena, em benefício de ambas as partes envolvidas. O Sr. Superintendente da SUAF declarou, então, que a A.I. Salumã ficará com aproximadamente 690.000 ha, englobando a parte da SEMA, em território praticamente intacto: O Sr. representante do MINTER indagou se havia títulos ou invasões na área, sendo-lhe respondido positivamente quanto ao primeiro caso. Discutido o problema das titulações e retirando-se o Sr. representante da SEMA, questionou-se a ausência do representante do INTERMAT, embora convidado para a reunião. O Sr. representante da SG/CSN afirmou que duvidava da integridade territorial futura da A.I. Salumã, pois seus poucos habitantes não teriam condições de guardar seus amplos limites. Verificadas algumas divergências nos mapas analisados e questões correlatas, o GT solicitou que sejam, compatibilizadas numa única as propostas existentes sobre a A.I. Salumã, respondendo, o Sr. Superintendente da SUAF que tal proposta já existia, documento apresentado pelos antropólogos Lange, Mendes e Arruda à FUNAI em 19/06/87, fortalecendo aquela entregue pela Missão Anchieta em 1986. O Sr. Assessor Valter Mendes sugeriu que o GT vá à área com a possível brevidade, para sobrevoar os limites e para detectar talvez invasores no limite sudoeste, o que foi aceito por todos. Final



mente a A.I. Salumã foi aprovada, mas o Parecer nº 168/87 só será assinado após a compatibilização da proposta da Missão Anchieta com os padrões cartográficos da FUNAI, refeitos memorial descritivo e croquis demonstrativo, reformulando-se inclusive o Decreto de declaração de ocupação indígena. A seguir o Sr. Superintendente da SUAF destacou a importância da pauta a ser apresentada a seguir - Pankararu, Pankararé, Waimiri-Atroari e Apiankã-Kaya bí, em razão de compromissos internacionais assumidos pelo Governo Brasileiro. A ÁREA INDÍGENA PANKARARÉ foi a segunda a ser analisada pelo GT, com a presença das lideranças indígenas, CIMI, CONTAG, Presidente do INTERBA, Superintendente 3ª SUER e representantes dos posseiros. O Sr. Superintendente/SUAF historiou-se, inclusive com a relação aos últimos documentos encaminhados à FUNAI pelos índios, não aceitando mais nenhum acordo, rejeitando a demarcação dos 29000 ha e batando-se pela área de 44.000 ha original e primeiramente identificada para o grupo. Os Pankararé chegaram à conclusão de que os posseiros não mais poderão habitar sua área e de que deverão os mesmos ser retirados, pois a convivência entre as partes passou a ser impossível. Discutiram-se os vários acordos sobre os limites da A.I. Pankararé e as modificações sucessivas de seus contornos, sempre em prejuízo dos indígenas. Após várias intervenções do CIMI, dos representantes de índios e posseiros, do Sindicato dos trabalhadores rurais e outras, o Sr. Coordenador do GT e Presidente da FUNAI resumiu a questão, dizendo que a proposta em deliberação não agradava a nenhuma das partes envolvidas, enquanto que o Senhor Presidente do INTERBA se reportou à reunião ocorrida em Salvador há poucos dias, dizendo estar o Governo da Bahia sumamente interessado em resolver a questão fundiária no Estado envolvendo índios e posseiros. A solução, a seu ver, seria confiada a comissão de alto nível, com poder decisório e sem representação das partes em disputa - Pankararé e posseiros -, comissão essa que terá de trabalhar em regime de urgência. Segundo o Senhor Coordenador do GT, a proposta de área em deliberação não significava um bom caminho, sendo prematuro discutí-la em clima de passionalismo. O Senhor representante da SG/CSN perguntou qual a posição da CPT quanto à questão, sendo-lhe respondido que a mesma não atuava na área. Concluiu-se dizendo que, na próxima semana, já se iniciarão os trabalhos da comissão de alto nível, com a colaboração do CIMI. A terceira área apresentada foi a ÁREA INDÍGENA PANKARARU, para homologação da demarcação efetuada em 1940 pelo SPI, com a presença de





FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

DTR. 162, p. 93/183

.4.

lideranças indígenas, CONTAG, posseiros e CIMI. A comunidade Pankararu aceitou a proposta da FUNAI, por escrito e de viva voz, mas a outra parte desafiou seus argumentos e convidou os membros do GT a observarem in-loco a realidade por eles vivida. A Sra. representante Pankararu afirmou não haver possibilidade de acordo entre índios e posseiros. O Sr. representante do MIRAD esclareceu que fora feita uma nova identificação da A.I. Pankararu, abrangendo 14.200 ha, mas que os índios até abriam mão do acréscimo, desde que a área demarcada fosse desintrusada. O Sr. Advogado da FETAG disse não ser do interesse dos posseiros prejudicar os indígenas, diminuindo-lhes a terra, mas que os membros do GT deveriam levar em conta a condição social lá existente nos dias atuais. Onde deverão ser colocadas as 400 famílias de posseiros moradores da A.I. Pankararu? Após muitas e acaloradas discussões e saindo os convidados, passou-se à deliberação da área, após sua análise pelos membros do GT. O Sr. representante do MIRAD disse que seu órgão assume compromisso de investigar se há áreas para o reassentamento dos posseiros. Solicitou-se ainda que, do parecer, conste toda a tramitação do processo, Pankararu a nível judicial, com as decisões já referenciadas a favor dos índios pelo STF; que conste também, considerando a dificuldade de reassentamento dentro dos instrumentos peculiares da reforma agrária, a definição de outros instrumentos a nível de Governo Federal - aquisição de áreas, Projeto Nordeste, recursos da SUDENE, PAPP, desapropriação por utilidade pública - que possam ser utilizados no caso em pauta. Que se coloque também no Parecer que a A.I. Pankararu foi reidentificada com 14000 ha, mas que a aceitação pelos índios somente do contorno demarcado- 8100 ha - já minimizou em grande parte o problema social na região, evitando-se maiores conflitos pela posse da terra. Tudo acertado, a A.I. Pankararu foi aprovada, merecendo o Parecer nº 165/87, embora ainda não assinado, o que se fará desde que se altere o Parecer conforme o estabelecido acima. Após, foi reapresentada a ÁREA INDÍGENA APIAKÁ-KAYABI que mereceu Parecer favorável nº 166/87, declarando-a como de ocupação indígena dentro da proposta apresentada pela FUNAI. Finalmente passou-se à reapresentação da Área Indígena Waimiri-Atroari, historiada pelo Senhor Assessor Valter Mendes e veementemente defendida pelo Senhor Superintendente/SUAF. Após as discussões de praxe, assinou-se Parecer nº 167/87, declarando-a como de ocupação indígena dentro do

[Handwritten signatures and initials]




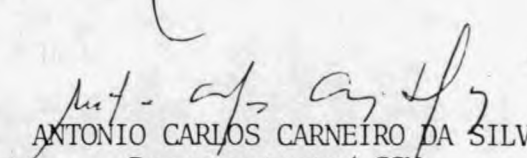
FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR


DTR. 162, p. 94/183

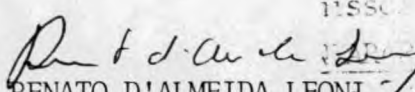
.5.

proposto pela FUNAI. Nada mais havendo a discutir a reunião foi encerrada pelo Senhor Coordenador do GT e Presidente da FUNAI. Eu, Sônia de Almeida Demarquet, secretariando os trabalhos, lavrei a presente ata que, caso aprovada, será devidamente assinada. Brasília, 05 de junho de 1987.//

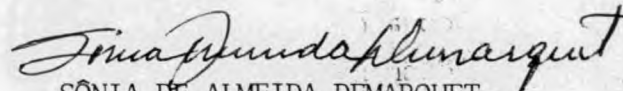

ROMERO JUCA FILHO
Presidente/ FUNAI
e Coordenador/GT.


ANTONIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA
Representante/ CSN


ANDRÉ JUNQUEIRA A. VILLAS BOAS
Representante/MIRAD


RENATO D'ALMEIDA LEONI
Representante/MINTER


DANIEL MARQUES DE SOUSA
Superintendente/SUAF/FUNAI


SÔNIA DE ALMEIDA DEMARQUET
Chefe DID/FUNAI

PARECER Nº 167/87 - GT. PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC. 88.118/83

ÁREA INDÍGENA: WAIMIRI-ATROARI

GRUPO INDÍGENA: WAIMIRI-ATROARI

Localização: Mun. Novo Airão, Itapiranga,
Presidente Figueiredo (AM) e Ca-
racaraí (RR).

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º, do artigo 2º, do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio - FUNAI sobre a definição dos limites da área indígena WAIMIRI-ATROARI, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1973.

I - CONSIDERAÇÕES GERAIS

Nenhum território indígena brasileiro tem sido defendido tão ardorosa e bravamente do que as bacias dos rios Camanaú, Uatumã, Santo Antonio do Abonari, Taquari, Jauaperi, Alalaú e Jundiã - o Território WAIMIRI-ATROARI.

A denominação WAIMIRI-ATROARI dá a impressão de tratar-se apenas de um mesmo grupo indígena, mas na realidade são dois grupos distintos.

Os WAIMIRI habitam as bacias dos rios Camanaú, Taquari e Abonari, mais ao sul.

Os ATROARI residem mais ao norte, ocupando principalmente as bacias dos rios Alalaú, Jauaperi e Jundiã.

Povos do rio, exímios canoeiros; pescadores e caçadores. Guerreiros também ...

No rio lançam as cinzas de seus mortos, cujos corpos normalmente são cremados. Junto àqueles rios, sobreviveram gerações e gerações.

[Handwritten signatures]

ções adaptadas ao ecossistema, criando sua história; sua cultura, como a expliação de sua existência. Enfim, toda a sabedoria de um povo ligada a essa região, onde cada curva do rio, cada pedra, cada árvore, são componentes de sua vida.

Assim, até mesmo as águas dos rios adquirem uma dimensão maior que um simples local de pesca e caminhos por onde viajam, adquirindo um valor mágico-religioso. São as cinzas de seus antepassados, dos seus irmãos, dos seus filhos e dos seus amigos misturados à cada gota d'água.

A possibilidade do desaparecimento dessa cultura e desses índios como povo, está se tornando uma realidade nos dias atuais, pela inundação da bacia do Uatumã e seus tributários, pelo reservatório da UHE-BALBINA, cujo represamento está previsto para outubro/87. Somente 25 anos depois a região do lago perderá a desolação que nos fará lembrar The Waste Land de T.S. Elliot.

Obrigados a abandonar parte desse habitat; desterrados de sua própria pátria, perdendo o último elo que vem sustentando os poucos sobreviventes que restam - 374 índios, em maio/86; de uma estimativa, no início da década de 70, em cerca de 1.500 indivíduos, dados levantados com base na média de habitantes por aldeia.

Essa população está dividida em 151 ATROARI e 223 WAIMI RI. A maioria é do sexo masculino, onde a média de idade não atinge os 25 anos.

Esses dois povos distintos falam, entretanto, a mesma língua - o Karib - da região (Macuxi, etc), com pequenas variações de pronuncia e palavras. Têm costumes tribais semelhantes, casam-se entre si, mas mantêm-se em territórios distintos e definidos.

Periodicamente fazem visitas recíprocas, participando de festas itinerantes realizadas em várias aldeias sequenciais. Essas festas são realizadas na época da estiagem - de setembro a dezembro - correspondendo ao período de maior abundância de alimentos; peixes, com as águas baixas, e as caças atraídas para os cursos d'água.

Há registro de atritos entre eles, mas desde 1974, quando a estrada BR-174, Manaus-Boa Vista, seccionou o território deles; quando da implantação da estrada, ocorreram vários incidentes fatais, com mortes de índios e não-índios (10 da Missão Calleri e 7 funcionários da FUNAI), surgiu uma maior aproximação entre os dois grupos, como autodefesa.

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

Durante o levantamento da quota de inundação do reservatório da UHE-BALBINA, foram encontradas sete aldeias, conhecidas, nos rios Abonari, Taquari e Uatumã, abandonadas. Os índios que acompanhavam a equipe diziam que estavam todos mortos. Contudo não entravam em detalhes, parecendo não querer lembrar-se do ocorrido. Seja o que for deve ter sido algo extremamente grave.

Em 1981 ainda houve uma epidemia de sarampo que vitimou 21 índios, 17 mulheres e 4 homens.

Agora, com a mudança de hábitat de parte da população, mudanças ocorrerão, podendo quebrar toda a unidade tribal e o relacionamento político e social entre os dois grupos, gerando, inclusive, desajustes que poderão levá-los à apatia e morte como povo - morte cultural.

Por outro lado, não devemos nos esquecer dos problemas que enfrentarão para subsistência. Construir novas roças, plantar novas árvores frutíferas, descobrir novos pontos de caça, locais de pesca, construir novas casas, enfim, adaptar-se ao novo ambiente.

A mudança de WAIMIRI para área de índios ATROARI provocará problemas políticos entre os dois grupos, questionamento de lideranças, etc., com a diminuição dos espaços vitais.

Atrelado a isso, sempre ocorrem doenças e epidemias por ocasião de mudanças.

No sentido de minimizar os impactos ambientais sobre os WAIMIRI-ATROARI, e maximizar os mecanismos e os meios necessários para assegurar a sua sobrevivência física e cultural, está sendo firmado um convênio entre a FUNAI e a ELETRONORTE, (cópia em anexo) em que esta, como forma de indenização aos danos causados à comunidade indígena, aloca recursos, para um programa de assistência e apoio à comunidade, denominado PROGRAMA WAIMIRI-ATROARI.

Esse Programa será proposto por um Grupo de Trabalho a ser designado, composto por elementos da FUNAI, ELETRONORTE, FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA - FUA, IBDF, SEMA, formando uma equipe interdisciplinar, com indigenistas, antropólogos, sanitaristas, ecólogos, engenheiros florestais, biólogos, etc. e lideranças WAIMIRI-ATROARI. O Programa proporá ações de caráter imediato e também ações que serão desenvolvidas a médio e longo prazo.

[Handwritten signatures: "Ruy." and "P. S. T."]

A Cláusula Quarta do referido convênio, de execução mediata, diz o seguinte: "Promover a demarcação da ÁREA INDÍGENA WAIMIRI-ATROARI, cabendo à FUNAI encaminhar ao GT 88.118/83 a proposta de delimitação atualizada, a saber: 2.440.000 hectares, com o perímetro aproximado de 975km, sem excluir a área de inundação inclusa no perímetro da área indígena imemorial; a demarcação em referência será custeada pela ELETRONORTE após a edição do Decreto Homologatório".

Entretanto, independentemente da demarcação, os índios têm os limites desse território bem definidos e, secularmente, os têm defendido, numa guerra de perdedores. O território atual, não é mais o original. Estaremos demarcando o limite máximo onde se pode permitir o avanço da sociedade nacional.

II - BREVE HISTÓRICO RECENTE

1. A Reserva Indígena Waimiri-Atroari, decretada em 13 de junho de 1971, sob o Nº 68.907, com 1.611.900 ha, encravados no município de Airão, no Estado do Amazonas, não correspondia exatamente aos limites propostos pelo sertanista Gilberto Pinto Figueiredo.

2. Muitas malocas e áreas de caça instaladas na margem direita do rio Alalaú e até outras da região central, além do próprio rio Alalaú, deixaram de ser consideradas, ficando fora da Reserva.

3. Na época, indigenistas da FUNAI e principalmente o sertanista Gilberto, protestaram contra esse fato da reserva não atingir toda a área ocupada pelos índios. Nada de positivo foi conseguido.

4. Em agosto de 1974, conseguiu-se que nova área fosse interditada para fins de atração desses índios, o Decreto nº 74.463 de 26 de agosto de 1974, sendo acrescida à reserva decretada anteriormente.

5. Esse decreto saiu com coordenadas de limites erradas e foi corrigido pelo Decreto nº 75.310/75.

6. Em 1978, o Presidente da FUNAI, Gal. Irmarth de Araújo Oliveira, acolhendo sugestões da Coordenação da Amazônia/COAMA, órgão da administração da própria FUNAI, interditou mais uma área adjacente às áreas anteriormente interditadas para proteção dos índios WAIMIRI-ATROARI, declarando área de ocupação, através da Portaria nº 511/N, datada de 4 de julho de 1978, incluindo, na área da Reserva, a área de 3 malocas que se encontravam fora das áreas anteriormente interditadas.

7. A Portaria nº 511/N, juntamente com os Decretos nºs 68.907/71, 74.464/74 e 75.310/75, delimitaram a área mínima do território dos Waimiri-Atroari, que na época já era uma ilha entre um sem número de no vizinhos que se instalaram na região, com projetos madeireiros, agropecuários e de mineração.

8. A Portaria nº 511/N, foi o último documento de proteção ao território WAIMIRI-ATROARI.

9. Foram esses diplomas, com toda a sua fragilidade, mas que reconhecem oficialmente a área indígena, que serviram para defender aquele território de várias tentativas de invasão.

10. Entretanto, no decorrer dos anos e com a instalação de projetos de exploração agrícola e madeireira nas proximidades da reserva, aventureiros e especuladores chegaram a registrar como propriedades particulares vastas áreas dentro da reserva.

11. Todavia, mesmo com esses registros, ou declaração de posse junto ao INCRA e "pagamento de impostos", esses falsos proprietários nunca se arriscaram a tomar posse de suas declaradas propriedades, talvez pelo grande temor que os regionais ainda cultivam com relação a agressividade desses índios.

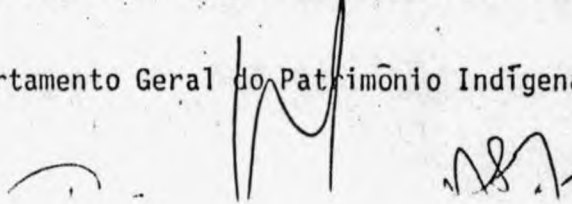
12. Posteriormente, instalou-se dentro da área, na região leste, com autorização da FUNAI, a empresa de mineração Timbó Minerado ra Ltda., atualmente com o nome de Taboca pertencente ao grupo Paranapanema, que se encontra atualmente em plena atividade exploratória.

13. Em janeiro de 1979, a ELETRONORTE comunicou à FUNAI, que iniciaria os trabalhos de construção da UHE-BALBINA, que represaria o rio Uatumã, informando o nível que a lâmina de água atingiria, totalizando 1/3 da área da reserva, e as influências diretas e indiretas na região.

14. Em 1980, depois de um ano de pesquisa que constatou a existência de uma grande jazida de estanho na área leste da reserva, foi elaborado o Projeto Pitanga, com a previsão de US\$ 25.000,00 para aplicação nos anos de 82 e 83.

15. O Projeto entretanto, estava tendo dificuldades quanto à sua viabilidade, porque a jazida estava incravada no território indígena.

16. O Departamento Geral do Patrimônio Indígena - DGPI,



que então cuidava das questões fundiárias, sob a Presidência do Cel. Nobre da Veiga, não conseguiu que fosse elaborada a proposta de diminuição de área, mesmo utilizando-se de antropólogos recém-contratados. Entretanto, depois de um sobrevôo, relataram que não foi verificada a existência de índios nessa área e foi elaborada a proposta de diminuição da reserva (Processo FUNAI/BSB/2625/81) e encaminhado ao Ministério do Interior, em caráter de urgência, sendo, em seguida, encaminhada à Presidência da República para formalização do Decreto.

17. Em 23 de novembro de 1981, através do Decreto nº 86.630/81, revogavam-se os decretos anteriores (68.907/71, 74.464/74 e 75.310/75) tornando EXTINTA a Reserva Indígena Waimiri-Atroari; transformando a área habitada por aqueles índios, declarava como "ÁREA INTERDITADA TEMPORARIAMENTE PARA FINS DE ATRAÇÃO E PACIFICAÇÃO DOS ÍNDIOS WAIMIRI-ATROARI", invertendo totalmente o processo de regularização de uma área indígena.

18. Além de acabar com a Reserva Indígena, tornando-a, simplesmente, uma "área interditada", o Decreto nº 86.630/81 de 23.11.81, diminuiu a área em 526.800 hectares, exatamente a área pretendida para exploração mineral.

III - BREVE HISTÓRICO REMOTO

Desde o início dos trabalhos do Serviço de Proteção aos Índios - SPI, através da 1ª. Inspetoria, sediada em Manaus, foram feitas várias tentativas de fixar limites ao avanço da sociedade nacional sobre o território dos índios Waimiri-Atroari, instalando o Posto Indígena Mahaua, nas margens do rio Jauaperi.

1. O primeiro documento sobre a reserva Waimiri-Atroari, foi a Lei nº 941 de 16 de outubro de 1917, que no artigo 5º, destinava terras da margem direita no rio Jauaperi, para os índios "Waimiris".

2. Em 1921, todavia, o então Governador do Estado do Amazonas, Desembargador Rego Monteiro, visando afastar qualquer empecilho às intenções de seu sobrinho Simplício Coelho Rezende Rubin, de tomar posse das referidas terras, revogou a Lei nº 941, promovendo a oficialização da invasão do território indígena.

3. Contudo, mesmo sem a proteção das leis, após recuarem suas moradias para as cabeceiras dos rios, os índios não permitiram o avanço


da presença do homem civilizado para dentro de seu território. Toda vez que algum corajoso aventurava-se por aquelas parágens, fatalmente pagava com a própria vida.

4. O relacionamento entre esses índios com os seguimentos da sociedade colonizadora manteve-se sem maiores problemas até o início do século XIX, quando o comércio e a exploração dos castanhais atingiram grande importância econômica. Essas terras eram ricas em produtos vegetais, destacando-se a Castanha do Brasil, Balata, Pau Rosa e outros artigos com grande demanda na época.

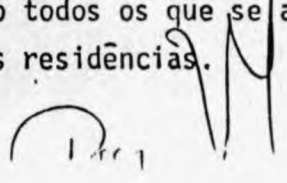
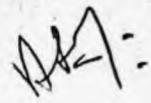
5. As vilas de Moura, Carvoeiro e Airão foram criadas nas margens do Rio Negro sem que fosse registrado nenhuma resistência por parte dos índios.

6. Em 1856, após a nomeação do Major Manoel Ribeiro de Vasconcelos para a região (área de influência dos rios Jauaperi e Rio Branco), iniciou-se uma verdadeira guerra, aberta e desigual, contra esses índios.

7. Para "pacificar" os índios, o Major Vasconcelos partiu no dia 29 de abril de 1856, levando consigo, ao rio Jauaperi, 50 guardas bem armados. A pacificação pretendida era o rendimento, ã bala, dos índios para a fixação de exploradores de castanha. Chegaram até ao igarapé Uatupurã, onde encontraram uma grande aldeia, travando-se ali um combate entre praças e índios, que colhidos pela surpresa e pela desigualdade das armas, fugiram apavorados, deixando nas proximidades da maloca um grande número de mortos. As casas foram saqueadas e queimadas. Segundo o relatório da expedição devem ter morrido mais de 300 índios, entre adultos, crianças e velhos.

8. Depois, ã pedido do Major Vasconcelos, foi instalado um destacamento militar na foz do Igarapé Macucuaua, para garantir a segurança dos coletores de castanha. Os castanhais foram se estabelecendo nas margens dos rios Jauaperi e Alalaũ. 

9. A resposta dos índios não demorou. Fuão Jordão, que se estabelecera na margem esquerda do rio Jauaperi, no local mais tarde conhecido como Mahaua, foi flechado pelos índios, juntamente com pessoas que residiam com ele no local.

10. Na foz do igarapé Tunuau, afluente do rio Jauaperi, os índios saquearam a casa de D. Catarina que se encontrava ausente, fazendo com que depois disso todos os que se aventuravam a subir o rio Jauaperi abandonassem de vez suas residências.  

11. Iniciava-se então uma guerra sem trêguas, entre os exploradores de produtos naturais e os Índios Waimiri-Atroari.

12. Em 1867, o Frei Samuel Luciani, vigário da paróquia de Moura, elaborou um projeto de "pacificar os Índios Waimiri-Atroari", que foi aprovado pelo Presidente da Província do Amazonas, Epaminondas de Melo. Trouxe consigo guardas armados para encontrarem os Índios. Pela falta de conhecimento e meios de lidar com os Índios, foram hostilizados e retornaram a Moura tão logo foi possível.

13. Escreveu ao Presidente da Província relatando os fatos e pedindo reforço de mais guardas armados.

14. O Presidente da Província negou o pedido ao Frei, rescindindo o contrato firmado com o padre para "pacificar os Índios".

15. No dia 12 de janeiro de 1879, a vila de Moura foi atacada pelos Índios. Os moradores contudo tiveram tempo de se retirarem para uma ilha em frente a vila, que passou a ser chamada Ilha da Salvação; a denominação anterior era Ilha Curupiari.

16. O ataque resultou quase somente em danos materiais, com a morte de apenas dois moradores.

17. Quando a notícia chegou a Manaus, o Presidente fez seguir para Moura uma força do 3º Regimento de Artilharia, e outra do Corpo Provisório, sob o comando do Brigadeiro João de Barros Falcão, a bordo de duas lanchas de artilharia.

18. Os Índios já tinham retornado para as aldeias e o Brigadeiro Comandante, dividiu a força em duas frentes de combate e saíram à procura dos Índios.

19. Subindo o rio Jauaperi, uma das lanchas encontrou um grupo de Índios que seguiam em 11 ubãs, retornando às malocas.

20. As ubãs foram alvejadas com tiros de artilharia e todas postas a pique. Segundo o relatório da expedição foram mortos em mais de uma centena.

21. A segunda lancha encostou à margem esquerda do rio Jauaperi e seguindo com seus comandados por terra, o Tenente Pastana encontrou um grupo de Índios, quando foi iniciada uma intensa fuzilaria que durou "até a noite chegar"

22. Próximo à foz do Curiau, a expedição encontrou um grupo de 80 índios, fuzilando-os na quase totalidade, pois somente poucos fugiram para o mato.

23. Mais de 400 índios pereceram nesses combates. Após o retorno da expedição, ficou sediada em Moura uma Lancha de Guerra, destinada ao combate sistemático dos índios.

24. Em outubro de 1874, o Tenente Antonio de Oliveira Horta, comandante do destacamento militar da Vila de Moura, flagrou nas proximidades do povoado 200 índios Waimiri-Atroari, que foram mortos à bala pelos praças sob seu comando. Apenas o praça de nome Quintiliano José Ferreira ficou ferido entre os guardas da guarnição militar de Moura.

25. No dia 9 de novembro do mesmo ano, o Tenente Horta, comandando 20 praças armados, a bordo da Lancha de Guerra que se achava estacionada em Moura, seguiu para o rio Jauaperi à caça dos índios.

26. No dia 12 do mesmo mês, às 10 horas, a expedição encontrou 5 ubás aparentemente abandonadas. Em seguida encontraram mais duas também abandonadas. Mandou destruí-las. Um pouco mais acima, tornou a encontrar mais 2 ubás. Essas, resolveu levar para Moura como troféus.

27. Segundo os jornais da época morreram "incontáveis índios". O Tenente Horta organizou uma patrulha e saiu em perseguição aos índios que conseguiram escapar.

28. Escondidos entre a folhagem das árvores "onde estavam trepados e silenciosos encontravam-se cerca de 23 índios feridos. Os guardas ficavam eufóricos como caçadores entusiasmados ante um grupo de guaribas".

29. "Apontavam a arma e, ao disparar, o pobre índio caía de onde se encontrava abrigado, no meio de gargalhadas gerais e gritos de satisfação. Assim, caíram todos, a exceção de um que ficou preso a um galho". No dia seguinte, os praças voltaram ao local da chacina, empilharam os corpos e atearam fogo.

30. Em 1875, o Presidente da Província do Amazonas, Dr. Domingos Jaci Monteiro, em seu relatório anual, comentando os atos do Tenente Horta frizava: "fez-se neles (nos índios) uma grande mortandade, já quando o perigo estava passado e eles retiravam-se. Deste modo dificulta-se a conciliação com aqueles selvagens, em que cresce o espírito de vingança com repetição de ofensas".

IV - A DEFESA DO TERRITÓRIO INDÍGENA


1. Em 29 de março de 1884, o Diretor do Jardim Botânico do Amazonas, etnólogo e botânico, Barbosa Rodrigues, a bordo de lancha da Marinha, cedida pelo Presidente da Província do Amazonas, exclusivamente para essa missão de tentar um contato pacífico com os Índios, seguiu para o rio Jauaperi.

2. "Um alarido horrível e gritos ameaçadores retumbaram pela floresta. Era de fazer estremecer o ruído produzido pelos galhos das árvores que se quebravam e a vozeria dos selvagens", assim expressou-se Barbosa Rodrigues.

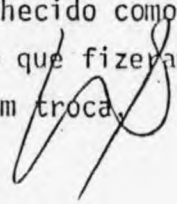
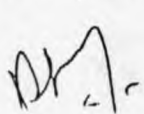
3. Muito cauteloso, procurou aproximar-se do grupo de Índios que gesticulava e acenava aos gritos. Através de um intérprete, Índio Macuxi, que acompanhava a expedição, convidou-os a irem até a canoa, pois tinha trazido presentes para eles.

4. Terminaram confraternizando-se, com Barbosa Rodrigues dançando com eles, no meio de uma grande roda de dançarinos Índios.

5. Vários contatos amistosos foram estabelecidos a partir desse contato. Os Índios pareciam confiar no cientista, que passou a levar sempre nas expedições, sua mulher e a filha, as quais eram objeto de admiração para os Índios devido a tez branca e a cabeleira loira.

6. Em 1900, depois da saída de Barbosa Rodrigues e da desistência da continuidade da missão, o Cel. Conrado J. Miemeir, Presidente da Província do Amazonas, determinou a instalação de Postos Militares, visando a "proteção dos segmentos da sociedade brasileira dentro do território índigena, abrangendo toda a área do Jauaperi e de seus afluentes. 

7. Em 1905, devido a um incêndio num barracão, o Governo do Amazonas enviou mais uma força policial ao rio Jauaperi. Mataram 283 Índios. Levaram 18 Índios prisioneiros para Manaus, onde foram alvos da curiosidade pública. Seis Índios morreram na prisão. Os 12 restantes foram levados ao Jauaperi graças à intervenção do Cel. Euclides Nazaré.

8. Em 29 de novembro de 1911, o Capitão de Infantaria, Alípio Bandeira, subiu o rio Jauaperi, para tentar novamente contatos pacíficos com os Índios. Desembarcou no lugar conhecido como Mahaua. Avistaram 4 Índios, convidando-os a se aproximarem, o que fizeram com muito receio, mas receberam presentes e ofereceram outros em troca.  

9. Em 1912, o próprio Alípio Bandeira fundou o primeiro Posto de Atração a esses Índios, na Ilha Mahaua, no rio Jauaperi.

10. Entretanto, a presença de funcionários do SPI não foi suficiente para conter as novas levas de castanheiros, quando os preços da castanha atingiram índices fabulosos.

11. Uma empresa de Manaus, sob a razão social de Penha & Bessa, dirigida por seu principal acionista, Edgar Penha, comerciante de castanha que financiava sob sistema de barracão a coleta de castanha e extração de borracha, passou a incentivar a invasão da área indígena. Os funcionários dessa firma passaram a realizar, quando de suas penetrações na mata a procura de castanha, cerrados tiroteiros, tentando espantar os Índios.

12. O chefe do Posto Indígena que tentava impedir as invasões, certo dia quando retornava ao posto a bordo de uma lancha de sua propriedade, acompanhado de seus familiares, mulher e quatro Índios menores Waimiri, foi assaltado por Edgar Penha e cerca de 30 bandoleiros sob seu comando.

13. Luís José da Silva foi preso e seviciado dentro de sua própria lancha, às vistas de sua esposa e filhos adotivos. O posto foi destruído.

14. Esse chefe de posto morreu poucos dias depois de chegar a Manaus, onde fora denunciar os acontecimentos.

15. Com a destruição do Posto Indígena Mahaua, os invasores tomaram conta do rio Jauaperi. Tudo sob o comando do Sr. Edgar Penha, que voltou a organizar expedições de caça aos Índios Waimiri-Atroari.

16. Centenas de Índios passaram a ser mortos toda vez que eram encontrados. Sabia-se em Manaus, que os Índios "não mais aborreciam". E que os coletores de castanha e balateiros estavam trazendo suas produções para Manaus, vindas do rio Jauaperi e Camanaú.

17. Somente na década de 40 o SPI tentou novo contato com esses Índios, instalando-se no rio Camanaú.

18. Sob orientação dos irmãos, Humberto e Luís Brígia, foi fundado no alto rio Camanaú, o Posto de Atração Manoel Miranda.

19. Entretanto, em dezembro de 1942, os Índios certamente por confundir os denodados funcionários com os criminosos que os perseguiam

hã dezenas de anos, atacaram o Posto Manoel Miranda, matando todos que ali se encontravam.

20. A morte dos irmãos Bríglia provocou grande comoção entre os idealistas do SPI, despertando-lhes maior amor à causa que abraçavam por opção de vida.

21. O Posto de Atração Irmãos Bríglia, que substituiu o anterior, também foi atacado em 24 de dezembro de 1946.

22. No dia 23 de agosto de 1968, o sertanista Gilberto Pinto Figueiredo, subindo o rio Uatumã e depois seu afluente rio Abonari, conseguiu encontrar-se com os Índios Waimiri-Atroari, quando manteve conta tos amistosos e realizou com eles trocas de presentes.

23. Ainda em 1968, com o início dos trabalhos da construção da BR-174, Manaus-Caracará-Boa Vista, a cargo do DNER e DER-AM, depararam-se com o obstáculo de ter que cruzar a área indígena.

24. O DER-AM queria que a FUNAI "amansasse" os Índios. O sertanista Gilberto foi contrário à construção da rodovia cortando o territôrio indígena e foi também contra os métodos de "amansar" sugeridos pelo DER-AM.

25. O Sertanista foi afastado da área e em seu lugar foi nomeado para a missão de "amansar" os Índios o padre italiano, Giovani Calleri, da Prelazia da Consolata de Roraima. A falta de experiência em como lidar com os Índios levou ao fracasso a Missão Calleri, com a morte de todos os seus membros, no dia 27.10.68.

26. A FUNAI foi chamada novamente para participar dos trabalhos de pacificação dos Índios. Novamente os trabalhos foram entregues ao sertanista Gilberto.

27. Usando métodos de não ingerência na vida dos Índios e extremo respeito ao território indígena, Gilberto conseguiu manter contatos amistosos por muito tempo.

28. Desvinculado dos trabalhos da estrada, Gilberto sempre usava os rios, como caminhos para atingir o território indígena e para visitar suas malocas.

29. Paralelamente à atividade de Gilberto, os trabalhos de construção da estrada prosseguiram. O desmatamento era feito por centenas

de homens, trabalhando em turnos, dirigiam-se para dentro do território Waimiri-Atroari.

30. Gilberto apreensivo quanto ao contato dos índios com os trabalhadores, recomendava que estes não deviam visitar as malocas, nem os acampamentos deveriam ser construídos nas proximidades dos rios.

31. Nenhuma atenção foi dada a essas recomendações e os índios atacaram o Posto Alalaú, matando vários funcionários da FUNAI.

32. No dia 29 de dezembro de 1974, foi a vez do sertanista Gilberto Pinto Figueiredo dar a sua vida, em circunstâncias trágicas e misteriosas, tornando-se um novo mártir na defesa dos índios Waimiri-Atroari e seu território.

V- ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

A proposta atual, datada de 13/11/85, resulta de um Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 1901/E de 12 de julho de 1985.

A Área Indígena Waimiri-Atroari está localizada nos Municípios de Novo Airão, Itapiranga, Presidente Figueiredo-AM e Caracaraí-RR.

A Área Indígena Waimiri-Atroari constitui terra de ocupação imemorial dos Grupos Indígenas Waimiri e Atroari, consoante as informações documentais e bibliográficas.

A área proposta, com superfície de 2.440.000 hectares e perímetro aproximado de 975 km, terão excluídas a área de inundação delimitada, da barragem da UHE-BALBINA, conforme Dec. 85.898/81 e a faixa de domínio da BR-174, é de posse imemorial de conformidade com o Artigo 23 da Lei nº 6.001/73 e destina-se a garantir ao grupo sua sobrevivência física e cultural.

A área se estende até às cabeceiras dos rios Brankinho e Alalaú, devido à existência de índios arredios nessa região.

A área proposta defenderá todo o sistema hídrico do rio Alalaú, abrangendo todos os seus formadores, tendo em vista a existência de mineradoras explorando cassiterita na região vizinha, que poderão causar danos ecológicos caso utilizem tais tributários.

A área proposta, contudo, não corresponde ao território original, defendido com a própria vida, por índios e não-índios, numa guerra de perdedores. O território atual não é mais o original, mas deve ser reconhecido como o limite máximo do avanço dos segmentos da sociedade nacional.

VI - SITUAÇÃO ATUAL

Com a previsão da inundação da barragem da UHE-BALBINA para outubro/87, torna-se necessário a inclusão no Decreto Homologatório da Área Indígena proposta, de um artigo reconhecendo o direito dos índios a serem ressarcidos dos prejuízos decorrentes da remoção, nos termos do Artigo 20, parágrafo 4º da Lei 6.001/73; cabendo à ELETRONORTE ressarcí-los pelos prejuízos causados com a inundação das áreas de uso dos índios das aldeias Taquari e Tapupunã, e a consequente mudança para outro local; cabendo à FUNAI, com participação da ELETRONORTE, quantificar os prejuízos.

O Decreto deverá incluir também a responsabilidade social da ELETRONORTE para com a comunidade indígena e o seu território, devendo constituir-se com o seu complexo operacional e administrativo num anteparo institucional à preservação do território quanto a invasões, devastações ou atividades extrativas lesivas ao patrimônio indígena; bem como promover os mecanismos e recursos competentes e compatíveis à execução do PROGRAMA WAIMIRI-ATROARI.

Muito embora constem no INCRA de Manaus cerca de 30 títulos registrados em cartório, de áreas compreendidas no território WAIMIRI-ATROARI, pode-se afirmar, com toda a certeza, a não existência de posse efetiva, ou invasões, pelo temor que esses índios inspiram. Alguns títulos incidem no polígono declarado de utilidade pública a ser desapropriado para a formação do Reservatório de BALBINA, Decreto nº 85.898 de 13.04.81.

VII - CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena WAIMIRI-ATROARI, e ainda tendo em vista o interesse pú

blico e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, de conformidade com mapa e memorial descritivo anexos a este parecer.

Brasília, 05 de Junho de 1987.

ROMERO JUCA FILHO
FUNAI

RENATO D'ALMEIDA LEON
MINTER

ANDRÉ VILLAS BOAS
MIRAD

Ant - Carlos
ANTONIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA
CSN

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BATISTA, Ângela Maria, Relatório sobre a Área Indígena WAIMIRI-ATROARI, 30.07.81, Portaria nº 952/E de 16.06.81.

BAINES, Stephen Grant, Relatório Grupo de Trabalho WAIMIRI-ATROARI (30 dias), Portaria nº 1901/E de 12.07.85.

CARVALHO, José Porfírio F. de, WAIMIRI-ATROARI, A História que ainda não foi contada, Brasília, 1982.

CARVALHO, José Porfírio F. de, Relatório WAIMIRI-ATROARI; outubro/86.

MARIA, Celina, Relatório dos Serviços Topográficos na área de interferência do Reservatório com a Área Indígena Waimiri-Atroari, Monasa - ENGE-RIO/86.

OLIVEIRA, Cornélio Vieira de, Informação nº 002/SUAF/87, WAIMIRI-ATROARI/UHE-BALBINA.

PROCESSO FUNAI/BSB/2625/81, 1º e 2º Volumes

ANEXOS

PARECER Nº 166 /87 - GT.PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83 -
DECRETO 88.118/83

ÁREA INDÍGENA: APIAKÁ-KAYABÍ
GRUPO INDÍGENA: APIAKÁ-KAYABÍ
LOCALIZAÇÃO: MUN. JUARA, ESTADO
DE MATO GROSSO



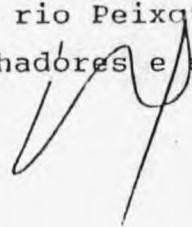
Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º, do artigo 2º, do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio, sobre a definição dos limites da Área Indígena APIAKÁ-KAYABÍ, situada no Município de Juara, Estado de Mato Grosso, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Há muito os etnólogos, viajantes e estudiosos têm relatado a presença dos Apiaká e Kayabí na bacia do Arinos, e Teles Pires, como Langsdorf (1827), Milliet de Saint-Adolphe (1845), William Chandless (1861), Antônio Lourenço Teles Pires (1890), Horta Barbosa (1914), Comissão Rondon (1915).

Foram esses índios deixados em paz praticamente durante toda a primeira metade do século XX. Na década de 50, no entanto, contatou-os o padre jesuíta João Evangelista Dornstauder (Missão Anchieta). Em 1950, igualmente, a Fundação Brasil Central instalou acampamento junto ao rio Peixoto de Azevedo, contratando Kayabí mansos como trabalhadores e sendo visitado pelos Tatuê ou Kayabí "bravos".



índios:

Assim os Villas Boas descrevem o habitat desses

"A terra dos Kayabí é cortada pelos rios Telles Pires e Arinos. Do primeiro, eles ocupam o seu alto e baixo cursos; do segundo, um afluente da sua margem direita, chamado rio dos Peixes" (Revista Atualidade Indígena, nº 17, 1979:58 e 62).

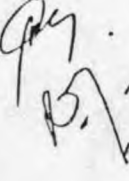
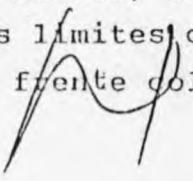

A partir da mesma década o Estado de Mato Grosso iniciou a venda a terceiros das terras Apiaká e Kayabí.

"A venda das terras Kayabí, pelo Estado de Mato Grosso, fossem no rio dos Peixes ou no rio Telles Pires, iria complicar a situação para essa sociedade tribal. Isto porque o Serviço de Proteção aos Índios, talvez impotente ou omissor diante do fato consumado, resolveu transferir os Kayabí para a área onde se constituiu o Parque Nacional do Xingu (1961) (...) Os irmãos Villas Boas foram encarregados dessa transferência, o que ocorreu em anos sucessivos a partir de 1955" (S. Demarquet, A terra indígena Kayabí, 1983:21).

Mas os Kayabí não se conformaram e alguns não se deixaram transferir. Outros, tempos depois de transferidos, retornaram ao rio dos Peixes, seu habitat ancestral, onde se encontram até hoje.

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

As Áreas Indígenas Apiaká e Kayabí foram decretadas como reservas - erroneamente falando - em 08/10/67, através do Decreto nº 63368 e, posteriormente retificado pelo Decreto nº 74477, de 29/08/74. Este último diminuiu-as. A demarcação se executou pela FUNAI em 1975, em obediência ao Decreto. Em 1978 os índios, sentindo-se prejudicados em seus direitos e vendo reduzida sua área de pesca, caça e coleta, solicitaram através da Missão Anchieta um reestudo dos limites da Área Apiaká-Kayabí, pois a cada dia se adensava a frente colonizadora na região.



Anos depois, o Decreto nº 85.889, de 08/04/81, outorgou às Centrais Elétricas Matogrossenses - CEMAT - concessão para aproveitamento da energia hidrelétrica no Salto do rio dos Peixes (Tatuí), área reinvidicada em 1978 pelos índios como coisa sua. Em 1982 explode o conflito, tendo os Kayabí interrompido construção de estrada pela Prefeitura de Porto dos Gaúchos e que cortava suas terras ancestrais para, atingir o canteiro de obras da CEMAT.

No mesmo ano a FUNAI, através da Portaria nº 1472/E/82, designa GT para proceder ao reestudo da Área Indígena Apiaká-Kayabí, sendo justamente identificada e delimitada uma faixa correspondente a 10.500 ha, com 70 km de perímetro. O GT, comprovou que a área era realmente de ocupação dos índios, um espaço necessário às suas atividades de caça, pesca e coleta.

Em 1984, após sucessivas reuniões entre lideranças indígenas, CEMAT, FUNAI e Missão Anchieta, deliberou-se que os Kayabí permitiriam a construção da UHE Salto, mas em contra partida a CEMAT realizaria levantamento topográfico da área pretendida pelos índios e já identificada pela FUNAI. Tal demarcação foi feita, e entregues cópias dos trabalhos à FUNAI e à MIA a 26/10/84.

A Área Apiaká-Kayabí apresenta uma superfície demarcada de 67.610 ha. A proposta de definição de limites ora apresentanda à deliberação do GT 88.118/83 corresponde à delimitação de 42.000 ha, totalizando a Área Indígena Apiaká-Kayabí 111.410 ha aproximadamente, e da qual deverá ser excluída a área de segurança da UHE de Salto do Rio dos Peixes, autorizado pelo Dec nº 85 889, de 08.04.81, estimada em 300,81 ha.

III. SITUAÇÃO ATUAL

Os indígenas Apiaká-Kayabí, em virtude de acordos feitos entre lideranças, CEMAT, FUNAI, têm reinvidicado o acréscimo da área para permitir a construção da Barragem no Salto do rio dos Peixes. Dado o nível dos conflitos, foi assinada Portaria interministerial nº 1563A, de 27 de maio de 1985, para "propor alternativas de solução para o impasse surgido com o início da construção da usina Hidrelétrica do Salto do Rio

dos Peixes (...), em terras reivindicadas por aquelas comunidades Indígenas".

A alternativa de área proposta pelo GT Intermisterial corresponde a zonas de ocupação efetiva dos Apiaká e Kayabí, que nelas desenvolvem suas atividades de caça, pesca e coleta. Tal área vista acima, corresponde a uma delimitação de 42.000 ha:

"O levantamento fundiário na área pretendida, mandado proceder no início de 1986, indica a presença de 16 (dezesseis) ocupantes, instalados em área titulada de 11.003,11 ha com benfeitorias avaliadas em Cz\$ 1.348.093,29 (Hum milhão, trezentos e quarenta e oito mil noventa e três cruzados e vinte e nove centavos)".

(Parecer nº 005/86 - SUAF - 13/11/86).

De acordo com a C.I. nº 018/2ª SUER/DFU/86, do Sr. Superintendente da 2ª SUER, datada de 09/09/86,

(...) solicito o especial obséquio de V.Sa. no sentido de que, com a máxima urgência possível, sejam adotadas providências com vistas à homologação de delimitação do acréscimo daquela área".

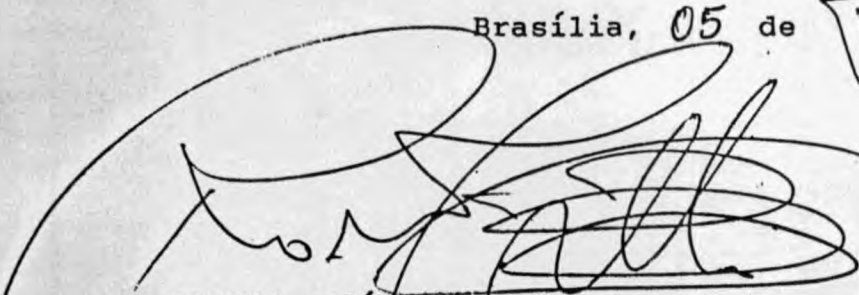
IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena APIAKÁ-KAYABÍ e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão de Vossas Excelências, opinando pela aprovação

[Handwritten signatures and initials]

da proposta da FUNAI referente á declaração de ocupação indígena, de conformidade com o mapa e memorial descritivo, anexos a este Parecer.

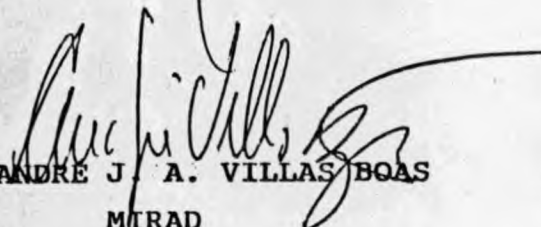
Brasília, 05 de Junho de 1.987



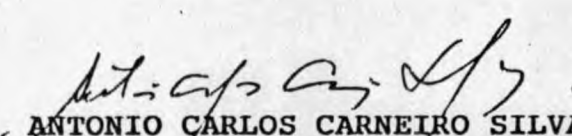
ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI



RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER



ANDRÉ J. A. VILLAS BOAS
MIRAD



ANTONIO CARLOS CARNEIRO SILVA
C.S.N.

PARECER Nº 165 /87 - GT. PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC.
88.118/83

AREA INDÍGENA: PANKARARU
GRUPO INDÍGENA: PANKARARU
LOCALIZAÇÃO: Muni de Petrolândia e
Tacaratu - PE

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º, do artigo 2º, do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio sobre a homologação da demarcação administrativa da Área Indígena PANKARARU, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Inúmeros documentos dos séculos XVI, XVII e XVIII assinalam a existência de vários grupos "Bancararuz" (Bancarus, Pancarus e Pancararus) na região do São Francisco, especialmente em Três ilhas, a de Surubabel, Acará e a de Várzea. (BARCELLOS BAUMANN -Proc. 2275/84. fls. 14).

Em relação especificamente aos Pankararu e Tacaratu, a referência histórica mais antiga e precisa sobre esta tribo data do surgimento da Vila de Tacaratu, no século XVII.

" No Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império, publicado em 1845, há a seguinte notícia sobre Tacaratu: "Freguesia a 7 léguas do Rio São Francisco. Nossa Senhora da Saúde e o Orago da sua Igreja (...) pequena freguesia que é povoada de índios não civilizados." (FERREIRA SANT'ANA - Proc. 2275/84, fls. 189).

Ferreira da Costa refere-se em 1892, à presença dos Pankararu nesta região, entre a foz do Ouricuri e a Foz do Pajeú.

O próprio órgão da Prefeitura de Tacaratu "O Informativo", em sua publicação alusiva aos 30 anos de emancipação política do Município, - "Tacaratu Histórico e Descrição do Sítio", registra à fls.3;

"Iniciando-se no século XVII, Tacaratu foi primeiramente, uma maloca ou ajuntamento de índios Pankararus, Umãs, Voués, e Geriticó, todos do Grupo Linguístico Kariri. A Maloca denominava-se Cana-Brava. Depois, foram os índios aldeados no lugar chamado Brejo dos Padres, pois ali foi organizada uma missão dirigida por padres da congregação de São Filipe Nery. Com esses elementos, se iniciou o povoamento da antiga Vila de Tacaratu, primitiva sede do Município."

José de Albuquerque, Promotor Público, In Jornal do Comercio, PE, edição de 18.08.84, faz-nos o seguinte relato:

"Só nos meados do século XVII, com as ambições desmedidas dos Dias d'Ávila, subindo o Vaza Barris, atravessando o rio São Francisco e alcançando o Parnaíba, na ânsia de conquistar o insatisfeito, começou então o martirológio dos Kariris. A essa nação indígena mais conhecida por Tapuyas nos sertões, pertenciam também os Brancarus, hoje chamados Pancarus, e que demoravam à margem esquerda do S. Francisco, entre Itaparica e a Cachoeira de Paulo Afonso, senhores do Motoxó todo. No princípio do século XVIII, foram aldeados pelos capuchinhos do Convento da Bahia, no Geripnacó, exigiram uma capelinha de Santo Antônio de Lisboa, cultivaram as terras e formaram a aldeia conhecida hoje por Brejo dos Padres". (FERREIRA SANT'ANA - Proc. 2275/84, fls. 193).

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI PARA DEMARCAÇÃO

As terras Pankararu encontram abrigo em todo o ordenamento jurídico do passado até nossos dias, e por isto inquestionavelmente estão consentâneas com os textos das Constituições Federais anteriores, com a da atual Constituição e a Lei nº 6.001/73.

Inicialmente medida em 1879, a área indígena Pankararu foi efetivamente demarcada pelo SPI em 1940 quando lamentavelmente teve seus limites reduzidos em três quilômetros no sentido Norte e três quilômetros no sentido Leste, resultando disso uma superfície de apenas 8.100 ha.

79

an

Ant. 115

O direito dos índios Pankararu às suas terras já foi confirmado tanto pelo Tribunal Federal de Recursos, como pela Suprema Corte de Justiça. O primeiro, em apelação Civil nº 20.618/PE, e o segundo, em recursos Extraordinários 12.907, nos autos de Apelação Ci vil nº 2978-PE.

Merece ser transcrita, a Ementa do TFR, naquela Apelação, nº 20.618-PE/67:

"EMENTA: Terras dos Silvícolas - sua posse permanente e fruição dos respectivos recursos naturais, são garantias constitucionais (Constituição de 1946, art. 216 e a vigente, art. 198) Terras dos índios Pankararus, em Pernambuco, por eles secularmente habitadas e trabalhadas. Tentativa de usurpação por pretensos possuidores, através de uma anterior ação demarcatória, cumulada à de reivindicação mas que foi rechaçada, tanto neste tribunal como no Supremo Tribunal Federal (Apelação Civil nº 2978, em grau de embargo, e recursos Extraordinários, propositura de Rescisória. Anos decorridos, voltam à carga os mesmos demandantes, por via de temerária ação de usucapião concernente às mesmas terras, como se usucapíveis pudessem ser as terras dos silvícolas - vitoriosos na primeira instância, a despeito da temeridade da lide e da afronta à res judicata, veio o pleito novamente a este Tribunal, em recursos de ofício e apelo da União Federal, aqui recebendo a inevitável repulsa, essa segunda tentativa de tomada de terras dos citados índios Pankararus - Setença reformada, à unanimidade, para se declarar improcedente a ação de usucapião, restabelecendo o direito de posse daqueles silvícolas".

Referentemente às lides que visaram assegurar a posse indígena à área em apreço, relacionamos os Acórdão respectivos:

Acórdão AC nº 67.255/PE; TFR

Acórdão AC nº 2.978 (Embargos); TFR

Acórdão RE nº 27.599-DF; STF

Acórdão AC nº 20.618-PE; TFR

Rem. Ex.Ofício nº 71.378-PE (Acórdão); TFR

Acórdão AC nº 67.255-PE TFR

Acórdão AC 2978-PE TFR;

W

Am. 27: W

Em 26 de Junho de 1984, pela Portaria nº 1654/E, foi constituído um Grupo de Trabalho, com vistas à redefinição dos limites da AI Pankararu.

Esse GT, composto por técnicos da FUNAI e de INCRA Após os estudos etno-históricos, cartográficos e fundiários de praxe, concluiu pela imperiosa necessidade de se proceder a uma nova demarcação da área indígena Pankararu, abrangendo uma superfície de 14.294 (quatorze mil, duzentos e noventa e quatro hectares), com perímetro de 50,120 km. Urge, no entanto, que se proceda à homologação da demarcação feita pelo SPI em 1940, com 8.100 ha, dada a sistemática invasão do território Pankararu por regionais. Após inúmeras reuniões a Comunidade achou por bem concordar com o consenso das lideranças e abrir mão do acréscimo, desde que a área demarcada em 1940 seja totalmente desintrusada de ocupantes não - índios de vez que, essa decisão virá minimizar em grande parte a tensão social existente na região resultante da posse da terra. Nestes sentidos, a citada Comunidade, através de 33 (trinta e três) membros da Liderança Pankararu assinou em data de 08 de maio de 1987, um TERMO DE CONCORDÂNCIA pela homologação dos 8.100 ha,


III. SITUAÇÃO ATUAL

1. existem 285 famílias de não-índios, ocupando 2823 ha, dentro da AI Pankararu;
2. já se registraram vários incidentes entre os índios e os demais ocupantes, e o clima na área continua de latente conflito;
3. algumas famílias de índios são até forçadas a pagarem arrendamento em terras que secular e legitimamente lhes pertencem;
4. a população indígena é composta de 3500 habitantes.

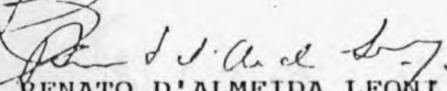
IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena PANKARARU e ainda tendo em vista o inte

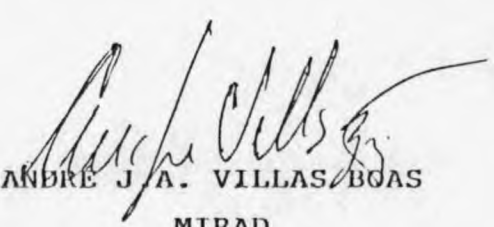
resse público e o interesse indígena; considerando ser necessária e urgente uma definição por parte dos Poderes Públicos; buscando igualmente solucionar um problema social que tende a agravar-se caso não se tomem medidas no momento atual, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da homologação da demarcação de 8.100 ha procedida em 1940, pelo SPI até que se defina a situação apontada nos itens 1 e 3, referente mente à SITUAÇÃO ATUAL da área indígena, bem como, para evitar-se o que consta do item 2 do mesmo título. Vejam-se memorial descritivo e napa anexos, da homologação ora proposta.



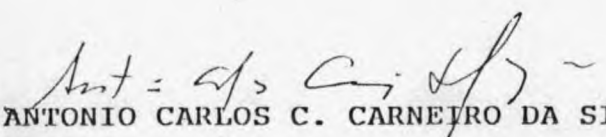
ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI



RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER



ANDRÉ J.A. VILLAS BOAS
MIRAD



ANTONIO CARLOS C. CARNEIRO DA SILVA

68/C.S.N.

CT. Nº 1161/87 - SUAF

Brasília,

23 JUN 1987

Ilmo. Sr.

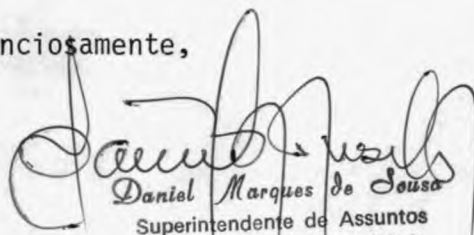
ANDRÉ JUNQUEIRA AYRES VILLAS BOAS

MD. Representante do MIRAD Junto ao GT Interministerial

Dec. 88.118/83

Encaminho, para o arquivo de V.Sa., cópias dos Pareceres nºs 165 a 167 das áreas indígenas Pankararū, Apiakā-Kaiabi e Waimiri-Atroari, apreciadas na Reunião do GT Interministerial em 05 de junho do corrente ano.

Atenciosamente,



Daniel Marques de Sousa
Superintendente de Assuntos
Fundários - SUAF/FUNAI

SUAF/dcs

*
611692ICRA BR

611344FNAI BR

DE BRASILIA/DF NR 715 27/05 1610(AF)

ILMO.SR. ANDREH A.J.VILLAS BOAS

MD.REPRESENTANTE MIRAD - GT. DEC. 88.118/83

BRASILIA/DF.

NR 225/PRESI DE 27.05.87 CUMPRIMENTANDO VSA TENHO GRATA SATIS-
FAÇÃO CONVIDAR ILUSTRE REPRESENTANTE PARTICIPAR REUNAIO GT 88.118/
83 VG DIA CINCO DE JUNHO DO CORRENTE ANO AAS QUINZE HORAS NESTA
SEDE VG ONDE SERAO APRECIADAS AS SEGUINTES AREAS INDIGENAS BIPT
PANKARAREH VG PANKARARUH VG APIAKAH/KAIABI VG WAIMIRI/ATROARI, ET
SALUMA PT ESCLAREÇO QUE FORAM CONVIDADOS AINDA PARA PARTICIPAR
REUNIAO VG EXMO.SR. GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO ET SENHOR
SECRETARIO SEMA PT SDS ROMERO JUCAH FILHO -= PRESIDENTE FUNAI

MINISTÉRIO DA REFORMA E DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO MIRAD
SECRETARIA GERAL - S A A

Registro nº 1380

Data 28 / 05 / 87 Hora

Assinatura Ana

*
611692ICRA BR

611344FNAI BR

CTI N.º 153
28.05.87

REUNIÃO DIA 01/04/87

XERENTE/GO

XACRIABÁ/MG

SANTANA/MT

- CT 003 /SUAF/Nº 45/87.....25/02/87
- CT Nº 0051/87 SUAF..... 11/03/87
- TELEX Nº 096/PRESI 25/03/87
- PARECER Nº 162 A.II SANTANA/MT de 06.04.87
- PARECER Nº 163 A.I XACRIABÁ /MG de 06.04.87
- PARECER Nº 164 A.I XERENTE/GO de 06.04.87
- E.M Nº A.I. XACRIABÁ
- E.M Nº
- E.M Nº

- DECRETO Nº 94.608 de 14.07.87 - A.I. XACRIABÁ
- TELEX Nº 18 de 08.10.87 - INCRA/MG.

1003.1819

0110651CRA BR

3110651CRA BR

HE 1315 0810 1730

ITAGISA CHRISTIANO DE ALMEIDA CAMPOS FILHO

COORDENADOR DE TERRAS INDIGENAS

IRAD/BSE

BR-06/MG/GAB/216/031067 RETELEX CTI/SG/IRAD/NR 18 269/03.10.87,

INFORMAMOS FAMILIAS JAH RETIRADAS A.I. XACRIABAN, AGUARDANDO EM

ITACARANBI DECISAO JUDICIAL IMOVEL RESSACA.

SDS

SAFETE ABRAHAU

SUPERINTENDENTE ESTADUAL

INCRA /MG

TXSENA 03 1820

REC/ @

0110651CRA BR

3110651CRA BR

MINISTERIO DA REFORMA E DO	
DESENVOLVIMENTO AGRARIO - MIRAD	
SECRETARIA GERAL - SAA	
Registro n.º	2306
Data	08/10/87
Assinatura	Luiz Rocha

DTA. 168, p. 124/183

Decreto n.º 94.608, de 14 de julho de 1987

Homologa a demarcação da área indígena que menciona, no Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no artigo 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica homologada, para os efeitos legais, a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI - da ÁREA INDÍGENA XACRIABÁ, de posse imemorial do grupo indígena XACRIABÁ, localizada no Município de Itacarambi, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A área indígena de que trata este Decreto tem a seguinte delimitação: NORTE: O perímetro demarcado desenvolve-se a partir do Marco 07

(um) de coordenadas geográficas 14º52'55,8"S e 44º25'54,3"Wgr.; implantado na margem direita do Rio Itacarambi, no cruzamento com a estrada Municipal que liga a Fazenda Areião à Fazenda São Sebastião; daí, segue pelo Rio Itacarambi, sentido jusante, uma distância de 33.483,59m, até o Marco 02 (dois) de coordenadas geográficas 14º46'25,7"S e 44º10'18,8"Wgr. LESTE: Do Marco 02 (dois) segue por uma linha reta de azimuth 161º25'43,6" com uma distância de 12.843,11m, até o Marco 03 (três) de coordenadas geográficas 14º53'01,4"S e 44º08'00,4"Wgr. SUL: Do Marco 03 (três) segue por uma linha reta de azimuth 243º10'13,3" com uma distância de 26.076,21m, até o Marco 06 (seis) de coordenadas geográficas 14º59'27,0"S e 44º20'58,0"Wgr.; implantado na margem esquerda do Rio Peruaçu; daí, segue pelo Rio Peruaçu, sentido do montante, uma distância de 11.103,82 m, até o Marco 07 (sete) de coordenadas geográficas 14º58'43,6"S e 44º26'27,6"Wgr.; OESTE: Do Marco 07 (sete) segue pela margem direita da estrada Municipal que liga a Fazenda Areião à Fazenda São Sebastião, com os seguintes azimutes e distâncias: 344º40'53,1" e 1.431,66m, até o Marco 34 (trinta e quatro) de coordenadas geográficas 14º57'58,7"S e 44º26'40,4"Wgr.; 160º12'11,9" e 1.004,89m, até o Marco 35 (trinta e cinco) de coordenadas geográficas 14º57'27,3"S e 44º26'31,1"Wgr.; 040º13'44,3" e 1.380,14m, até o Marco 36 (trinta e seis) de coordenadas geográficas 14º56'42,5"S e 44º26'27,8"Wgr.; 150º37'40,4" e 1.112,81m, até o Marco 37 (trinta e sete) de coordenadas geográficas 14º56'07,6"S e 44º26'17,9"Wgr.; 150º32'44,9" e 1.181,16m, até o Marco 38 (trinta e oito) de coordenadas geográficas 14º55'30,5"S e 44º26'07,4"Wgr.; 040º58'04,1" e 4.401,14m, até o Marco 42 (quarenta e dois) de coordenadas geográficas 14º53'07,8"S e 44º25'55,0"Wgr.; 030º16'29,3" e 369,50m, até o Marco 01 (um) ponto inicial da presente descrição perimétrica.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti
Marcos de Barros Freire

E.M. INTERMINISTERIAL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto, que cuida da homologação da demarcação administrativa da ÁREA INDÍGENA XACRIABÁ, localizada no Município de Itacarambi, Estado de Minas Gerais.

A demarcação e conseqüente homologação obedecem aos preceitos legais contidos na Lei nº 6.001, de 1973, e no Decreto nº 88.118, de 1983, cabendo-nos ressaltar, na oportunidade, que os trabalhos demarcatórios foram realizados na vigência do Decreto nº 76.999, de 08 de janeiro de 1976.

A superfície da ÁREA INDÍGENA XACRIABÁ abrange 46.414,9242 ha (quarenta e seis mil, quatrocentos e catorze hectares, noventa e dois ares e quarenta e dois centiares), com um perímetro de 94,388 km (noventa e quatro quilômetros e trezentos e oitenta e oito).


Nessa área existiam 79 (setenta e nove) ocupações de não-índios, o que tornava a situação bastante tensa, pois os Xacriabá viam-se constrangidos no exercício de suas atividades, dentro das próprias terras. Entretanto, tais ocupantes já foram removidos, bem como indenizados pelo Estado.

A regularização da área em referência ocorrerá de acordo com o que estabelece a E.M. Interministerial nº 062, de 1980, cujas providências serão desenvolvidas pelo Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário e Fundação Nacional do Índio - FUNAI.


A FUNAI mantém na área o Posto Indígena XACRIABÁ, com uma população de aproximadamente 4.000 indivíduos.

Estas, Senhor Presidente, as razões da presente Exposição de Motivos e do projeto de decreto, que ora submetemos à decisão final de Vossa Excelência.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de nosso mais profundo respeito.



JOAQUIM FRANCISCO DE FREITAS CAVALCANTI
Ministro do Interior



MARCOS FREIRE
Ministro da Reforma e do
Desenvolvimento Agrário

PARECER Nº 164/87 - GT.PORT.INTERMINISTERIAL Nº 002/83-DEC.88.118/83

ÁREA INDÍGENA - XERENTE
GRUPO INDÍGENA - Xerente
LOCALIZAÇÃO - Mun.Tocantínia/GO

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, sobre a definição dos limites da Área Indígena Xerente, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

A região onde se localiza o Município de Tocantínia é habitat imemorial dos índios Xerente, pertencentes à subclasse AKWEN dos Gê centrais, que abarca os Xerente, Xavante e Xacriabá.

O fundador do povoado, o Frei italiano Antonio de Ganges, foi recebido pelos Xerente por volta de 1850, que ajudaram na construção da igreja de Tocantínia.

"Descendo nos vales do Tocantins e transpondo a cidade de Porto Nacional o viajante encontra, não muito distante das margens do grande rio, as aldeias dos índios Xerente. Foram amansados pelos missionários capuchinhos Frei Raphael de Taggia e Frei Antonio de Ganges"...Artiaga, Zoroastro - Dos Índios do Brasil Central.

Os primeiros documentos sobre os Xerente datam da segunda metade do século XVIII, segundo Basílio Magalhães.

ru.7.

Dey

H

M

Já em 1824, Cunha Matos, Governador das Armas no Império de D. Pedro I, celebra um pacto com os Xerente, aldeando-os com o objetivo de por fim ao conflito e possibilitar a catequese dos mesmos.

No século XIX, os escritores ainda definiam o território Xerente indistinto dos Xavante.

Em 1814, Castelnau situa o rio Tocantins dividindo os Xerente para leste e os Xavante para oeste.

O Handbook of South American Indians, apresenta o deslocamento dos Xavante e a permanência dos Xerente no seu habitat em ambos os lados do rio Tocantins, em 1859.

Em 1944, foi eleita pelo SPI uma área para os Xerente, que abrangia o rio Tocantins e o rio do Sono.

Em 1953, o Chefe da 8ª IR do SPI, propõe uma área a partir do rio Sono, alegando ser a terra de melhor qualidade e serviria como atração dos demais Xerente.

A criação da Área Indígena foi concretizada em 1972 pelo Decreto nº 71.107 de 14.06.72, com área de 167.542 ha.

II. SITUAÇÃO ATUAL

O Decreto nº 71.107 de 14.06.72, com base nos trabalhos desenvolvidos pela Comissão FUNAI/GOV. ESTADO DE GOIÁS/INCRA, instituída pelas Portarias GO/E/71 e 70/E/72, cria a Área Indígena Xerente, com 167.542 ha.

A demarcação da área foi executada em 1974, sem que fosse procedida à desocupação de um considerável número de famílias não-indígenas.

Estes ocupantes, dos quais dez são presumíveis proprietários, saíram da área espontaneamente, na expectativa de indenização.

Atualmente não consta nenhum ocupante na mencionada área, tendo a FUNAI solicitado ao Governo de Goiás, através do OF. nº 340/PRES/SAF de 04.06.86, informar sobre a disponibilidade de glebas para reassentamento dos posseiros e ocupantes com domínio, até o momento sem resposta.

A Área Indígena Xerente foi registrada por iniciativa da própria comunidade indígena no Cartório da Comarca de Miracema do Norte em 26.09.85, conforme o Registro de Imóveis de Tocantínia

127. *[assinatura]*

[assinatura]

[assinatura]

sob o nº 601, número de ordem R-1, Livro 2/B, folhas 154.

Os Xerente, conforme dados de 1984, totalizam uma população de 687 índios.

III. PROPOSTA DA FUNAI


A Área Indígena Xerente, constitui terra de ocupação imemorial do grupo indígena Xerente, tronco lingüístico Gê, consoantes informações documentais e bibliográficas.

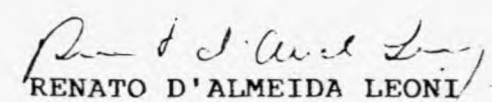
A área proposta para homologação da demarcação, com superfície de 167.542, é de posse imemorial na conformidade do Artigo 23 da Lei nº 6.001/73 e destina-se a garantir ao grupo sua sobrevivência física e cultural.

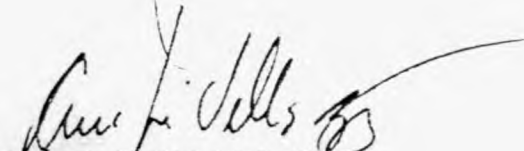
IV. CONCLUSÃO

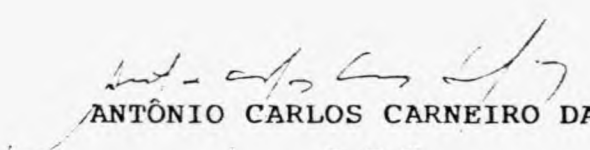
De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena Xerente e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, isto é, a homologação da demarcação da área em apreço, de conformidade com o mapa e memorial descritivo anexos a este Parecer.

Brasília, 06 de abril de 1987.


ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER


ANDRÉ J.A. VILLAS BOAS
MIRAD


ANTÔNIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA
C.S.N

PARECER Nº

/87-GT.PORT.INTERMINISTERIAL Nº 002/83-DEC.88.118/83.

ÁREA INDÍGENA: XERENTE

GRUPO INDÍGENA: XERENTE

LOCALIZAÇÃO: Mun. de Tocantínia-GO.

Senhores Ministros;

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º, do artigo 2º, do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio-FUNAI, sobre a definição dos limites da Área Indígena Xerente, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

1. CONSENSO HISTÓRICO

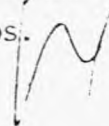
A região onde se localiza o Município de Tocantínia é habitat tradicional dos índios Xerente, pertencentes à subclasse AKWEN dos Gê centrais, que abarca os Xerente, Xavante e Xacriabá.

O fundador do povoado, o Frei italiano Antonio de Ganges, foi recebido pelos Xerente por volta de 1850, que ajudaram na construção da igreja de Tocantínia.

"Descendo nos vales do Tocantins e transpondo a cidade de Porto Nacional o viajante encontra, não muito distante das margens do grande rio, as aldeias dos índios Xerente. Foram amansados pelos missionários capuchinhos Frei Raphael de Taggia e Frei Antonio de Ganges"... Artiaga, Zoroastro- Dos Índios do Brasil Central.

Os primeiros documentos sobre os Xerente datam da segunda metade do século XVIII, segundo Basílio Magalhães.

Já em 1824, Cunha Matos, Governador das Armas no Império de D. Pedro I, celebra um pacto com os Xerente, aldeando-os com o objetivo de por fim a conflito e possibilitar a catequese dos mesmos.



21/04/72

13/1

CP

Publicado em 15-9-72 — Diário da Manhã — 1ª e 2ª Colunas
(D.O. de 15-9-72)

DECRETO Nº 71.107, DE 14 DE SETEMBRO DE 1972

Declara reserva indígena área situada no Município de Tocantina, Estado de Goiás, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 21, item III, da Constituição, e tendo em vista o artigo 5.º do Decreto-Lei nº 1.164, de 1.º de abril de 1971, decreta:

Art. 1.º É declarada área reservada aos índios Xerentes, para os efeitos do artigo 198 da Constituição, a situada no Município de Tocantina, Estado de Goiás, com a seguinte discriminação: partindo da barra do rio Piabanha Grande com o rio Tocantins, seguindo por este abaixo até a barra do ribeirão Gorgulho; daí subindo por este até sua cabeceira e seguindo no rumo NE pela linha limítrofe do Município de Pedro Afonso, até a barra do ribeirão Perdida com o rio do Sono; e pelo rio do Sono acima até a barra do córrego Brejão; e por este acima, até sua cabeceira; daí por uma linha seca de direção SW até atingir a cabeceira do córrego Matias; daí por este abaixo até sua barra no rio Preto; daí descendo por este até a barra do ribeirão Aldela; subindo por este até a barra do córrego Água Fria; daí por este acima até sua cabeceira; daí, por linha seca no rumo SW até a cabeceira do córrego Bebedouro dos Porcos; e descendo por este abaixo até sua barra com o rio Tocantins, ponto onde teve início a descrição.

Art. 2.º A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) exercerá a administração da área indígena descrita no artigo anterior, podendo requisitar, no exercício dos poderes que lhe confere a Lei nº 3.571, de 5 de dezembro de 1967, a cooperação da Polícia Federal para impedir ou restringir o ingresso, o trânsito ou permanência de pessoas ou grupos cujas atividades sejam julgadas nocivas ou inconvenientes ao processo de assistência aos índios, na área referida.

Art. 3.º A FUNAI promoverá as medidas necessárias à desocupação da área reservada neste Decreto, em colaboração com órgãos federais, estaduais ou municipais competentes, observado o disposto nos 1.º e 2.º do artigo 198 da Constituição Federal.

Art. 4.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de setembro de 1972; 151.º da Independência e 84.º da República. — Euzébio G. Mello — José Costa Cavalcanti
(D.O. de 15-9-72).

ESTADO DE GOIÁS
COMARCA DE MURACIEMA DO NORTE
MUNICÍPIO DE TOCANTÍNIA

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO

Malperino Gomes de Oliveira
TITULAR DO OFÍCIO DO 1.º OFÍCIO

CERTIDÃO

CERTIFIQUEI que, havendo em Cartório do Registro de Imóveis desta cidade de Tocantínia, Distrito Judiciário da Comarca de Muracema do Norte-Goiás, a meu cargo, o Livro de Registro Geral 2/B, folhas 284, inscrita 601, sob o nº do arrol 141, o registro de área reservada aos Índios Horizontes, situada na localidade, conforme Decreto nº 71.107, de 24 de setembro de 1924.

O referido é verdade e dou fé.

Tocantínia, 27 de Setembro de 1924.

Marcos Reis de Oliveira
Marcos Reis de Oliveira
Escrevente.

Cartório do 1.º Ofício
Tocantínia - Goiás
Marcos Reis de Oliveira
Escrevente Juremante

PARECER Nº 163/87 - GT PORT. nº 002/83 - DECRETO 88.118/83

ÁREA INDÍGENA: XACRIABÁ

LOCALIZAÇÃO: MUN. ITACARAMBI-MG

GRUPO INDÍGENA: XACRIABÁ

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º, do artigo 2º, do Decreto nº 88.118 de 1983, após examinar a proposta da Fundação nacional do Índio sobre a homologação da demarcação administrativa da **ÁREA INDÍGENA XACRIABÁ**, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei 6.001 de 1973, consideradas as determinações do retrocitado Decreto e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Os documentos constantes no Processo FUNAI/BSB/4108/78 indicam que os Xacriabá ocupavam originariamente grande extensão de terras, que se estendiam entre os Estados de Minas Gerais, Bahia e Goiás.

Esse território porém, foi aos poucos sendo ocupado, já a partir do século XVII, com a chegada de criadores de gado, mamelucos paulistas e bandeirantes, que se dirigiam para a área de influência do então rio dos Currais.

Assim os Xacriabá, que antes eram senhores, acabam se convertendo em escravos, nas frentes de expansão

12.4.
Am.

12.4.

que se foram desenvolvendo.

Em 1728 esse índios ganharam, a título de doação, uma área de terras destinadas à sua moradia e subsistência.

Esta área foi transcrito no cartório de Ouro Preto no ano de 1856.

Entretanto, com o crescimento da colonização já no presente século, os Xacriabá viram-se novamente forçados a ceder parte de suas terras, refugiando-se na região entre os rios Peruaçu e Itacarambi, chamada São João das Missões, ou São João dos Índios, hoje Missões, Município de Itacarambi.

II. ÁREA DEMARCADA PELA FUNAI

Face à situação em que viviam esses índios, por longo tempo abandonados à própria sorte, a Fundação Nacional do Índio, pela Portaria nº 147/N, de 1975, cria o Posto Indígena Xacriabá, e nos termos dos artigos 19 da Lei 6.001 de 1973, 1º e 2º, do Decreto nº 76.999, de 08 de janeiro de 1976, faz proceder à demarcação administrativa do que ainda restara da **ÁREA INDÍGENA XACRIABÁ**.

Essa área abrange uma superfície de 46.414,9242 ha (quarenta e seis mil, quatrocentos e catorze hectares, noventa e dois ares e quarenta e dois centiares), com um perímetro de 94,388 km (noventa e quatro quilômetros e trezentos e oitenta e oito metros).

III. SITUAÇÃO ATUAL

O levantamento efetuado em 1983, pela 11ª Delegacia Regional da FUNAI, indicou a presença de 79 (setenta e nove) ocupações de não índios, incidentes na

área indígena, mas que recentemente dela foram removidos, conforme telex nº 162/ADRGV, de 04/03/87 (vide dossiê).

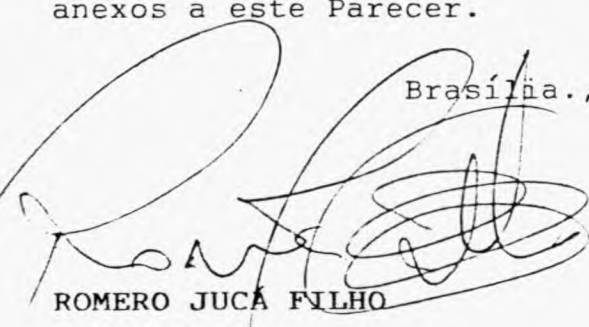
A população indígena se compõe de aproximadamente 4.200 indivíduos, dispersos por diversas aldeias.

A regularização da **Área Indígena XACRIABÁ** obedecerá ao que estabelece a E.M. nº 062/80, e as providências que se fazem necessárias deverão ser atribuídas ao Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário e à Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

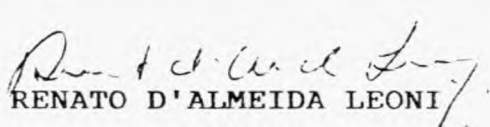
IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a **Área Indígena XACRIABÁ**, e ainda tendo em vista o interesse público e a necessidade de se alcançar a harmonia entre índios e não-índios na região, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela homologação da demarcação da **Área Indígena XACRIABÁ**, na conformidade do mapa e memorial descritivo anexos a este Parecer.

Brasília., 06 de abril de 1.987


ROMERO JUCÁ FILHO

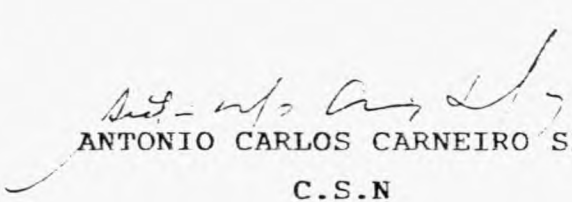
FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI

MINTER


ANDRÉ VILLAS BOAS

MIRAD


ANTÔNIO CARLOS CARNEIRO SILVA

C.S.N

PARECER Nº 162/87 - GT. PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83 -
DECRETO Nº 88.118/83

ÁREA INDÍGENA: SANTANA

GRUPO INDÍGENA: BAKAIRI

LOCALIZAÇÃO: MUN. DE NOBRES, ESTADO
DE MATO GROSSO

Senhores Ministros

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º, do Artigo 2º, do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio sobre a definição de limites da Área Indígena Santana, situada no Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Os Bakairi são indígenas pertencentes ao tronco lingüístico Karib e, segundo a classificação de Galvão, estão situados na Área Cultural V, Alto Xingu. Habitavam em tempos idos a região dos rios Paranatinga, Novo, Batovi e Culisevu mas, com a chegada das frentes de expansão da sociedade nacional, seu território original viu-se drasticamente reduzido.

Sua presença na região do Paranatinga e cabeceiras dos formadores do Xingu é relatada por diversos viajantes que a percorreram desde o final do século passado, como Karl Von den Steinen, Langsdorff, Kalervo Oberg e outros.

12.7.
Rm.
H

Para os Bakairi que sobreviveram ao contato foi criado o Posto Indígena Simões Lopes pelo SPI, à margem direita do rio Teles Pires.

A área correspondente às terras Bakairi de Santa na foi reservada aos índios pelo Governador do Estado de Mato Grosso, Antônio Paes de Barros, através do Ato nº 362, de 24 de abril de 1905. O título de usufruto foi assinado pela mesma autoridade a 15 de maio do mesmo ano.

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

De acordo com o título concedido pelo Governo do Estado de Mato Grosso, a área Bakairi correspondia a 6.323 ha, recebendo a denominação de Lote Sant'Anna. Tal título recebeu registro no Cartório do Primeiro ofício da Comarca de Rosário do Oeste (fls. 8, livro nº 3-G, nº 6181).

Como a demarcação havia sido feita há muito e com a chegada cada vez maior de fazendas e empresas agropecuárias na aquela região, começaram os conflitos e invasões das terras Bakairi. A situação se agravou a partir da década de 70, com vários funcionários da FUNAI alertando as autoridades para o problema surgido.

Assim o explica a geógrafa Eny Pereira Zica, da FUNAI, a 19 de junho de 1980:

"Os dados contidos no termo de doação, como também o mapa que o acompanhou, não correspondem à realidade no terreno e não batem ainda com o mapa RADAM/BRASIL, pois embora ambos considerem os mesmos acidentes, a disposição destes é totalmente diversa no terreno; além disso o mapa de doação apresenta um perímetro e área respectivos de 34.445m e 6.323 ha, enquanto que o RADAM dá um perímetro de 80.000 m e área de 25.000 ha. Aproveitando essa imprecisão e ainda a falta de marcos e picadas, nas linhas secas, os proprietários vizinhos vem levantando dúvidas quanto ao real traçado no perímetro da área e invadindo a

per.
Gm

M

JB

mesma." (Proc. FUNAI/BSB/3084/70=58)

A 09/03/82 o Sr. Delegado da FUNAI em Cuiabá sol cita aviventação dos limites da área Santana, dados os desenten dimentos havidos entre os Bakairi e os fazendeiros locais. A 24 de agosto do mesmo ano o Sr. Chefe Substituto da DDF/DGPI sugere a composição de GT capaz de definir os limites reais da área ocupa da pelos indígenas.

A 28 de junho de 1984, finalmente, a Instrução Técnica Executiva nº026/DPI designa técnico para proceder ao reconhe cimento e aviventação da A.I. Santana. O memorial descritivo da de marcação, daquele mesmo ano, deu como resultante uma área de 35.470,7543 ha, com perímetro de 105.404,53 metros. A demarca ção, segundo informação da DPI em 06/02/85, foi feita com base no Decreto nº 76.999/76 (P/F/B/3084/70:152).

III. SITUAÇÃO ATUAL


A Área Indígena Santana, demarcada segundo o pre conizado pelo Decreto 76.999/76, é habitada por aproximadamente 150 indígenas (1983), distribuídos entre 4 aldeias. Os Bakairi ocu pam efetivamente o espaço demarcado pela FUNAI, através da agricul tura (arroz, milho, feijão e ouros), coleta (borracha, principal mente) e criação de gado bovino.

De acordo com a Informação nº 184/PJ/85, à fls. 195 do processo referenciado anteriormente,

"Entendemos, sim, que deva se proceder de acordo com o referido Decreto nº 76.999/76, que recomenda, após a demarcação, sejam adotadas as seguintes pro vidências:

"Art. 7º. A demarcação das terras indígenas, obede cido o processo administrativo constante deste Decreto, será submetida à homologação do Presi dente da República."

IV. CONCLUSÃO

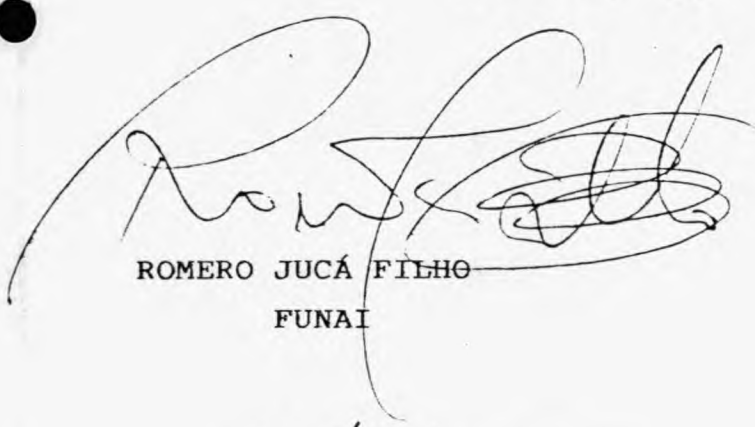
per. 



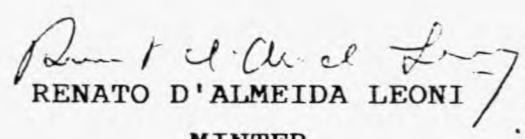
IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a **Área Indígena Santana**, situada no Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, referentemente à homologação da demarcação administrativa realizada pela FUNAI, de conformidade com o mapa e memorial descritivo, anexos a este Parecer.

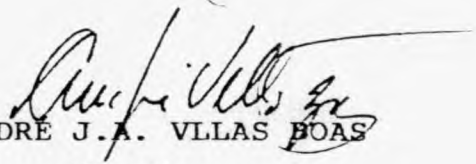
Brasília, 06 de abril de 1.987



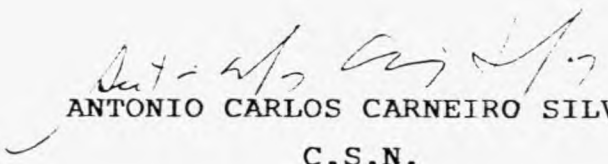
ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI



RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER



ANDRÉ J.A. VLLAS BOAS
MIRAD



ANTONIO CARLOS CARNEIRO SILVA
C.S.N.

DTR. 162, p. 144/183¹⁹

MINISTÉRIO DA REFORMA E DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO MIRAD
SECRETARIA GERAL - SAA

Registro n.º 759

Data 27/03/87 Hora

Assinatura Ana Celeste

0025.1836

613833MRO BR

611344FNRI BR

BRASILIA DF

TLX.FUNRI. NR 390

25.03.87

(TONY)

DR ANDRE A.J. VILLAS BOAS - REPRESENTANTE DO GT DEC
82.112/83- MIRAD

NR 006 PRESI DE 25.03.87 .

OBJETIVANDO DISCUTIR A APLICACAO DOS EFEITOS

DO PARCELA N-648 EM TERRAS INDIGENAS. MUITO NOS HONRARIA A PRESENÇA
DE V.S.A. OU REPRESENTANTE PARA UMA REUNIAO A REALIZAR-SE NO PROXIMO
DIA 1. DE ABRIL AAS 15:00 HORAS, NO GABINETE DESTA PRESIDENCIA.

ESCLAREÇO QUE FORAM CONVIDADOS PARA A MESMA REUNIAO OS EXMOS. PROCU-
RADOR GERAL E CONSULTOR-GERAL DA REPUBLICA, CONSULTORES JURIDICOS DO
MINTER E MIRAD, PROCURADOR JURIDICO DA FUNAI, DIRETOR DA FACULDADE
DE DIREITO DA USP E ADVOGADO DA ERCT/SUDEPA E SECRETARIO EXECUTIVO
DA CIMIV. CORDIAIS SAUDAÇÕES - ROMERO JUCAH FILHO- PRESIDENTE DA FUNAI

CTI

RNº 97

Data: 27.03.87

N N N N

613833MRO BR

611344FNRI BR

C.T. Nº 51/87-SUAF

Brasília.,

11 MAR 1987

Ilmo. Sr.

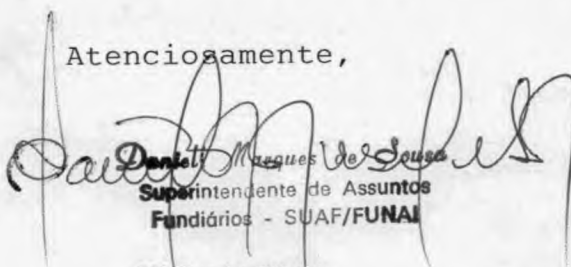
Dr. ANDRÉ J.A. VILLAS BOAS

MD. Representante do MIRAD Junto ao GT. Interministerial Dec. 88.118/83.

Em aditamento à nossa CT nº 45/87, encaminhamos a V.Sa. 08 (oito) cartas de apresentação, com respectivos dosiês, das áreas indígenas relacionadas, para serem apreciadas na próxima reunião do GT Interministerial como parte da pauta do mês de março de 1987:

- APIAKÁ-KAYABI
- CERRITO
- GUARANI DO BRACUÍ
- JARARÁ
- SANTANA
- SÃO DOMINGOS
- XACRIABÁ
- XERENTE
- PANKARARU
- ATROARI-WAIMIRI

Atenciosamente,



Daniel Marques de Sousa
Superintendente de Assuntos
Fundários - SUAF/FUNAI

AAM/smm.

SEP Quadra 702 Sul
Edifício Lex, 3º andar
CEP 70.330 Brasília D.F.

CT.003/SUAF/Nº 45/87

Brasília, 25 FEV 1987

Ilmº Srº

Dr. ANDRÉ VILLAS BOAS

MIRAD

Encaminhamos a V.Sa. 05 (cinco) Cartas de apresentação com respectivos dossiês, das áreas indígenas relaciona das, para serem apreciadas na próxima reunião do GT Interministerial como parte da pauta do mês de março de 1987.

F \ - SAGARANA - RO; ✓

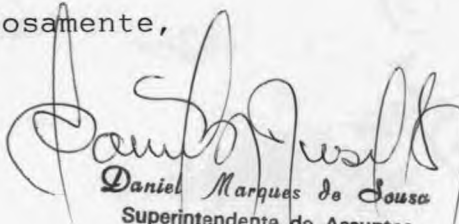
F \ - NAMBIKWARA - MT; ✓

- TIKUNA PORTO ESPIRITUAL - AM; ✓

F \ - KAMPA DO RIO ENVIRA - AC e 17

F \ - KAMPA DO RIO AMÔNEA - AC. 17

Atenciosamente,


Daniel Marques de Sousa
Superintendente de Assuntos
Fundários - SUAF/FUNAI

REUNIÃO DIA 19.02.87

ÁREAS INDÍGENAS CURUÁ/PA
 IRANTXE/MT
 MASSACARÁ/BA
 CARRETÃO I/GO
 CARRETÃO II/GO
 BAKAIRI/MT
 RIO BRANCO/SP
 SANGRADOURO/VOLTA GRANDE/MT
 ARARA/PA
 ALTO RIO PURUS/AC
 PACCÁ-NOVAS/RO
 RIO GUAPORÉ/RO
 ZORÓ/MT

- C.T N° 0029 de 03.02.87 - encaminha dossiê das áreas citadas
- TELEX N° 277 de 13.02.87 - comunica reunião dia 19.02.87
- TELEX N° 388 de 17.02.87 - confirma reunião dia 19.02.87
- Parecer N° 155 de 19.02.87 - A.I Carretão I
- Parecer N° 156 de 19.02.87 - A.I Carretão II
- Parecer N° 157 de 19.02.87 - A.I Rio Branco
- Parecer N° 158 de 19.02.87 - A.I Sangradouro/Volta Grande
- Parecer N° 159 de 19.02.87 - A.I Irantxe
- Parecer N° 160 de 19.02.87 - A.I Massacará

- Telex N° 049 de 19.02.87

- Decreto N° 94.088 de 11.03.87 (A.I. Zoró)

- Ata da 1ª Reunião Ordinária G.T. 88.118/83.

- EM N°

- A.I. MASSACARÁ

- EM N°

- A.I. SANGRADOURO VOLTA GRANDE

- DECRETOS N° 94.605 de 14.07.87 - A.I. SANGRADOURO VOLTA GRANDE.

- DECRETO N° 94.607 de 14.07.87 - A.I. MASSACARÁ.

Decreto n.º 94.607 de 14 de julho de 1987

Declara de ocupação dos indígenas Kaimbê
 área de terras no Município de Euclides
 da Cunha, Estado da Bahia, e dá outras
 providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal e tendo em vista o disposto nos artigos 29, inciso V e IX, 19 e 22, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declaradas de ocupação dos índios Kaimbê, para efeito dos artigos 49, IV, e 198 da Constituição, as terras localizadas no Município de Euclides da Cunha, Estado da Bahia, com a seguinte delimitação: NORTE: Partindo do Ponto "1" de coordenadas geográficas aproximadas 10º25'12"S e 38º50'10"Wgr., de nominado "MARCO MAÇARAMDUBA DO CAMELO", localizado no topo de um outeiro, numa colina de pedras, próximo ao Saco de Ruam (antigo marco dos autos de demarcação), confronta-se neste trecho com as terras de Nelson Vitorio e Ari Ferreira de Almeida; daí, segue no rumo nordeste até o Ponto "2" de coordenadas geográficas aproximadas 10º24'17"S e 38º48'26"Wgr., denominado "MARCO CALUMBI", localizado na antiga estrada que liga a aldeia Ilha às localidades Vargem Grande, Vargem da Fora, Varginha e Rosario, confronta-se neste trecho com Ari Ferreira de Almeida; daí, segue no rumo nordeste até o Ponto "3" de coordenadas geográficas aproximadas 10º23'58"S e 38º47'53"Wgr., denominado MARCO CRUZ, localizado na margem da antiga estrada que liga a aldeia Ilha às localidades Massacara, Sicipituba, Bom Jardim e Rosario, confronta-se neste trecho com as terras de Oliveira Brito e a Fazenda Mata Sete; daí, segue no rumo nordeste até o Ponto "4" de coordenadas geográficas aproximadas 10º23'48"S e 38º47'06"Wgr., denominado "MARCO BANQUINHO", representado por uma árvore de jatobazeiro; daí, segue no rumo nordeste até o ponto "5" de coordenadas geográficas aproximadas 10º23'15"S e 38º45'06"Wgr., denominado "JATOBÁ DO PAPAGAIO", localizado próximo à estrada que liga Massacara ao Saco dos Cavalos e Moleques, confronta-se neste trecho com as terras de Pedro Alcântara de Carvalho e Ladislau Gonçalves Teixeira; LESTE: Do Ponto antes descrito, segue no rumo sudeste até o ponto "6" de coordenadas geográficas aproximadas 10º24'13"S e 38º44'14"Wgr., denominado "MARCO DA QUIXABEIRA", localizado no caminho da Baixa da Pedra; daí, segue no rumo sudoeste até o ponto "7" de coordenadas geográficas aproximadas 10º24'52"S e 38º44'15"Wgr., denominado "MARCO OUTEIRO DA VIGIA"; daí, segue no rumo sudoeste até o ponto "8" de coordenadas geográficas aproximadas 10º25'43"S e 38º44'22"Wgr., denominado "MARCO BAMBO BAMBO", localizado próximo à margem direita da estrada que liga as localidades Massacara à Cícero Dantas; daí, segue no rumo sudoeste até o ponto "9" de coordenadas geográficas aproximadas 10º27'22"S e 38º44'36"Wgr., denominado "MARCO DA CAXIBEIRA DA VARGEM", identificado como uma árvore de Sucupira, localizada no topo do morro, confronta-se neste trecho as terras de Pedro Gonzaga, Joca Gama Bittencourt e Olímpio de Tal. SUL: Do Ponto antes descrito, segue no rumo sudoeste, passando pelo ponto dos autos da demarcação conhecida como Estrada das Boiadas, até o ponto "10" de coordenadas geográficas aproximadas 10º28'05"S e 38º45'54"Wgr., denominado "MARCO DA PEDRA DO OURICURI", localizado na margem esquerda da estrada que liga Massacara à Mirandela (Ribeira do Pombal), confronta-se neste trecho com as terras pretendidas por Osvaldo Alves de Souza, Domiciano Gama Bittencourt, Pedro Fagundes, João Fagundes e Aquino Soares; daí, segue no rumo noroeste até o ponto "11" de coordenadas geográficas aproximadas 10º28'00"S e 38º46'46"Wgr., denominado "MARCO DA ESTRADA DO MARIBONDO", localizado na estrada velha de Massacara; daí, segue no rumo noroeste até o ponto "12" de coordenadas geográficas aproximadas 10º27'37"S e 38º47'58"Wgr., denominado "MARCO DO PAU POMBO", representado por uma árvore; daí, segue no rumo noroeste até o ponto "13" de coordenadas geográficas aproximadas 10º27'04"S e 38º49'24"Wgr., denominado "MARCO DA SERRA DO SOARES", representado por um marco de pedra cravado ao lado de uma árvore de Sucupira, confrontando-se com as terras pretendidas por Severino Rodrigues de Aquino. OESTE: Do ponto antes descrito, segue no rumo noroeste até o ponto "14" de coordenadas geográficas aproximadas 10º26'04"S e 38º49'49"Wgr., denominado "MARCO DO JATOBÁ DO CAMINHO DO CAIMBÊ", localizado na antiga estrada do Kaimbê, confronta-se neste trecho com as terras de Messias Vitorio, Nelson Vitorio e Valdemar de Tal; daí, segue no rumo noroeste até o ponto "1" inicial da descrição.

Parágrafo único. A área descrita neste artigo, denominada Área Indígena MASSACARÁ, será demarcada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 1669 da Independência e 999 da República.

JOSE SARNEY

Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti

Marcos de Barros Freire

Decreto n.º 94.605 de 14 de julho de 1987

Declara de ocupação dos indígenas Xavante
área de terras que menciona, no Estado de
Mato Grosso, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, incisos V e IX, 19 e 22, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

D E C R E T A

Art. 1º Ficam declaradas de ocupação dos indígenas Xavante, para os efeitos dos artigos 4º, IV, e 198 da Constituição, as terras localizadas nos Municípios de Gal. Gomes Carneiro e Poxoreu, Estado de Mato Grosso, com a seguinte delimitação: NORTE: Partindo do ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 15º 11'10"S e 53º52'25"Wgr., localizado na cabeceira do igarapé Buritizal, afluente da margem esquerda do Rio das Mortes; daí, segue por linha reta até o ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 15º10'40"S e 53º51'05"Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a jusante, até o ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 15º10'25"S e 53º49'20"Wgr., localizado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue por este, a jusante, até o

ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 15º10'55"S e 53º47'00"Wgr., localizado na confluência com o Ribeirão Matrinxã ou Volta Grande. LESTE: Do ponto 04, segue pelo Ribeirão Matrinxã ou Volta Grande, a jusante pela margem direita, até o ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 15º17'25"S e 53º47'20"Wgr., localizado na confluência com o Rio das Mortes. SUL: Do ponto 05, segue pelo Rio das Mortes, a montante, pela margem esquerda, até o ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 15º14'55"S e 53º54'10"Wgr., localizado na confluência com o igarapé Buritizal. OESTE: Do ponto 06, segue pelo igarapé Buritizal, a montante, até o ponto 01, início deste memorial.

Parágrafo único. A área descrita neste artigo, denominada Área Indígena Sangradouro/Volta Grande, será demarcada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti

Marcos de Barros Freire

E.M. INTERMINISTERIAL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto, que cuida da definição dos limites da Área Indígena Sangradouro/Volta Grande, localizada nos Municípios de General Gomes Carneiro e Poxoréu, Estado de Mato Grosso.

A proposta, com base em estudos técnicos, antropológicos e cartográficos realizados pela Fundação Nacional do Índio, foi submetida ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983, que opinou pela sua aprovação, através do Parecer nº 158/87.

A área indígena em referência constitui parte do território imemorial das comunidades Xavante que ali habitam, conforme o demonstram os registros históricos e a memória oral do grupo tribal, cuja posse, portanto, lhes está assegurada, conforme o disposto no artigo 198 da Constituição Federal.

Com base em trabalhos antropológicos e levantamento fundiário realizados pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 1882, de 12 de junho de 1985, foi elaborado relatório final, propondo para Volta Grande uma área de 42.150 ha.

pretanto, no espaço de tempo decorrido entre os
estu momento presente, houve significativa alteração
da s da área, pelo que se pode inferir da Portaria PP
Nº 1 09.86, que decidiu pela interdição de apenas uma
part pretendido, ou sejam 11.660 ha, com perímetro de
70 k

regularização da Área Indígena Sangradouro/Volta
Gran acordo com as normas em vigor e as providências
neces desenvolvidas pelo Ministério da Reforma e do De
senh ão, FUNAI e demais órgãos competentes.

recursos para demarcação e regularização da área
estã INSOCIAL.

população indígena é de 565 habitantes, distribuí-
da e - São José (383 pessoas) e Dom Bosco (182 pes
soas

as, Senhor Presidente, as razões da presente Ex
pos e do projeto de decreto que ora submetemos à de
cisã a Excelência.

oveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Ex
celi de nosso mais profundo respeito.

JOAO

MEITAS CAVALCANTI
Interior

MARCOS FREIRE
Ministro da Reforma e do Desenvolvimento
Agrário

E.M. INTERMINISTERIAL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Temos a honra de submeter à Vossa Excelência o anexo projeto de decreto de limites da ÁREA INDÍGENA MASSACARÃ, de Euclides da Cunha, Estado da Bahia, conforme o nº 88.118, de 23 de fevereiro de 1983.

A proposta, com base em estudos topográficos e fundiários realizados pela Fundação FUNAI, foi submetida ao Grupo de Trabalho Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983, para aprovação, através de Parecer nº 160/87.

A Área Indígena Massacarã, com área e perímetro de 31,3 km, destina-se a preservar o grupo indígena Kaimbê e a garantir sua vivência.

Na área em referência há 181 famílias com benfeitorias avaliadas em Cz\$ 7.927.285 (sete centos e vinte e sete mil, duzentos e oitenta e três centavos), ficando a cargo do Poder Judiciário desses ocupantes e da FUNAI o pagamento das

consideração de
a da defini
no Município
situa o Decre

ológicos, car
onal do Índio-
pela Portaria
u pela sua

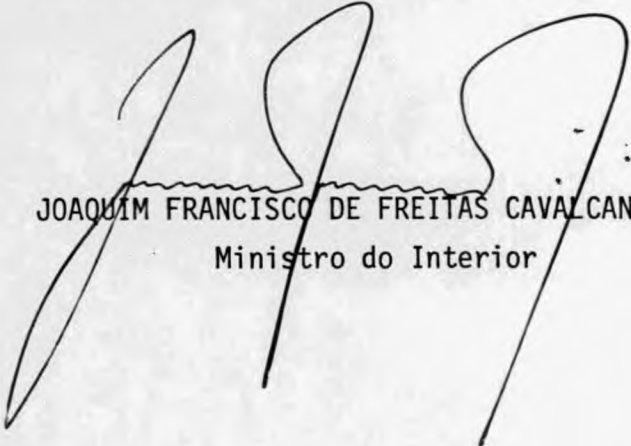
ie de 6.749
abita imeno
ões de sobre

es não-Índios,
milhões, nove
cruzados, no
e assentamento
ias existentes.

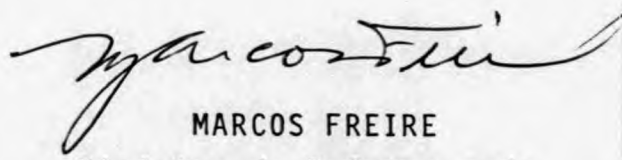
A demarcação da Área Indígena foi executada considerando o consenso dos Índios Kaimbê e, quanto aos seus limites e marcos, foram seguidos aqueles fixados por determinação do MM Dr. Juiz de Direito da Comarca de Euclides da Cunha, conforme o Auto de Demarcação Judicial.

Estas, Senhor Presidente, as razões da presente Exposição de Motivos e do projeto de decreto que ora submetemos ã decisão final de Vossa Excelência.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos do nosso mais profundo respeito.



JOAQUIM FRANCISCO DE FREITAS CAVALCANTI
Ministro do Interior



MARCOS FREIRE
Ministro da Reforma e do
Desenvolvimento Agrário

C.T. Nº 0089/87-SUAF

Brasília.,

15 ABR 1987


Ilmº Sr.

Dr. ANDRÉ J.A. VILLAS BOAS

MD. Representante do MIRAD Junto ao GT. Interminist. Dec. 88.118/83

Apraz-me encaminhar a V.Sa, uma cópia da Ata da Reunião do G.T. Interministerial supra mencionada, realizada em data de dezenove de fevereiro do corrente ano.

Atenciosamente,



Walter Ferreira Mendes
Superintendente Substituto
Superintendência de Assuntos
Fundários - SUAF/FUNAI

MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO MIRAD	
SECRETARIA GERAL - S A A	
Registro n.º	990
Data	22/04/87 Hora
Assinatura	puclene

CTI
RNº 116
Data 22.04.87

HCO/smm.

SEP Quadra 702 Sul
Edifício Lex, 3º andar
CEP 70.330 Brasília D.F.

Decreto nº 94.088 de 11 de março de 1987

X

Declara de ocupação dos indígenas ZORÔ a área de terras no Município de Aripuanã, no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no artigo 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de ocupação dos indígenas ZORÔ, para efeito dos artigos 40, IV, e 198 da Constituição, as terras localizadas no Município de Aripuanã, no Estado de Mato Grosso, com a seguinte delimitação: **NORTE:** Partindo do Ponto 01 (Marco SAT-07) de coordenadas geográficas 109 13' 10,79"S e 609 52' 44,75"WGr., localizado na confluência do Igarapé Braço Direito do Rio Branco com o Rio Branco; daí, segue por uma linha reta no azimute 122º 57' 30,31" e distância de 36.307,36m até o Ponto 02 (Marco SAT-10) de coordenadas geográficas 109 23' 46,42"S e 609 35' 59,30"WGr., localizado na confluência do Igarapé Tiroteio do Rio Roosevelt. **LESTE:** Do ponto antes descrito, segue pelo Rio Roosevelt, a montante, na distância de 38.934,76m até a confluência

do Rio Quatorze de Abril, no Ponto 03 (Marco D-84) de coordenadas geográficas 109 40' 07,78"S e 609 31' 26,18"WGr.; **SUL:** Do ponto antes descrito, segue pelo Rio Quatorze de Abril, a montante, até o Ponto 04 (Marco SO-00) de coordenadas geográficas 109 57' 35,32"S e 609 49' 04,32"WGr.; daí, segue por uma linha reta no azimute 270º 12' 37,84" e distância de 11.741,09m até o Ponto 05 (Marco SO-11) de coordenadas geográficas 109 57' 36,61"S e 609 55' 30,92"WGr.; daí, segue por uma linha reta na direção nordeste até o Ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 109 56' 16,9"S e 609 55' 23,4"WGr.; daí, segue por uma linha reta na direção noroeste até o Ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas 109 44' 16"S e 609 55' 41,4"WGr.; daí, segue por uma linha reta na direção sudoeste até o Ponto 08 (Marco M-60) de coordenadas geográficas 109 44' 33,33"S e 610 08' 04,60"WGr., situado na margem esquerda do Rio Branco; **OESTE:** Do ponto antes descrito, segue pelo Rio Branco, a jusante, na distância de 100.644,02m até o Ponto 01 (Marco SAT-07), inicial da descrição.

Parágrafo Único - A área descrita neste artigo, denominada Área Indígena ZORÔ, será demarcada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto
Dante de Oliveira

X

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA GT. 88.118/83

Aos dezanove dias do mês de fevereiro de 1987 às 15,00 horas, previamente convocados segundo a praxe, reuniram-se os membros do GT 88118/83 na Sala de Reuniões da Presidência da FUNAI, para deliberar sobre a pauta do dia. Estiveram presentes: Romero Jucáa Filho, Presidente da FUNAI e Coordenador do GT; Renato d'Almeida Leoni, representante do MINTER; Antonio Carlos Carneiro da Silva, representante do CSN, André Junqueira Ayres Villas Boas, representante do MIRAD; Daniel Marques de Sousa, Superintendente da SUAF/FUNAI; Ronaldo Montenegro, Procurador da PJ/FUNAI, Sônia de Almeida Demarquet, Chefe da DID/SUAF. Iniciados os trabalhos, foi feita a leitura da ata correspondente ao mês de dezembro, 13º/86, que posta em discussão, foi aprovada sem ressalvas. A seguir, apresentaram-se as Áreas Indígenas Carretão I e Carretão II, que devidamente apreciadas, mereceram os Pareceres favoráveis de números 155/87 e 156/87, respectivamente. Passou-se à Área Indígena Rio Branco, tendo sido entregues aos membros do GT cópias de laudos e relatórios técnicos enviados pela SUDELPA, justificando os limites aprovados por aquele órgão e de acordo com os interesses dos indígenas Guarani. A Senhora Chefe da DID deu conta do trabalho efetuado pela SUDELPA, elogiando a concisão do relatório apresentado e, sem mais delongas, aprovou-se a Área Indígena Rio Branco, através do Parecer nº 157/87. Seguidamente apresentou-se a Área Indígena Bakairi, sendo que o Senhor Superintendente da SUAF explicou que a mesma seria levada simplesmente para homologação da demarcação, sem necessidade de nova apreciação pelo GT, com o que os Senhores membros concordaram. Após, foram colocadas para análise as Áreas Indígenas Alto Rio Purus, Pacaá-Novas e Rio Guaporé, quando então o Sr. Representante do CSN solicitou que se aguardasse uma posição definitiva e conclusiva do Conselho, ouvidas as autoridades competentes. Continuando, expôs novamente o problema relacionado às áreas indígenas situadas



Fl. 02.

CONTINUAÇÃO DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA GT. 88118/83.

em faixa de fronteira, chamando a atenção para o fato de que se tratava de uma estratégia global de comportamento do Governo Federal e não um programa isolado visando prejudicar os interesses indígenas. Ressaltou, isto sim, que as autoridades brasileiras estão na verdade preocupadas com as áreas de fronteira por razões de segurança nacional, mas seu comprometimento com a questão levá-las a considerar inclusive o bem-estar das sociedades indígenas que habitam faixas fronteiriças. Salientou ainda que cabe ao Estado zelar por estas populações, não sendo pensamento do Governo removê-las de seu habitat ancestral. Solicitou o Senhor Representante do MIRAD outros esclarecimentos, sendo-lhe respondido pelo Senhor Representante do CSN que o Governo Federal já está estudando o problema, através de grupo formado pelo MINTER/FUNAI/CSN, ao passo que o Senhor Coordenador do GT acrescentou que o Governo deseja uma postura única e compatível para terras indígenas em áreas fronteiriças, daí a necessidade desses estudos. Disse também o Senhor Coordenador que a posição da FUNAI é a de que os indígenas não devem jamais ser removidos de seu espaço original e que há necessidade da criação de uma figura jurídica que lhes garanta a terra e a subsistência em áreas de fronteiras, dentro da legislação. Assim, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República não deverá assinar nenhum Decreto que disponha sobre áreas indígenas em faixa de fronteira, enquanto não se resolva a questão sob o ponto de vista técnico-jurídico. Segundo o Senhor Coordenador, tais estudos passarão pelo GT, para discussão e talvez novas sugestões. Concluída a discussão sobre o tema, as Áreas Indígenas Alto Rio Purus, Pacaá-Novas e Rio Guaporé não mereceram, portanto, aprovação nesse momento. A seguir apresentou-se a Área Indígena Sangradouro/Volta Grande. A Senhora Chefe da DID mostrou que a área ora apresentada não correspondia ao território identificado e, sim, a uma parte do mesmo que, de acordo com a Senhora Antropóloga e Administradora do Museu do Índio, Claudia Menezes, era necessário defender e aprovar, antes que fosse invadido. O Senhor Superintendente/SUAF afirmou que, em sobrevôo, constataria



DTR-162, p. 155/183

Fl. 03

CONTINUAÇÃO DA 1ª R EUNIÃO ORDINÁRIA GT. 88118/83.

não haver benfeitorias dentro dos limites ora apresentados e que tal área de 11660 ha merecera a aprovação das lideranças indígenas quando de reunião efetuada entre FUNAI, Xavante e fazendeiros locais. A Senhora Chefe da DID informou no entanto, que os Xavante tinham demonstrado insatisfação com a perda de seu território tribal, além de dizer que em março começariam a erguer nova aldeia fora dos limites da Portaria de Interdição (setembro de 1986). Mesmo assim a Área Indígena Sangradouro/Volta Grande mereceu aprovação, pelo Parecer nº 158/87. Passou-se à Área Indígena Arara - (Ukarangmã), tendo sido explicada sua situação antiga e recente pelo Senhor Representante do MIRAD. Os membros do GT consideraram imprescindível uma visita na primeira quinzena de março à região, para que se possa analisar a situação in-totum e verificar a área a ser desinterditada pela FUNAI, pois pesa uma portaria de interdição sobre a Área Arara. Conclusão: após a visita e analisados os problemas in loco, a Área Indígena será incluída na pauta da reunião do GT 88118/83 em março de 1987. Após, foi colocada em discussão a Área Indígena Curuá. O Senhor Representante do MINTER afirmou que não poderia aprová-la, por ter conhecimento do relatório do Antropólogo Célio Horst contestando os trabalhos de identificação de Curuá. Apresentada sua opinião, a Senhora Chefe da DID retomou o caso, explicando que havia uma portaria criando o GT para identificação da Área Indígena Curuá e que o trabalho apresentado correspondia às especificações exigidas pela FUNAI, contestando o Senhor Representante do MINTER não ser bem feita a identificação, por ter abrangido áreas de mineradoras. O Representante do CSN perguntou se o Senhor Horst tinha sido encarregado de reidentificar a área, sendo-lhe respondido negativamente, pois a missão do referido técnico era outra. Para dirimir dúvidas, o GT deliberou fazer uma visita à área, na mesma viagem a Arara, sugerindo a Senhora Chefe da DID a ida de um terceiro Antropólogo com o grupo, para dirimir dúvidas, o que foi aceito pelos demais. Seguidamente analisou-se a Área Indígena Arantxe,



DTR. 162, p. 156/183

Fl. 04

CONTINUAÇÃO DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA GT . 88118/83.

aprovada sem ressalvas e merecendo Parecer nº 159/87. Após, a Área Indígena Massacará foi submetida à apreciação do GT. Questionado o problema da demarcação pelo Senhor Representante do MINTER, se a mesma, estava de acordo com o que fora determinado pelo Judiciário, a Senhora Chefe da DID lembrou a história da demarcação primeira da área, na segunda metade do século XVIII, e as discussões recentes entre FUNAI/INTERBA no tocante ao problema da légua em quadro doada aos Kaimbé de Massacará. Sem mais dúvidas, e solicitando o Senhor Representante do MINTER os papéis relativos à demarcação efetuada, foi aprovada a Área Indígena Massacará, através do Parecer nº 160/87. As áreas seguidamente apresentadas, Pirakuá, Takuaraty-Yvykuarussu e Jaquapiré, suscitaram discussões de fronteira e sub-judice, externando os membros do GT suas opiniões sobre o assunto. Como não havia uma posição firmada sobre o tema, será convocada reunião extraordinária do GT. para a 2ª quinzena de março, com a participação da Procuradoria Geral da República, para que seja discutido o problema de áreas indígenas sub-judice e que caminhos tomar quanto à sua aprovação ou não pelo GT. O Senhor Coordenador do GT comunicou aos presentes que está sendo estudada a possibilidade de modificação no Decreto 88118/83, para simplificar o processo de tramitação de áreas indígenas para aprovação. Em suma, o GT aprova as mesmas, os Ministros de Estado assinam Portaria, a FUNAI em seguida as demarca e, finalmente, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República homologa a demarcação executada, através de competente Decreto. Finalmente, apresentou-se a Área Indígena Zoró, anteriormente apreciada em novembro de 1986, mas que não merecera aprovação por estar o levantamento fundiário incompleto. De posse de novos dados, foi de novo explicado o problema de grilagem que vem ocorrendo na área, discutindo-se as ações a serem desencadeadas pelas autoridades para desintrusá-la. O Senhor Representante do MIRAD, em comum acordo com o Coordenador do GT, afirmou que caberá ao MIRAD/INCRA o reassentamento das 126 famílias de invasores que efetivamente habitam a área e levantados pelo INCRA,



DTR.162, p. 157/183

Fl.05

CONTINUAÇÃO DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA GT. 88118/83.

cabendo ao MINTER/FUNAI indenizá-las. Após variados enfoques do tema e considerando-se a gravidade da situação atual, a Área Indígena Zoró mereceu parecer favorável, de número 161/87. Nada mais havendo a deliberar, deu-se término à reunião e eu, Sônia de Almeida Demarquet fiz a presente ata que, caso aprovada, mereceria a assinatura de todos os participantes. Brasília, 19 de fevereiro de 1987.////

ROMERO JUCÁ FILHO
Presidente / FUNAI
e Coordenador GT.

Renato d'Almeida Leoni
RENATO D'ALMEIDA LEONI
Representante / MINTER

Antonio Carlos Carneiro da Silva
ANTONIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA
Representante/ CSN

Daniel Marques de Sousa
DANIEL MARQUES DE SOUSA
Superintendente/SUAF/FUNAI

André Junqueira A. Villas Boas
ANDRÉ JUNQUEIRA A. VILLAS BOAS
Representante/MIRAD

Ronaldo Montenegro
RONALDO MONTENEGRO
Procurador PJ/FUNAI

Sônia de Almeida Demarquet
SÔNIA DE ALMEIDA DEMARQUET
Chefe DID/FUNAI



CT. Nº 0042/SUAF/87

Brasília.,

24 FEV 1987

Ilmº Sr.

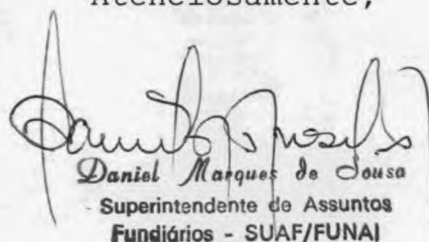
Dr. ANDRÉ J.A. VILLAS BOAS

MD. Representante do MIRAD Junto ao GT. Interministerial Dec.

88.118/83

Encaminho, para o arquivo de V.Sa, cópias dos Pa-
receres nºs 155 a 160 das áreas indígenas respectivamente, **CARRETÃO I,**
CARRETÃO II, RIO BRANCO, SANGRADOURO/VOLTA GRANDE, IRANTXE e MASSACA
RÁ, apreciadas na Reunião do G.T. Interministerial em 19 de fevereiro
de do corrente.

Atenciosamente,


Daniel Marques de Sousa
Superintendente de Assuntos
Fundários - SUAF/FUNAI

Assinatura	<i>[Assinatura]</i>
Data	05/03/87
Hora	
Registro nº	525
SEÇÃO DE REGISTRO E ARQUIVO - SUAF	
DESENVOLVIMENTO - MIRAD	
MIRAD - DIRETORIA DE REFORMA E DO	

HCO/smm.

DTR. 162, p. 159/183

///#

613899MMRD BR
912142GTAT BR

GETAT/MARABAH

NR

048

19 JAN 87

DR ANDREH VILLAS BOAS
COORDENADOR CTI-MIRAD
BRASILIA - DF

TLX-GETAT-C-NR 002/87 DE 19.01.88 PT
ACUSO RECEBIMENTO S/TLX 02-048/87 E INFORMO IMPOSSIBILIDADE
AUSENTAR-ME MARABAH DATA APRAZADA PARA REUNIAO GT PORTARIA
003/87 POR MOTIVO AUSENCIA SR PRESIDENTE GETAT NESTA CIDADE PT
SOLICITO ACDLHER JUSTIFICATIVA ET VG SE POSSIVEL VG RETRANSMI-
TIR SUMULA APOS REUNIAO PT SDS

BENIGNO DA COSTA GOES
COORDENADOR

613899MMRD BR
912142GTAT BR

MINISTERIO DA REFORMA E DO	
DESENVOLVIMENTO AGRARIO MIRAD	
SECRETARIA GERAL - SAA	
Registro n.º	120
Data	19/01/87 Hora 16:20
Assinatura	B.9 das Dores

CTI
RNº 18
DATA: 19.01.87

PARECER Nº 160 /87 - GT. PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC. 88.118/83

ÁREA INDÍGENA: Massacarã

GRUPO INDÍGENA: Caimbê

LOCALIZAÇÃO: Euclides da Cunha - Ba.

Senhores Ministros

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º, do artigo 2º, do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio, sobre a definição dos limites da Área Indígena Massacarã, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei 6.001/73, considerando as determinações do retrocitado Decreto, e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I - CONSENSO HISTÓRICO

A partir do século XVI, realizaram-se as primeiras entradas nos sertões da Bahia, mas de maneira incerta e irregular, porquanto a grande preocupação da Coroa portuguesa era de assegurar a posse do litoral, permanentemente ameaçado pelos invasores estrangeiros: ingleses, franceses e holandeses. Notadamente durante a ocupação holandesa cessaram estas expedições, já que todos os recursos deveriam ser no sentido da expulsão do inimigo invasor.

O Rio São Francisco, como via natural de penetração de todos os que buscavam os sertões, foi, sem dúvida, de notável importância histórica. A partir de 1660, foram fundadas inúmeras missões religiosas na região circunvizinha e, justamente desta época, datam as primeiras notícias fornecidas pelos Jesuítas sobre os índios Caimbê, da aldeia de Massacarã.

Segundo os religiosos, além da aldeia Canabrava havia em 1661 as seguintes outras:

- Aldeia dos Boimê no Itapicuru;
- " dos Caimbê em Massacarã e
- " dos Monguru em Jeremoabó.

[Handwritten signature and initials]

De acordo com as provas documentais evidencia-se que os índios Caimbê ocupam suas terras ininterruptamente há mais de 293 anos ou seja, quase três séculos, o que lhes confere incontestavelmente a sua posse definitiva de fato e de direito.

II - ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

Em 07 de novembro de 1983, foram designados dois engenheiros (um representando a FUNAI e outro representante do INTERBA) para em equipe promover levantamento topográfico da Área Indígena Massacarã, fazer relatório dos trabalhos e elaborar mapa planimétrico da referida área. A demarcação foi executada considerando o consenso dos Índios Caimbê, quanto aos limites e os marcos seguidos foram aqueles fixados por determinação do Dr. Juiz de Direito, da Comarca, conforme o Auto de Demarcação Judicial.

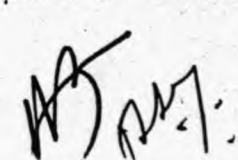
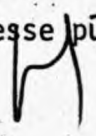
Desse trabalho em equipe elaborou-se o mapa da área indígena na que está anexado ao dossiê, com aproximadamente 6.749 ha (seis mil, setecentos e quarenta e nove hectares) e 31,3 km de perímetro.

III - SITUAÇÃO ATUAL

O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 1974 de 14 de novembro de 1985, composto por técnicos da FUNAI/INCRA/INTERBA, relata ocupação por 181 não-índios, totalizando CZ\$ 7.927.285,93 (sete milhões novecentos e vinte e sete mil duzentos e oitenta e cinco cruzados noventa e três centavos) o valor das benfeitorias implantadas de boa fé, passíveis de indenização; de conformidade com a EM Interministerial 062/80.

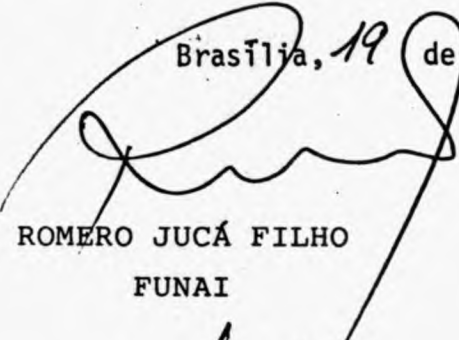
IV - CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena Massacarã, e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse




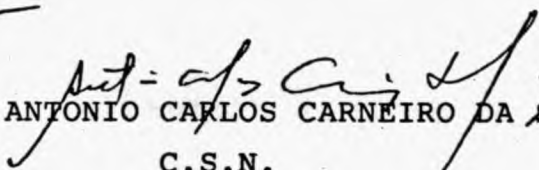
indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, para que a área se ja declarada de ocupação indígena, de conformidade com o mapa e memorial des critivo, anexos a este parecer.

Brasília, 19 de fevereiro de 1987.


ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER


ANDRÉ J. A. VILLAS BOAS
MIRAD


ANTONIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA
C.S.N.

PARECER Nº 159 /87 - GT PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC. 88.118/83

ÁREA INDÍGENA - IRANTXE

LOCALIZAÇÃO - Mun. Diamantino - MT

GRUPO INDÍGENA - Irantxe

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio sobre a definição dos limites da Área Indígena Irantxe, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

As primeiras notícias sobre os índios Irantxe, forneceu-as o Marechal Rondon, colhidas dos Pareci, que atuavam na Comissão de Linhas Telegráficas.

Inicialmente, pensou-se que tais índios pertencessem ao grupo Paresi; na realidade porém, os Irantxe constituem família lingüística isolada. Assim se refere Rondon a esses indígenas: "Pelas informações dos Cozarini e Maimarê, sei que falam o ariti (Língua Paresi etnolinguisticamente classificada como Aruak), levemente modificada; constroem casas e usam rede como os demais Parecis". Quanto ao território descreve-se como cortado pelos Rios Papagaio, Cravari e Buriti, localizando-se entre os paralelos 13º e 13º30' Sul e os meridianos 14º46' e 15º15' a Oeste. Enfatiza Rondon a "índole pacífica e até mesmo tímida dos Iranche" apesar de os contatos com as frentes de expansão terem sido de natureza conflituosa, envolvendo seringueiros que exploravam a região do Cravari, culminando com a dizimação de toda uma moloca indígena, numa ação marcada por requintes de extrema perversidade. (Proc.FUNAI/1600/82, fls. 255).

Com a presença dos Jesuítas na região de Diamantino na década de 30, os Irantxe passam a receber a atenção daqueles missionários, e inclu

sive, quando sofreram ataques dos Canoeiros e dos Beíço-de-Pau, refugiaram-se junto à Missão, em Utiariti.

Posteriormente esses Índios retornam à região do Cravari, seu habitat imemorial.

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

Em 1968, o Decreto nº 63.368, de 08 de outubro, reservou uma área de aproximadamente 58.000 ha para aqueles Índios. Essa área teve seus limites retificados pelo Decreto nº 64.027/A, de 27 de janeiro de 1969. Entretanto, ao ser providenciada sua demarcação, esta não pôde ser concluída, pois os limites definidos naquele Decreto não correspondiam à realidade em campo.

Para corrigir tais distorções, apresenta-se em 1977 uma nova proposta, perfazendo uma superfície de 62.000 ha, que é confirmada pelo Decreto nº 81.113, de outubro de 1977.

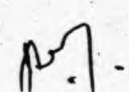
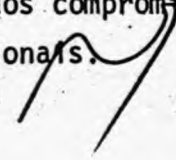

Mais uma vez porém, ao se proceder à demarcação, verificou-se a incompatibilidade entre a área descrita e a realidade no chão. A maior parte da área, pela descrição dos limites, ficaria abaixo do paralelo 13º quando, na realidade, deveria ficar acima desse paralelo.

Feitos novos levantamentos, constatou-se que a área reivindicada pelos Índios, conforme mapa e memorial descritivo anexos, perfaz apenas 46.790 ha (quarenta e seis mil setecentos e noventa hectares) sendo portanto, inferior àquelas anteriormente previstas, que eram de 58.000 ha e 62.000 ha, cujos limites não puderam ser confirmados em campo.

III. SITUAÇÃO ATUAL

Conforme levantamento efetuado por um Grupo de Trabalho composto de técnicos da FUNAI com a participação de representantes do INCRA e INTERMAT, na área em apreço não se verifica a presença de ocupantes não-Índios. A população indígena, é composta por 191 (cento e noventa e uma) pessoas, distribuídas em 03 (três) aldeias.

A Área Indígena Irantxe está situada na região de influência do POLONOROESTE, e sua regularização faz parte dos compromissos assumidos pelo Governo brasileiro junto a organismos internacionais.



IV. CONCLUSÃO


De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação, a situação das terras que constituem a Área Indígena Irantxe, e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse dos indígenas, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta, retificação do Decreto e homologação da demarcação da área, de conformidade com o mapa e memorial descritivo anexos a este Parecer.

Brasília, 19 de fevereiro de 1987.


ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER


ANDRÉ VILLAS BOAS
MIRAD


ANTÔNIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA
C.S.N.

PARECER Nº 158 /87 - GT.PORT.INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC.88.118/83

ÁREA INDÍGENA - SANGRADOURO/VOLTA GRANDE
GRUPO INDÍGENA - Xavante
LOCALIZAÇÃO - Mun. Gomes Carneiro e Po
xóreo/MT

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio sobre a delimitação da Área Indígena Sangradouro/Volta Grande, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001, de 1973, consideradas as determinações do retrocitado Decreto e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Os dados constantes do Processo FUNAI/BSB/1128/80 e do Memo nº 002/COORD.GT/86, demonstram com clareza que a Área Indígena Sangradouro/Volta Grande se constitui em habitat imemorial da comunidade Xavante em terras matogrossenses. Essa área apresentava como limites: Sul, o Rio das Mortes, que separava os Xavante dos Bororo, de quem eram inimigos ferrenhos; a Leste, o Rio Araguaia era o limite natural, separando-os dos núcleos de colonizadores brancos; a Nordeste, o território Karajá, outra tribo inimiga; e ao Norte, limitava-se com o Rio Tapiapé, habitado pelo grupo homônimo, com o qual os Xavante não tiveram uma história de conflito; a Oeste, o Rio do Roncador, isolava-os dos habitantes da região dos fornecedores do Rio Xingu (Ravagnani-1978:119).

A reconstituição dos deslocamentos realizados pelos diferentes bandos Xavante indica a coexistência, no tempo e no espaço, de um grande número de aldeias, dispersas por um território de

finido e contínuo: a extensa área compreendida entre os tributários do Rio Xingu e a margem esquerda do Rio das Mortes, cujos limites foram aqui descritos.

A área denominada **Volta Grande** localiza-se no interior das fronteiras do território tradicionalmente explorado pelos Xavante. É preciso esclarecer a respeito que, por força das relações de contato, tais limites sofreram alterações, sendo reduzidos, devendo ser acrescentado ainda que as terras que constituem a Área Indígena Sangradouro/Volta Grande foram no passado parte do território Bororo.

Os padres salesianos Albisetti e Colbacchini informam que as faixas ocupadas pelos Xavante na margem esquerda do Rio das Mortes e na mesopotâmia entre este e o Culuene pertenciam àquela grupo. Baseiam a afirmativa em dados linguísticos; a toponímia dos afluentes dessa margem são conhecidos por nomes da língua **orarimodoque** (Bororo), comprovando-se assim que no passado eram controlados por esses índios. A ofensiva Xavante desalojou-os, numa fase em que se encontravam enfraquecidos pelas incursões de bandeirantes e mineradores, fazendo-os recuar definitivamente para a margem direita.

O trecho cujos limites são objetos de redefinição, localiza-se exatamente na margem esquerda do Rio das Mortes. Esse trecho era utilizado preferencialmente pelos moradores da região do Rio Couto Magalhães, que o visitavam periodicamente, nele situando seus acampamentos de caça. Além de ser comprovadamente uma importante área de perambulação devido aos recursos ecológicos disponíveis, em diferentes períodos ali foram erigidas moradas permanentes, devido à permanência contínua dos índios no local, mormente nos anos 20 e 40: a aldeia **NORORO WEDEPARE**, constituída por 20 (vinte) casas, situada próximo ao local conhecido por Buritizal (UIWEDE'U) e a aldeia **Tsihorirá**, fundada por um líder homônimo, localizada à margem direita do córrego Cabeceira Alta. Calculando-se uma população média de 10 (dez) moradores por habitação, conclui-se que a área que abrigou por período superior a duas décadas, uma população permanente de aproximadamente 500 (quinhentas) pessoas e, nos intervalos, uma população flutuante indeterminada e algo bem maior.

Há vestígios arqueológicos dessas antigas aldeias e de cemitérios localizados na área, conhecidos por **ODEZERERARE** (água clara), constatados por técnicos na viagem de campo "in loco" e que estão sendo intencionalmente destruídos pelos ocupantes e posseiros estranhos aos indígenas.

M. A. J. W. M. 1

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI PARA DEMARCAÇÃO

Pelos estudos realizados pela FUNAI, levou-se em conta:

- que as reivindicações de acréscimo de área são antigas, datando de 1976 as primeiras iniciativas oficiais para sua regularização;

- que o clima de tensão que preside o relacionamento entre Xavante e ocupantes não-índios no Leste matogrossense, especialmente no Município de Cuiabá, origina-se da disputa pela terra e tem provocado choques cada vez mais violentos entre uns e outros a ponto de tornar imperativa a intervenção do aparato policial para impedir o conflito aberto;

- que os elementos etno-históricos disponíveis são suficientes para atestar a imemorialidade da ocupação indígena da terra, e elucidar as condições que forçaram o grupo a abandonar temporariamente porção do seu antigo território;

- que postergar a adoção de medidas que assegurem a posse indígena e a liberação definitiva da área intrusada, servirá para agravar o problema e ampliar o ônus a ser assumido pelos órgãos federais e estaduais envolvidos, visto que no último quinquênio a tomada das terras em litígio por elementos da sociedade envolvente, tem ocorrido de forma acelerada.

- que fundamentado em estudos competentes e nos dispositivos legais que asseguram aos índios a proteção de suas terras (artigos 4º, IV e 198 da Constituição, e arts. 22 a 25 da Lei nº 6.001, de 1973 - Estatuto do Índio) - e tendo em vista que as terras indígenas se enquadram de modo claro e pleno na classe prevista no artigo 17, I, da re-trocitada Lei nº 6.001, - terras ocupadas ou habitadas pelos silvícolas - o Grupo de Trabalho propôs providências administrativas no sentido de estabelecer e aprovar os limites definitivos da Área Indígena Sangradouro/Volta Grande. Tal proposta sugeria a anexação da área pleiteada pela população Xavante, denominada Volta Grande, cuja descrição dos limites encontra-se anexa em mapa e memorial descritivo, num total de 42.150 ha (quarenta e dois mil cento e cinquenta hectares), aproximadamente.

III. SITUAÇÃO ATUAL

A Área Indígena Sangradouro/Volta Grande abriga

DTR. 162, p. 169/183

0217.1533

3899MNRO BR
611344FNAI BR

DE BRASILIA DF NR 388 40 170287 1440

ILMO SR. DR. ANDREH J.A VILLAS BOAS
M.D. REPRESENTANTE DO MIRAD JUNTO GT. INTERMINISTERIAL 88.118/83
BRASILIA DF

030/PRESI DE 17.02.87 - FACE A COMPROMISSOS ASSUMIDOS
PRESIDENCIA FUNAI E TENDO EM VISTA GRAVIDADE QUESTAO AGRARIA
NO MATO GROSSO DO SUL, COMUNICO QUE TAMBEM SERAO APRECIADAS DIA
18/02/87, SEGUINTE AREAS: PIRACUAH, PARAGUASSUH (TAKUARATY- VVV-
KUARUSSU) ET JAGUAPIREH PT SDS ROMERO JUCAH FILHO - PRESIDENTE FUNAI,
COORDENADOR DO GT

3899MNRO BR
611344FNAI BRARAR

CTI
RNº 67
17.02.87

MINISTÉRIO DA REFORMA E DO	
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO MIRAD	
SECRETARIA GERAL - S A A	
Registro n.º	367
Data	17/02/87 Hora 16:30
Assinatura	SB-9 das Ilous

613899MNRD BR
611794FUNI BR

DTR. 162, p. 170/183

BRASILIA DF
TLX.FUNAI.BSB NR 277 13.02.87

(TONY)

ILMO SR. ANDREH J.A. VILLAS BOAS
M.D. REPRESENTANTE MIRAD JUNTO GT INTERMINISTERIAL 88.119/83
BRASILIA DF.

NR23/PRESI DE 13.02.87. TENHO SATISFAÇÃO CONVIDAR ILUSTRE MEMBRO COM
PARECIMENTO REUNIAO GT INTERMINISTERIAL PROXIMO DIA DEZENOVE CORREN-
TE MES QUINTA FEIRA AS QUINZE HORAS SEDE FUNAI TERCEIRO ANDAR, PARA
APRECIACAO AREAS CUJAS CARTAS APRESENTACAO E DOSSIES RESPECTIVOS JAH
REMETIDOS V.S.A., ACRESCIDAS REAPRESENTACAO AREAS RIO BRANCO/SP, SAN-
GRADOURO/VOLTA GRANDE/MT, ARARA/PA, PACARA-NOVAS/RO, RIO GUAPOREH/RO
E ALTO RIO PURUS/AC, QUAIS CONSTAAM Pauta REUNIAO 12.12.86. ATS SDS-
ROMERO JUCA FILHO, PRESIDENTE FUNAI-COORDENADOR GT.

N N N

611794FUNI BRNY+
613899MNRD BR

AN 80
Data: 13.02.87

MINISTÉRIO DA REFORMA E DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO MIRAD
SECRETARIA GERAL - SAA

Registro n.º

340

de

13/02/87

Hora

16:40

Assinatura

Ab das Flores

dos em duas aldeias - São José, (383 pessoas) situada junto à sede da Missão Salesiana e Dom Bosco (182 indivíduos), estrategicamente localizada no limite Norte das terras indígenas, permitindo uma vigilância contínua na área pretendida.

Um dos dados que chama a atenção é a taxa de natalidade, 9% ao ano, (a partir de 1982) equivalente a uma explosão demográfica. A reposição da população é condição básica para o funcionamento das relações de parentesco, que desempenham um papel predominante na vida social do grupo; além disso possui sérias implicações econômicas.

A mata existente - cerca de 15.000 ha, bem como as faixas de campo e cerrado - 28.000 ha, são consideradas imprescindíveis à reposição das condições de caça e cultivo, propiciando a reprodução do modo de vida tradicional da comunidade, com direito à posse peregrina, mansa e pacífica da terra.

O levantamento fundiário realizado no período de junho/julho do ano de 1985, comprovou a existência de 22 (vinte e dois) ocupantes intrusados na área pretendida pelos índios. Desse total de ocupantes 16 possuem títulos de domínio e 06 são meros posseiros sem títulos.

Os habitantes da Reserva Indígena Xavante de Sangradouro, Municípios de Gen. Gomes Carneiro e Poxoréu reivindicam há mais de duas décadas a restauração de um direito: a posse definitiva da área de 42.150 ha, denominada Volta Grande, excluída por ocasião da demarcação de Reserva em 1972 (Decreto nº 71.105, 11.09.72)

Com base nos trabalhos de redefinição de limites e levantamento ocupacional da Área Indígena Sangradouro/Volta Grande, realizado pelo GT indicado pela Port. Presid. 1882, de 12 de junho de 1985, foi confeccionado relatório antropológico e levantamento fundiário (Processo FUNAI/BSB/1128/85) que subsidiou a minuta de Parecer nº 084/86 GT Port. Interministerial 002/83 - Decreto nº 88.118/83, datado de 12 de fevereiro de 1986. Tal Parecer não mereceu a aprovação por parte do referido GT. Ocorre que no espaço de tempo decorrido entre os estudos feitos e o momento presente, houve significativamente alteração da situação atual da área, pelo que se pode inferir da Port. PP nº 1328/86 de 02.09.86, que decidiu pela interdição de apenas uma parte do trecho pretendido, 11.660 ha aproximadamente e perímetro de 70 Km.

Tal Portaria nasceu de acordo feito entre as lideranças Xavante, a Presidência da FUNAI e invasores, preferindo-se defender a integridade da área correspondente a 11.660 ha, desintrusada, do que vê-la igualmente invadida, caso se protelesse a definição de limites


Gr 1 07. 11

proposta.

IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerando a imemorialidade da terra indígena, a situação atual em que se encontram as terras que cosntituem a área em apreço, e ainda tendo em vista o interesse público e a justa reivindicação Xavante, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão de Vossas Excelências, opinando pela aprovação dos limites da Área Indígena Sangradouro/Volta Grande, de conformidade com o mapa e memorial descritivo anexos a este Parecer.

Brasília, 19 de janeiro de 1987



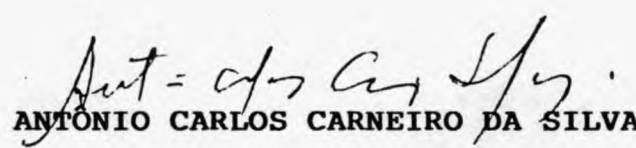
ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI



RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER



ANDRÉ VILLAS BOAS
MIRAD



ANTÔNIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA
C.S.N.

PARECER Nº 157/87 - GT. PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DECRETO
88.118/83




ÁREA INDÍGENA: RIO BRANCO
GRUPO INDÍGENA: Guarani
LOCALIZAÇÃO: Mun. Itanhaem/SP

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º, do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio, sobre a definição de limites e homologação da demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, e SUDELPA, da área indígena RIO BRANCO, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto, e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Os Guarani, indígenas do tronco lingüístico Tupi, são localizados preferencialmente na área platina (Paraguai, Argentina, Brasil), embora sejam encontrados em outras regiões brasileiras, incluindo-se o Estado do Espírito Santo, graças às grandes migrações a partir da segunda metade do século XVIII. Caracterizam-se, portanto, por grande mobilidade espacial, embora todos os grupos componentes - Nhandeva, M'büia e Kaiowá - tenham substrato cultural comum. Sua localização é assim apresentada por Malcher.



01. **Nhandeva** (Apapocuva, Nandéva): margens do Alto Paraná, Norte do Rio Iguaçu, extremo Sul de Mato Grosso do Sul, grupos dispersos no litoral paulista;

02. **M'büia** (Kainguá, Kauiá) - Serra de Maracaju, aldeias nos Estados de Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo.

03. **Kaiowá** (Kaiwá, Tembokuá) - Sul de Mato Grosso do Sul.

A história dos Guarani é bastante conhecida, já desde o século XVI, graças aos registros jesuíticos e graças igualmente aos estudos lingüísticos, etnohistóricos e antropológicos contemporâneos (Métraux, Egon Schaden, Hélène Clastres, Rubem T. de Almeida, Nimuendaju, entre outros).

Aldeados pelos jesuítas na região platina, foram obrigados a aceitar padrões éticos e morais alheios à sua cultura, descharacterizando-se aparentemente. Dizemos aparentemente, porque muito de sua cultura foi resguardada - como língua e religião -, persistindo através dos tempos. Mas os missionários conseguiram "vitórias" igualmente sobre os índios, desestruturando sua coesão grupal, impondo-lhes modelos e atitudes cristãs, acentuando-lhes a passividade e a docilidade.

A partir do ciclo da preia ao índio (século XVII) os Guarani das reducciones jesuíticas sofreram a violência do bandeirantismo paulista, sendo levados ao milhares para a Capitania de São Vicente (São Paulo) e tornados escravos.

Com a expulsão dos jesuítas da América hispano-portuguesa (2ª metade do século XVIII), complica-se a situação dos Guarani das Missões. Não querendo aceitar o jugo português (Tratado de Madri, 1750), rebelam-se e, em consequência, contra eles se faz a Guerra Guaranítica durante três anos, sendo submetidos pela força.

"A /partir desses eventos os Guarani têm duas opções: ou se submetem aos ditames dos colonizadores, convertendo-se em mão-de-obra, ou fogem para outras regiões. Acentua-se assim o seu componente mítico, a busca da **Terra sem Males**, iniciando alguns grupos uma longa caminhada, que até hoje ainda não terminou. Tal migração conduziu-os à fragmentação em pequenos grupos familiares ou clânicos... Demar

quet, Informação Indígena Básica nº 1, fev. 1982).

Assim, os Guarani sobrevivem até hoje, após séculos de perseguições, escravidão e violência, muito embora conservem alguns traços fundamentais de sua cultura, como língua e religião, esta mesclada com alguns elementos recebidos por via missionária. Destaque-se, sob o aspecto religioso, o profetismo e a busca de um paraíso terrenal conhecido como Terra sem Males.

No Mapa Etnohistórico de Curt Nimundaju, os Guarani do Estado de São Paulo são encontrados ainda em movimento migratório no Médio curso do Tietê (1892-1902), entre as cabeceiras do Rio Aguapéu (1896-1902) e no litoral (1835-1860), onde o pesquisador localiza um grupo em 1913, ao Norte do Vale da Ribeira.

Por sua vez, J.M. Gama Malcher assim situa os Guarani de São Paulo:

Nandewa: No litoral do Estado de Itariri, na Serra do Itatins ((entre Peruíbe e Juquiá), Bananal ao Sul de Itanhaém, próximo ao Rio Preto, a 14 km à esquerda da via férrea Santos-Jundiaí;

M'büia: no litoral, no Rio Branco e no Rio Comprido, próximo de Itariri, nas proximidades da Praia Grande, atrás da Serra do Jacupiranga, ao Sul de Santos (Malcher, Índios: Grau de Integração na Comunidade Nacional 1946:235).

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

A área em epígrafe, que ora submetemos à apreciação de V.Sas., foi já identificada e demarcada através de Convênio FUNAI/SUDELPA. A identificação da Área Indígena Rio Branco se fez através de GT criado através da Portaria nº 1846/E, de 04 de março de 1983.

Possui uma superfície de 2.856,10 ha e perímetro de 36.485,00m, já materializada em campo. Sua homologação pelo Governo do Estado de São Paulo se deu conforme despacho do Sr. Governador Franco Montoro, publicado no D.O.E. de 20.04.85.

W
M.
Am.


III. SITUAÇÃO ATUAL

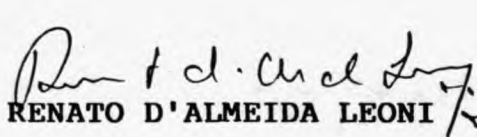
O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 007/86, de 08.07.86, composto por técnicos da FUNAI/SUDELPA/INCRA, informa que na área proposta existem 02 (dois) ocupantes não-índios e as benfeitorias implantadas de boa fé importam em Cz\$ 41.262,29 (quarenta e um mil duzentos e sessenta e dois cruzados e vinte e nove centavos). Caberá à SUDELPA o reassentamento dos ocupantes citados, ficando ao MINTER/FUNAI o ônus das indenizações.

IV. CONCLUSÃO

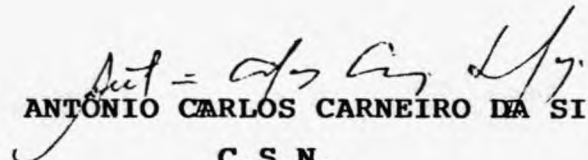
De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena Rio Branco e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, de conformidade com o mapa e memorial descritivo anexos a este Parecer, no sentido de declarar a área em pauta como de ocupação indígena.

Brasília, 19 de fevereiro de 1987


ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER


ANDRÉ VILLAS BOAS
MIRAD


ANTÔNIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA
C.S.N.

PARECER Nº 156 /87 - GT. PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DECRETO
88.118/83

ÁREA INDÍGENA: CARRETÃO II
GRUPO INDÍGENA: XAVANTE e "TAPUIA"
LOCALIZAÇÃO: Mun. DE NOVA AMÉRICA-GO.

Senhores Ministros

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º, do artigo 2º, do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio, sobre a definição dos limites da área indígena Carretão II-GO, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto, e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I- CONSENSO HISTÓRICO

Com a descoberta do ouro ("as minas dos goyazes") desencadeou-se intenso processo do povoamento no sertão goiano.

Contudo, esta penetração luso-brasileira, primeiro marcadamente de natureza extrativa, depois como frente de expansão agropastoril, realizou-se através da violenta invasão dos territórios indígenas que, no decorrer do século XVIII e posteriores, resultou no extermínio de vários grupos como os "goyazes e os crixá". Neste ambiente de odiosidade, a luta de grupos indígenas pela defesa de suas terras iria representar sério entrave para a colonização e exploração das riquezas da província de Goiás. Concomitantemente ao recrudescimento das lutas entre colonizadores e índios surgem as primeiras Bandeiras de apresamento, que iriam confinar grupos indígenas num mesmo local sob a vigilância de guarnições militares, ou mesmo deslocá-los na condição de semi-servidão, para frente de trabalho em outras regiões.

Segundo Darcy Ribeiro, AKWÊN e TIMBIRA, ocupavam toda a bacia do Tocantins desde o Sul de Goiás até o Maranhão, estendendo-se do Rio São Francisco ao Rio Araguaia. Área por demais vasta e de pleno interesse para ocupação econômica, tornada inviável pela intensificação dos conflitos entre indígenas e a população formada de garimpeiros, comerciantes e de fazendeiros. Entre 1761 e 1765 os

Xavante (AKWÊN) constituíram séria ameaça ao povoamento do Norte da Capitania, não apenas pela frequência com que se davam os ataques aos núcleos do Crixás, Pilar e Tesoura, mas também porque os Xavantes levavam negros foragidos das minas para suas aldeias, afetando de forma desastrosa a economia das minas de Goiás.

Neste ambiente de hostilidade era consensual a necessidade de conquistar a paz com os Xavante. Foi no Governo de Tristão da Cunha que se realizou tal empreendimento (1784) pela constituição de uma expedição de 98 praças sob o comando de José Rodrigues Freire guiados por um grupo de Kayapó de São José de Mossâmedes. Ao perceberem a impossibilidade de convencer os Xavante de uma proposta de paz, foi ordenado que os Kayapó, inimigos seculares dos Xavante, capturassem um guerreiro para levá-lo à Vila Boa. O prisioneiro foi batizado com o nome de Tristão, recebendo por muito tempo brindes e honrarias, um tratamento lhes causou surpresa e admiração ao ponto de acreditar na perspectiva de um convívio pacífico com os brancos, partindo daí a pacificação desse grupo Xavante.

Paralelo à pacificação, o capitão José Melo de Castro, ao retornar da região do Tocantins, declarava que por aquelas paragens havia cerca de 2.000 (dois mil) Xavante - encaminhando-se à Capital para discutir uma proposta de paz. O então Governador decidiu separá-los entre as aldeias D. Pedro III ou Carretão e Salinas, argumentando a incapacidade daquela em comportar tal número de índios. Apesar dessa determinação, os índios não aceitaram a divisão e, por intervenção de José Pinto da Fonseca, seguiram todos para o Carretão, em número de 3.000 (três mil) pouco mais ou menos, tendo à sua frente Iaxêgui; instalaram-se nessa aldeia em 01.01.1788, assinando o pacto de posse o Vigário de Crixá João Batista Girvásio Piluga, o Sargento-Mor Alvaro José Xavier, o Sargento-Mor Bento José Marques, o Capitão de Dragões José Pinto da Fonseca e outros.

O último documento que dá notícia de Xavante aldeados é o relatório apresentado à Assembléia Legislativa de Goiás em 1880 pelo Presidente das Províncias, Aristίδes Souza Espínola. Mas os índios continuaram no Carretão.

Parece que os Xavante foram os primeiros a regressar para os confins do Território do Roncador, Rio Kuluene e Alto Xingu. O Governo do Estado de Goiás voltou a tomar providências para o confinamento dos que ali permaneceram, entre eles Karajá e Kayapó. Mais tarde um governador do Estado de Goiás, "usando sua autoridade, lhes tomou (dos índios do Carretão) até mesmo a antiga Sede do aldeamento."

Os índios só puderam salvar as imagens da antiga Capela que exibiam nas ruas de Goiás como único documento de seus direitos postergados.

II- ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

A área indígena em apreço foi demarcada administrativamente conforme Instrução Executiva nº 038/DPI, de 09.10.84, com área de 77,5043 ha

e perímetro de 4.946,04 metros, no município de Nova América-GO.

A área Indígena Carretão II constitui terras de posse imemorial dos grupos indígenas "Tapuia" e Xavante.

III- SITUAÇÃO ATUAL

Por ocasião da demarcação administrativa, alguns ocupantes não-índios abandonaram suas localidades; existe uma Ação de Manutenção de posse por parte da FUNAI contra os réus Sebastião Craveiro de Oliveira, da gleba em apreço e Placidino Vicente Ribeiro de Freitas e outros, da gleba I.


Todas as benfeitorias foram implantadas após a demarcação da área indígena, fato que nos leva a presumir a configuração da má-fé, isto é, de acordo com a EM/062/80, não são passíveis de indenização.

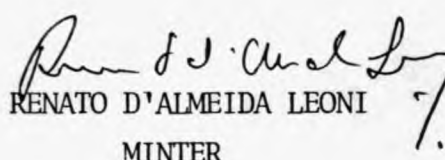
A Área Indígena Carretão II foi concedida aos indígenas pelo Estado de Goiás através da Lei nº 188, de 19 de outubro de 1948, e demarcada administrativamente pela FUNAI, conforme Instrução Técnica nº 038/DPI/84.

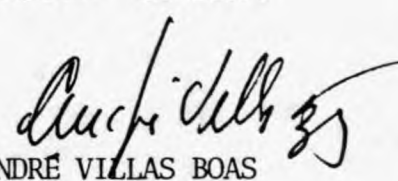
IV- CONCLUSÃO

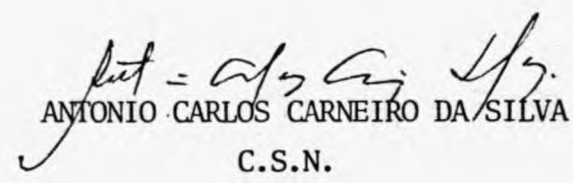
De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena Carretão II-GO, e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, isto é, a homologação da demarcação da área em apreço, de conformidade com o mapa e memorial descritivo, anexos a este parecer.

Brasília., 19 de fevereiro de 1987.


ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER


ANDRÉ VILLAS BOAS
MIRAD


ANTONIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA
C.S.N.

PARECER Nº 155 /87 - GT. PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DECRETO
88.118/83.

ÁREA INDÍGENA: CARRETÃO I

GRUPO INDÍGENA: XAVANTE e "TAPUIA"

LOCALIZAÇÃO: Mun. de NOVA AMÉRICA e RUBIATABA-GO.

Senhores Ministros

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º, do artigo 2º, do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio sobre a definição dos limites da área indígena Carretão I-GO, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto, e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I- CONSENSO HISTÓRICO

Com a descoberta do ouro ("as minas dos goyazes") desencadeou-se intenso processo do povoamento no sertão goiano.

Contudo, esta penetração luso-brasileira, primeiro marcadamente de natureza extrativa, depois como frente de expansão agropastoril, realizou-se através da violenta invasão dos territórios indígenas que, no decorrer do século XVIII e posteriores, resultou no extermínio de vários grupos como os "goyazes e os crixá". Neste ambiente de odiosidade, a luta de grupos indígenas pela defesa de suas terras iria representar sério entrave para a colonização e exploração das riquezas da província de Goiás. Concomitantemente ao recrudescimento das lutas entre colonizadores e índios surgem as primeiras Bandeiras de apresamento que iriam confinar grupos indígenas num mesmo local sob a vigilância de guarnições militares, ou mesmo deslocá-los na condição de semi-servidão, para frente de trabalho em outras regiões.

Segundo Darcy Ribeiro, AKWÊN e TIMBIRA ocupavam toda a bacia do Tocantins desde o Sul de Goiás até o Maranhão, estendendo-se do Rio São Francisco ao Rio Araguaia. Área por demais vasta e de pleno interesse para ocupação econômica, tornada inviável pela intensificação dos conflitos entre indígenas e a

M 11

população formada de garimpeiros, comerciantes e de fazendeiros. Entre 1761 e 1765 os Xavante (AKWEN) constituíam séria ameaça ao povoamento do Norte da Capitania, não apenas pela frequência com que se davam os ataques aos núcleos do Crixás, Pilar e Tesoura, mas também porque os Xavante levavam negros foragidos das minas para suas aldeias, afetando de forma desastrosa a economia das minas de Goiás.

Neste ambiente de hostilidade era consensual a necessidade de conquistar a paz com os Xavante. Foi no Governo de Tristão da Cunha que se realizou tal empreendimento (1784) pela constituição de uma expedição de 98 praças sob o comando de José Rodrigues Freire guiados por um grupo de Kayapó de São José de Mossâmedes. Ao perceberem a impossibilidade de convencer os Xavante de uma proposta de paz, foi ordenado que os Kayapó, inimigos seculares dos Xavante, capturassem um guerreiro para levá-lo à Vila Boa. O prisioneiro foi batizado com o nome de Tristão, recebendo por muito tempo brindes e honrarias, um tratamento que lhe causou surpresa e admiração, ao ponto de acreditar na perspectiva de um convívio pacífico com os brancos, partindo daí a pacificação deste grupo Xavante.

Paralelo à pacificação, o capitão José Melo de Castro, ao retornar da região do Tocantins, declarava que por aquelas paragens havia cerca de 2.000 (dois mil) Xavante - encaminhando-se à Capital para discutir uma proposta de paz. O então Governador decidiu separá-los entre as aldeias D. Pedro III ou Carretão e Salinas, argumentando a incapacidade daquela em comportar tal número de índios. Apesar dessa determinação, os índios não aceitam a divisão e, por intervenção de José Pinto da Fonseca, seguiram todos para o Carretão, em número de 3.000 (três mil) pouco mais ou menos, tendo à sua frente Iaxêgui; instalaram-se nessa aldeia em 01.01.1788, assinando o pacto de posse o Vigário de Crixá João Batista Girvácio Piluga, o Sargento-Mor Alvaro José Xavier, o Sargento-Mor Bento José Marques, o Capitão de Dragões José Pinto da Fonseca e outros.

O último documento que dá notícia de Xavante aldeados é o relatório apresentado à Assembléia Legislativa de Goiás em 1880 pelo Presidente da Província, embora os índios nunca tenham abandonado o Carretão.

Parece que os Xavante foram os primeiros a regressar para os confins do Território do Roncador, Rio Kuluene e Alto Xingu. O Governo do Estado de Goiás voltou a tomar providências para o confinamento dos que ali permaneceram, entre eles Karajá e Kayapó. Mais tarde "um governador do Estado de Goiás, usando sua autoridade", lhes tomou (dos índios do Carretão) até mesmo a antiga Sede do aldeamento."

Os índios só puderam salvar as margens da antiga Capela que exibiam nas ruas de Goiás como único documento de seus direitos postergados.

II- ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

A área indígena em apreço foi ~~denunciada~~ administrativa~~mente~~

mente conforme Instrução Executiva nº 038/DPI, de 09.10.84, com área de 1.666,4512 ha e perímetro de 19.146,14 m, representada por duas partes: No município de Nova América a parte A com área de 924,5548 ha e perímetro de 18.110,27 m; no Município de Rubiataba a parte B com área de 741,8964 ha e perímetro de 12.428,17 m.

A Área Indígena Carretão I constitui terras de posse imemorial dos grupos indígenas "Tapuia" e Xavante.

III- SITUAÇÃO ATUAL

Por ocasião da demarcação administrativa, alguns ocupantes não-índios abandonaram suas localidades; existe uma Ação de Manutenção de posse por parte da FUNAI contra os réus Placidino Vicente Ribeiro, Wilson Ribeiro de Freitas e outros e um Mandado de Segurança promovido pelos Srs. Placidino Vicente Ribeiro e Wilson Ribeiro de Freitas. Não obstante, todas as benfeitorias foram implantadas após a demarcação da área indígena, fato que nos leva a presumir a configuração da má-fé, isto é, de acordo com a EM/062/80 não são passíveis de indenização.

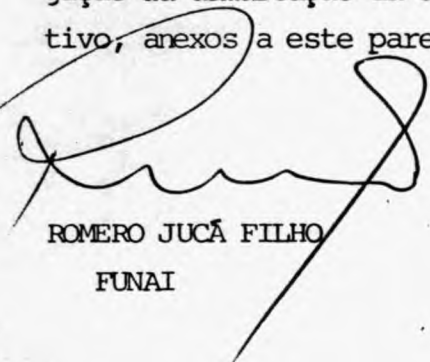
A Área Indígena Carretão I foi concedida aos indígenas pelo Estado de Goiás através da Lei nº 188, de 19 de outubro de 1948, e demarcada administrativamente pela FUNAI, conforme Instrução Técnica nº 038/DPI/84.

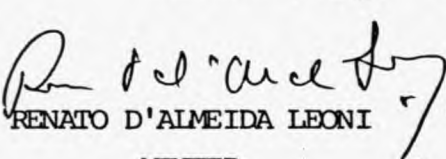
A população indígena é de 95 (noventa e cinco) pessoas, sendo 67 adultos e 28 menores.

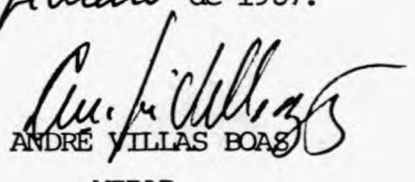
IV- CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena Carretão I (Partes A e B, respectivamente nos Municípios de Nova América e Rubiataba, Estado de Goiás e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, isto é, a homologação da demarcação da área em apreço, de conformidade com o mapa e memorial descritivo, anexos a este parecer.

Brasília., 19 de fevereiro de 1987.


ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER


ANDRÉ VILLAS BOAS
MIRAD


ANTONIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA

C.T. Nº 00 29 /87 - SUAF

Brasília,

03 FEV 1987

Ilmo. Sr.

Dr. ANDRÉ J.A. VILLAS BOAS

MD. Representante do MIRAD Junto ao GT Interministerial Dec. 88.118/83.

Apraz-nos encaminhar a V.Sa., 06 (seis) cartas com respectivos dossiês referentes às áreas indígenas que relacionamos:

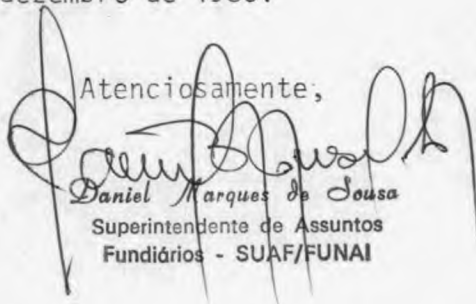
- CURUÁ - PA;
- INF.TEC. Nº 125 - IRANTXE - MT;
- MASSACARÁ - BA;
- CARRETÃO I - GO;
- CARRETÃO II - GO; e
- FALTA INF.TEC. - BAKAIRI - MT.

Estas áreas integram a pauta da próxima reunião a realizar-se no próximo dia 19 às 15:00 horas.

Ao ensejo da realização da próxima reunião do GT, reapresentaremos as áreas:

- RIO BRANCO - SP;
 - INF.TEC. Nº 27 - SANGRADOURO/VOLTA GRANDE - MT;
 - INF.TEC. Nº 24, 25, 125 - ARARA - PA;
 - INF.TEC. Nº 120 - ALTO RIO PURUS - AC;
 - INF.TEC. Nº 118 - PACAÁ-NOVAS - RO;
 - INF.TEC. Nº 126 - RIO GUAPORÉ - RO; e
 - INF.TEC. Nº 84 - ZORÓ - MT, que constaram da pauta da última reunião realizada em 12 de dezembro de 1986.
- Áreas Pirakua
MS: JAGUAPIRE
TAKUAKATY
Também integradas
a pauta.

Atenciosamente,


Daniel Marques de Sousa
Superintendente de Assuntos
Fundários - SUAF/FUNAI

CTI
RNº 45
Data: 06.02.87